



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

O CONDICIONAL EVIDENCIAL NO GÊNERO
JORNALÍSTICO

Fabiana Pirotta Camargo Lourenço

SÃO CARLOS
2016



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

O CONDICIONAL EVIDENCIAL NO GÊNERO JORNALÍSTICO

FABIANA PIROTTA CAMARGO LOURENÇO

Bolsista: Capes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

São Carlos - São Paulo - Brasil

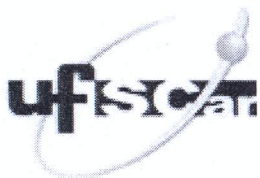
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L892c Lourenço, Fabiana Pirotta Camargo
O condicional evidencial no gênero jornalístico /
Fabiana Pirotta Camargo Lourenço. -- São Carlos :
UFSCar, 2016.
120 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2016.

1. Evidencialidade. 2. Condicional. 3. Gênero
jornalístico. 4. Funcionalismo. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fabiana Pirotta Camargo Lourenço, realizada em 18/03/2016:

Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale
UFSCar

Prof. Dr. Renato Miguel Basso
UFSCar

Profa. Dra. Taísa Peres de Oliveira
UFMS

*A meu primo Saulo (in memoriam), cujos
sonhos foram interrompidos de maneira
abrupta – sua vontade de não desistir de lutar
permanece em mim.*

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, que manteve suas bênçãos sobre mim durante todo esse percurso.

À Professora Doutora **Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale**, por todo apoio, ajuda e paciência nos momentos em que mais precisei. Pelos conselhos sábios e pelo exemplo de competência e dedicação. Obrigada por estar ao meu lado nos últimos cinco anos.

Aos Professores Doutores **Renato Miguel Basso** e **Joceli Catarina Stassi Sé**, ambos da UFSCar – São Carlos, por suas enriquecedoras contribuições para com este trabalho no Exame de Qualificação.

Aos amigos da UFSCar, **Ana Paula**, **Nathalia**, **Amanda** e **Carol**, pela cumplicidade, pelas inquietações, alegrias e conhecimentos compartilhados.

As minhas queridas amigas de casa, **Marília**, **Melissa** e **Gabriela**, pelas alegrias, incentivos, cumplicidade, e conselhos compartilhados, que foram essenciais para a minha paz e equilíbrio emocional.

As minhas amigas, **Eduarda** e **Maria Beatriz**, por sua amizade persistente, pelos momentos de diversão, e por me ouvirem nos momentos de desabafo.

A minha família:

A minha mãe, **Carmen Luciana**, e à meu pai, **Fabio**, pelo amor e confiança incondicional, pelas orações, pelos incentivos imensuráveis, pelos conselhos, por aceitarem meus momentos difíceis, e por me inspirarem a confiar em Deus e a ser uma pessoa melhor a cada dia.

A minha irmã, **Gabriela**, por me ouvir e me entender em diversos momentos, pela preocupação e pelo apoio, que são fundamentais em minha vida.

A meu sobrinho e maior alegria, **João Gabriel**, que iluminou minha vida e meus pensamentos em todos os momentos do meu último ano de Mestrado.

A meus avós maternos, **Odete** e **Gilberto**, pelas orações, pela confiança, apoio, e amor incondicional.

A meus avós paternos, **Carlinhos** e **Leda** (*in memoriam*), pela inspiração e exemplo de competência que foram para mim.

À **Capes**, pela bolsa concedida no período de 2014 a 2015.

“Temos que pular de penhascos continuamente
e desenvolver nossas asas durante a queda.”

(Kurt Vonnegut)

RESUMO

Neste trabalho, propõe-se o estudo de um tipo de uso evidencial ainda não explorado no português do Brasil (PB), que se dá por meio do condicional, ou seja, a forma verbal futuro do pretérito, que indicará como o locutor teve acesso à informação transmitida no enunciado, ou seja, qual a fonte da informação. O chamado “condicional de valor evidencial” tem sido objeto de estudo em diversas línguas. Na língua francesa, Dendale (1993,2010) busca caracterizá-lo, considerando-o um uso essencialmente evidencial. No português europeu (PE), Oliveira (2013) busca analisá-lo como uma forma que permite ao locutor estabelecer um distanciamento em relação ao conteúdo proposicional de seus enunciados. Squartini (2001), por sua vez, faz uma descrição desse uso nas línguas românicas (português europeu, inglês, francês, espanhol e italiano), considerando-o como um fenômeno gramatical interno ao sistema verbal. Assim, baseando-se em pressupostos teóricos funcionalistas, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma descrição detalhada desse uso do condicional em contextos reais de uso no PB. Com base nas ocorrências fornecidas por um *corpus* composto por gêneros do domínio jornalístico, editoriais, notícias e artigos de opinião, busca-se descrever o funcionamento do “condicional de valor evidencial”, de modo a definir suas características sintáticas, semânticas e pragmáticas. Com essa caracterização, será possível verificar se o morfema do condicional pode ser considerado como uma forma de se marcar gramaticalmente a evidencialidade no PB, assim como ocorre em outras línguas. A descrição possibilitará, além disso, a verificação da função discursiva desse uso nos gêneros jornalísticos que compõem o *corpus*. Espera-se que os resultados dessa pesquisa possibilitem um refinamento da categoria de evidencialidade no PB, fornecendo, além disso, uma contribuição àqueles que trabalham com o gênero jornalístico, uma vez que esse uso pode ser considerado como uma importante estratégia discursiva nesse meio.

Palavras-chave: evidencialidade, condicional, gênero jornalístico, funcionalismo.

ABSTRACT

In this research, we propose the study of a type of evidential marker not yet described in Brazilian Portuguese (BP), the *conditional tense*, which indicates how the speaker had access to the information conveyed in the statement, in other words, what is the source of the information. The “evidential conditional value” has been studied in several languages. In French, Dendale (2010) seeks to characterize it and considers it as an essentially evidential use. In European Portuguese (EP), Oliveira (2013) analyzes it as a way that allows speakers to establish a detachment from the propositional content of their statements. On the other hand, Squartini (2001) describes this use in Romance languages (European Portuguese, English, French, Spanish and Italian), considering it a grammatical phenomenon internal to the verbal system. Therefore, based on the functionalist theory, in this research it is intended to make a detailed description of this conditional use in real contexts of use in BP. Based on occurrences provided by a corpus of the journalistic domain, comprising editorials, news and opinion articles, we aim to describe the functioning of the “conditional evidential value”, looking to set the syntactic, semantic and pragmatic characteristics of this use. With this characterization will be possible to verify if the conditional morpheme can be considered a way of grammatically marking evidentiality in BP, a process which happens in other languages. This description will enable, besides, the verification of the discursive function of this use in the journalistic genres that compose the *corpus*. It is expected that the results of this research provide a refinement of the evidentiality category in BP, providing, in addition, a contribution to those who work with the journalistic genre, since this use can be considered an important discursive strategy in this area.

Key-words: evidentiality, conditional, journalistic genre, functionalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema top-down de análise da GDF (OLIVEIRA, 2007, p.9).	23
Figura 2: Modelo de organização da GDF (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008).	26
Figura 3: Tipologia dos evidenciais (DALL'AGLIO HATTNER, 2001).	49
Figura 4: Lista de ocorrências do condicional de valor evidencial vista através do concordanciador do Unitex.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação entre tipologias evidenciais (HENGEVELD e DALL'AGLIO HATTNER, 2015, p.14).	52
Quadro 2: Distribuição dos subtipos evidenciais segundo a arquitetura da GDF (DALL'AGLIO-HATTNER, 2012, p.69).	52
Quadro 3: Correspondência entre formas verbais com e sem valores evidenciais (OLIVEIRA, 2013, p.88)	63
Quadro 4: Sistematização dos usos evidenciais do condicional e do futuro nas línguas românicas, de acordo com Squartini (2001)	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Usos evidenciais do condicional no corpus.....	92
Tabela 2: Frequência do condicional evidencial nos gêneros jornalísticos que constituem o corpus.	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
1. A TEORIA FUNCIONALISTA	17
1.1 Os modelos de Análise Funcionalista	18
1.1.1 O Funcionalismo Norte-Americano	19
1.1.2 O Funcionalismo de Halliday.....	20
1.1.3 A Gramática Funcional de Dik (1989).....	21
1.1.4 A Gramática Discursivo Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008)	22
2. OS GÊNEROS TEXTUAIS E O FUNCIONALISMO	27
2.1 O Gênero Jornalístico.....	29
CAPÍTULO II – AS QUALIFICAÇÕES MODAL E EVIDENCIAL	34
1. A MODALIZAÇÃO	34
1.1 Origem dos Estudos	34
1.2 Tipos de Modalidade.....	35
2. A EVIDENCIALIDADE	39
2.1 A Evidencialidade em Língua Portuguesa e a Relação entre Evidencialidade e Modalidade.....	43
2.2 Tipologias Evidenciais	47
CAPÍTULO III – O CONDICIONAL EVIDENCIAL	54
1. OS USOS DO CONDICIONAL NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS: ENTRE TEMPO E MODALIDADE.....	56
2. O USO EVIDENCIAL DO CONDICIONAL	60
2.1 O uso evidencial do condicional no Português.....	60
2.2 O uso evidencial do condicional no Francês	66
2.3 Sistematização do uso evidencial do condicional nas línguas românicas de acordo com Squartini (2001).....	73
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA	80
CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS DADOS.....	84
1. O CONDICIONAL EVIDENCIAL NO PB: UM MARCADOR GRAMATICAL?.....	85
2. O CONDICIONAL EVIDENCIAL DE RETOMADA DA INFORMAÇÃO.....	92

3. O CONDICIONAL EVIDENCIAL DE CONJECTURA OU INFERENCIAL	100
4. A FUNÇÃO DISCURSIVA DO CONDICIONAL DE VALOR EVIDENCIAL NO DOMÍNIO JORNALÍSTICO.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

O significado de uma frase pode ser qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a proposição por ele expressa, fenômeno chamado de modalização. De acordo com Dall’Aglío Hattnher (1995), a modalização pode ser definida de diferentes formas, a partir de diferentes pontos de vista teóricos. Para Lyons (1977), por exemplo, a modalização é a maneira como o falante expressa suas opiniões ou atitudes em relação à proposição que a sentença expressa ou em relação à situação descrita. Maingueneau (1990, *apud* NEVES 1996, p.164), por sua vez, considera que a modalização é a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado.

Além de poderem ser modalizados, os enunciados também podem explicitar a fonte da informação que transmitem, ou seja, os textos também podem ser avaliados em relação à outra categoria, chamada evidencialidade. Há uma intensa discussão acerca do lugar da evidencialidade na língua: seria ela um subtipo de modalidade ou uma categoria superior à modalidade? Para Dik (1989) e Hengeveld e Mackenzie (2008), a evidencialidade é um subtipo de modalidade. Para Dall’Aglío-Hattnher (2007), a evidencialidade é uma categoria hierarquicamente superior à modalidade. A autora afirma que sem evidência é impossível fazer qualquer tipo de avaliação da probabilidade de um fato, considerando evidencialidade e modalidade epistêmica como categorias claramente diferentes. Vendrame (2010, p.23), lembra que, segundo Dall’Aglío-Hattnher (2001, p.60), os julgamentos epistêmicos são baseados no grau de certeza que o falante tem sobre o conteúdo enunciado, enquanto que os evidenciais, por outro lado, indicam as fontes a partir das quais o falante obteve a informação enunciada.

Há, ainda, outro uso, muito frequente no discurso jornalístico e muito estudado por diversos autores, chamado por Dendale (2010) de “condicional de valor evidencial”. Esse uso tem sido considerado como *modal*, mas também pode ser empregado com valor *evidencial* – a forma verbal *futuro do pretérito* indica como o locutor teve acesso à informação transmitida no enunciado/qual a fonte da informação, como se vê nos exemplos abaixo:

- (1) **Seriam** umas seis horas, mas a noite era evidente. (SQUARTINI, 2001, p.318)

- (2) O animal **teria** cerca de 60 anos de idade quando morreu e **estaria** morto entre há 10.000 anos a 15.000 anos, indicou à agência AFP o chefe da expedição, Semion Grigoriev, que qualificou a descoberta de excepcional. (OLIVEIRA, 2013, p.93)

No exemplo (1), a partir da forma verbal no futuro do pretérito, é possível concluir que o locutor obteve a informação por raciocínio próprio, ou seja, por inferência, a qual ele chegou a partir de premissas que poderão ser os seus próprios conhecimentos armazenados. Esse tipo de condicional é chamado por Dendale (2010) de condicional de conjectura (*conditionnel de conjecture*) ou condicional inferencial. Já em (2), a forma no futuro do pretérito indica que a fonte da informação provém de outrem – o que o locutor faz é repassá-la – esse condicional é chamado por Dendale (2010) de condicional de retomada de informação (*conditionnel de reprise*). O que se observa, em ambos os casos, é que o locutor obtém as informações de maneira indireta – em (1), a partir de premissas que não foram diretamente verificadas, e em (2), a partir de uma terceira pessoa, tratando-se de um conhecimento cuja validade não foi verificada diretamente pelo locutor.

Outros autores além de Dendale analisam esse uso do condicional com valor evidencial, tais como Abouda (2001), Haillet (2002) e Kronning (2002) para a língua francesa; Oliveira (2001, 2013), Rodrigues (2001) e Martins (2010) para o português europeu, Squartini (2001) para as línguas românicas em geral, dentre outros.

É importante ressaltar, no entanto, que embora haja autores que tratem desse uso do condicional no português europeu, como visto acima, não há para o português do Brasil descrições que tratem desse emprego. Nesse sentido, baseando-se teórica e metodologicamente em pressupostos funcionalistas, analisando-se a língua em seus usos em contextos reais, o presente trabalho tem como proposta propor um refinamento da descrição da categoria da evidencialidade no PB, relacionando-a com o condicional. Lança-se, ainda, a hipótese de que, apesar de a expressão da evidencialidade no PB ser feita primordialmente por meios lexicais, haveria uma forma de marcá-la gramaticalmente, por meio do morfema do futuro do pretérito. Considera-se assim, que, com a marcação do verbo no condicional, tem-se uma estrutura que apresenta um estatuto evidencial, sendo o princípio primário regente da evidencialidade, nesses casos, o modo de obtenção da informação, a partir de uma fonte indireta, que poderá ser o próprio falante, fazendo suas inferências ou uma fonte diferente dele, cujo relato é repassado adiante.

Objetiva-se então fazer uma descrição dos usos do condicional com valor evidencial encontrados em um *corpus* composto por textos jornalísticos (editoriais, notícias e artigos de opinião), coletados de edições online do jornal *Folha de São Paulo* dos anos de 2011 e 2012, de forma a analisar, ainda, sua função discursiva nesse gênero.

Sustentando a hipótese, já mencionada, de que o futuro do pretérito constituiria uma forma de se marcar gramaticalmente a evidencialidade, as suas ocorrências foram analisadas com o objetivo de descrever os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das estruturas em que o condicional é usado, permitindo uma leitura evidencial.

De modo geral, pretende-se solucionar as seguintes questões, que ainda permanecem incertas para a expressão desse uso no PB: qual seria o papel desse condicional evidencial nos textos? É possível afirmar que esse uso simplesmente torna a informação incerta, acrescentando apenas uma nuance semântica de incerteza (que é uma das características que o definem) ou seria mesmo um tipo diferenciado de fonte de informação marcada gramaticalmente pelo tempo verbal futuro do pretérito?

Em suma, o trabalho se justifica na medida em que irá fornecer uma descrição de um objeto de pesquisa ainda não explorado no PB, e contribuirá significativamente para com aqueles que trabalham com o gênero jornalístico, uma vez que o uso do condicional evidencial pelos jornalistas pode ser considerado uma importante estratégia discursiva nesse meio.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: no Capítulo I, será feita uma apresentação da teoria funcionalista, na qual está baseado o trabalho, expondo suas características mais centrais, assim como a exposição de alguns modelos e métodos de análise funcionalista; faz-se também a explicitação da caracterização dos gêneros textuais, principalmente dos gêneros pertencentes ao domínio jornalístico que fazem parte do *corpus* de análise – busca-se também, com a caracterização dos gêneros, relacioná-los de alguma forma à teoria funcionalista.

No Capítulo II, será feita uma caracterização mais detalhada das categorias da modalidade e, principalmente, da evidencialidade, mostrando como são tratadas, suas características, tipologias, etc. Nesse capítulo, também é abordada a relação entre ambas e como tal relação é assumida por diversos autores e no presente trabalho.

No Capítulo III, será apresentado primeiramente, o “condicional”, expondo a problemática existente em diversas línguas, sobre sua caracterização modal ou temporal; posteriormente, apresenta-se a caracterização do condicional de valor evidencial, sob diversos olhares: suas características semânticas e sintáticas segundo Dendale (1993, 2010), importante

investigador desse emprego, e outros trabalhos, como o de Oliveira (2013) e Squartini (2001), que também se dedicam à sua caracterização, respectivamente, no português europeu e nas línguas românicas.

No Capítulo IV, encontra-se a metodologia empregada na realização do trabalho; no Capítulo V, é apresentada a análise dos dados a fim de verificar como esse uso funciona em um *corpus* do PB. A análise consistirá na descrição desse uso, analisando-se também sua função discursiva no gênero jornalístico de modo a possibilitar um refinamento da categoria da evidencialidade; e finalmente, nas Considerações finais, faz-se uma síntese das principais descobertas e resultados da pesquisa. Por último, são apresentadas as referências bibliográficas.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. A TEORIA FUNCIONALISTA

Como afirma Dall’Aglio-Hattner (2007), dentro da teoria funcionalista encontra-se uma diversidade de pontos de vista, e uma gama de diferentes trabalhos, cada um com suas especificidades, que se ocupam em classificar a língua segundo a ótica funcionalista. Dessa forma, apesar de poderem apresentar diferenças em relação a algumas características, a consideração comum de todas as propostas que estão vinculadas à abordagem funcional é a de que a forma é motivada pela função.

Afirmar que a forma é motivada pela função significa dizer que a descrição da língua é feita com base em seu uso efetivo e real, ou seja, ela é observada de acordo com seus usos em determinados contextos. Para Dik (1980), as línguas naturais devem ser consideradas como instrumento de interação social, por meio do qual os falantes interagem no meio social. Dessa forma, a língua nada mais é do que um instrumento de comunicação, um sistema não autônomo que engloba um conjunto de atividades, caracterizando-se como uma forma de ação que envolve uma interação contínua entre os interlocutores e sociedade, decorrendo daí a sua função primordial, a de fazer comunicar e interagir. É a partir dessa necessidade de comunicação e interação entre os membros de uma comunidade, portanto, que nasce o sistema da língua.

É dessa concepção de língua que provém a consideração de que a estrutura gramatical (forma), resulta de fatores extragramaticais (função comunicativa da língua). Assim, como bem lembra Dall’Aglio-Hattner (2007, p.104), citando Nichols (1984, p.97), “funcionalistas acreditam que a situação comunicativa motiva, restringe, explica e determina a estrutura gramatical”.^{1,2}

Na descrição da língua em uso, a análise dos fenômenos linguísticos, portanto, se dá de forma integrada, ou seja, os níveis sintático e semântico se concretizam no nível pragmático, de modo que a descrição se expande para além dos limites da sentença, uma vez que se descreve olhando para o contexto de uso da língua (dentro do qual se encontram as

¹ Cf. o original: “Functionalists maintain that the communicative situation motivates, constrains, explains or otherwise determines grammatical structure”. (Nichols, 1984, p.97, *apud* DALL’AGLIO-HATNER, 2007, p.104)

² Todas as traduções presentes neste trabalho são de minha autoria.

motivações das escolhas que o falante fez da estrutura da língua). Esse é outro ponto comum entre as diversas propostas teóricas pertencentes à abordagem funcional: a relação entre sintaxe, semântica e discurso. Afirmar que a análise se expande para além dos limites da sentença, significa então dizer que ela também leva em conta tanto o falante quanto o ouvinte, ou seja, as necessidades da comunidade linguística. Desse modo, assim como afirma Dik (1989, p.2, *apud* PEZATTI, 2006, p.154), o compromisso principal do enfoque funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas como um requisito pragmático da interação verbal.

1.1 Os modelos de Análise Funcionalista

Foi possível perceber, a partir das características básicas do funcionalismo, citadas no tópico anterior, que a teoria funcionalista se opõe à teoria formalista e à teoria da Gramática Gerativa, no que diz respeito ao modo de descrever a língua. Dentro do funcionalismo, inauguraram-se uma variedade de propostas de trabalho e métodos de pesquisa. Inicialmente, a proposta de analisar as estruturas linguísticas considerando o aspecto funcional da linguagem, surgiu dentro do Círculo Linguístico de Praga, cujos adeptos, além de receberem influências de Saussure e do estruturalismo linguístico, iniciaram esse novo modo de lidar com a língua, considerando-a como um sistema funcional, no sentido de que pode ser utilizada para determinados fins.

Além do Círculo Linguístico de Praga, sabe-se ainda, segundo Oliveira e Hirata-Vale (2014, p.1), que alguns autores como Neves (1997), Newmeyer (1998) e Butler (2003) consideram que sob o rótulo *funcionalista*, ainda é possível identificar outros métodos de análise, dentre os quais, os que recebem maior destaque são: o funcionalismo de Givón (1979,1995), o de Halliday (1985), o de Dik (1989, 1997) e o de Hengeveld e Mackenzie (2008). Cada uma dessas propostas apresentam algumas diferenças entre si, mas são guiadas por um pensamento comum, que, como visto, permeia e define toda a teoria funcionalista, a de que a estrutura linguística resulta de fatores extragramaticais (função comunicativa da língua) e a de que a sintaxe não é autônoma, e sim, governada pela semântica e pragmática.

Serão elencadas abaixo as propostas funcionalistas citadas acima, com uma breve explicitação de seus objetivos e métodos.

1.1.1 O Funcionalismo Norte-Americano

A linguística norte-americana sempre recebeu uma maior influência da tendência formalista de descrição das línguas, porém, com o interesse de alguns estudiosos pela linguística cognitiva, foi dado um passo em direção ao funcionalismo linguístico, isso porque a linguística cognitiva se caracteriza pela adoção de alguns pressupostos que vão contra a tradição formalista da língua, dentre os quais a ideia de que os conceitos decorrem de padrões criados culturalmente.

De acordo com Martelotta e Kenedy (2003, p.23), foi apenas na década de 70, porém, que o funcionalismo ganhou força nos Estados Unidos, com destaque para o trabalho de Talmy Givón, que insistiu em uma linguística baseada no uso, com a descrição dos aspectos da língua a partir do contexto linguístico em que esta é utilizada. Os autores ainda trazem um resumo da visão funcionalista da linguagem, que se define de acordo com as premissas abaixo, estabelecidas por Givón (1995):

- A linguagem é uma atividade sociocultural;
- A estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- A estrutura é não arbitrária, motivada, icônica;
- Mudança e variação estão sempre presentes;
- O sentido é contextualmente dependente;
- As categorias não são discretas;
- A estrutura é maleável e não rígida;
- As gramáticas são emergentes;
- As regras da gramática permitem algumas exceções.

De acordo com Oliveira e Hirata-Vale (2014, p.9), o compromisso de Givón com a centralidade da pragmática e da semântica se reflete na análise da sintaxe como um fenômeno de ordem discursiva, e por essa razão, pode-se considerar seu funcionalismo como menos conservador, uma vez que não é um modelo de análise centrado em questões estritamente gramaticais e estruturais.

1.1.2 O Funcionalismo de Halliday

Na Europa, além de ter influenciado os linguistas da Escola de Praga, o funcionalismo também chegou até as escolas de Londres, onde por meio de Halliday, passou-se a estudar as línguas sob um ponto de vista funcional.

Inaugurou-se assim, com Halliday (1994), a Gramática Sistemática Funcional (GSF), com orientação funcional e semântica. Essa gramática passou a analisar o texto, e não as sentenças isoladas, acabando assim, por dar mais atenção ao uso e não a gramaticalidade. O diferencial do funcionalismo de Halliday é a associação de uma interpretação funcional da linguística com uma descrição sistêmica, havendo assim uma gramática sistemática passível de ser interpretada funcionalmente, ou seja, tudo na gramática passou a ser explicado em relação a como a língua é usada (os elementos da língua explicados por suas funções no sistema linguístico). Assim, na gramática de Halliday e Halliday e Matthiessen (1994, 2004), conforme indicam Oliveira e Hirata-Vale (2014, p.3-4):

Considera-se que as diferentes redes sistêmicas são responsáveis pela codificação de diferentes tipos de significados, que se ligam às diferentes funções da linguagem, chamadas de metafunções ideacional, interpessoal e textual.

As funções da linguagem inauguradas por Halliday (1994) são vistas por ele, como sinônimos de uso da língua. Segundo o autor, enquanto a linguagem é usada, ocorrem três funções concomitantes, a ideacional, que é usada pelos falantes para representar o mundo, ou seja, codificar suas experiências no mundo; a interpessoal, responsável pelo estabelecimento da interação entre os participantes no ato comunicativo (atitudes, relações sociais); e por fim, a textual, usada para que se organizem as informações e significados ideacionais e interpessoais de forma coerente e coesa.

O funcionalismo de Halliday (1985, 1994), portanto, preza pelo equilíbrio entre o funcional e o sistêmico, priorizando todos os aspectos da língua em sua descrição, os sintáticos, semânticos e pragmáticos.

1.1.3 A Gramática Funcional de Dik (1989)

Na Europa, além de Halliday destaca-se também o funcionalismo holandês de Dik (1989, 1997) e Hengeveld e Mackenzie (2008), sendo que esses últimos foram responsáveis por uma expansão da Gramática Funcional (GF) de Dik, em uma reformulação que se intitulou de Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

A teoria funcionalista proposta pela Gramática Funcional de Dik (1989,1997) se caracteriza, de acordo com Oliveira (2007, p.2), por propor uma teoria geral de organização das línguas que privilegia as relações funcionais em diferentes níveis de organização linguística. Sabe-se ainda, segundo a GF, que a teoria gramatical deve se adequar a três padrões: o tipológico, segundo o qual a teoria deve ser capaz de explicar sistematicamente a gramática de qualquer língua, sabendo também explicar suas diferenças e similaridades; o pragmático, segundo o qual a teoria deve saber explicar as funções interativas das expressões linguísticas; e o padrão psicológico, que determina que a teoria deve ser compatível com os modelos que explicam os processos psicolinguísticos de codificação (produção) e decodificação (interpretação) das línguas.

De maneira geral, a GF procura mostrar como as intenções comunicativas dos falantes estão refletidas nas estruturas da língua, considerando como essas estruturas são usadas em eventos reais de comunicação. Assim, considera-se que, em toda e qualquer interação verbal estabelecida entre o falante e o ouvinte, ambos possuem um conjunto de informações pragmáticas (crenças, conhecimentos de mundo e da situação comunicativa, etc), que são acionadas no momento da interação. Nesse momento, o falante irá apresentar uma intenção comunicativa que é codificada no conteúdo de uma expressão linguística – a eficácia dessa codificação e, portanto, de sua intenção, dependerá de sua informação pragmática, assim como de uma hipótese feita sobre o conteúdo da informação pragmática do ouvinte, ou seja, uma possível interpretação que o ouvinte poderá ter perante o enunciado. Ao receber a expressão linguística do falante, o ouvinte, por sua vez, tenta reconstruir a intenção deste, e para isso, será auxiliado por sua própria informação pragmática e, novamente, por uma hipótese ou previsão sobre a informação pragmática que o falante possui. Nesse processo, como se vê, são acionados dois sistemas de regras, as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, que governam as estruturas linguísticas; e as regras pragmáticas, que governam a interação verbal entre os participantes do ato comunicativo.

Para Dik (1989, p. 410-411), esse modelo é relevante tanto para a produção e interpretação da oração, como também do discurso, uma vez que, segundo o autor, qualquer

discurso depende de informação contextual e de conhecimentos partilhados pelos participantes do ato comunicativo.

O modelo de análise da GF, no entanto, contempla a oração, o ato de fala (a proposição revestida de força ilocucionária), como unidade básica de análise, a partir de sua estrutura subjacente abstrata, e sobre esta atuam os sistemas de regras citados acima, que determinam a forma, organização e padrão entonacional dos constituintes da estrutura superficial. A estrutura subjacente, por sua vez, apresenta vários níveis e camadas de organização formal e semântica (Oração > Proposição > Predicação > Termos > Predicado), e a análise, de acordo com esse modelo, se dá de baixo para cima, ou seja, a descrição é feita numa ordem *bottom-up* (ascendente), sendo necessário, primeiramente, que haja um predicado, designando uma propriedade ou relação, para que seja aplicado em seguida aos termos que se referem às entidades e atuam como argumentos desse predicado, e assim segue a descrição, até que se chegue à oração (ato de fala propriamente dito).

Segundo Oliveira (2007, p.9), a Gramática Funcional formulada por Dik não pode ser considerada ou confundida com um funcionalismo dito mais “radical”, uma vez que se caracteriza como funcional e formal ao mesmo tempo. Funcional porque prioriza a funcionalidade da língua, e formal porque em seu modelo de análise propõe formalizações abstratas para suas generalizações.

1.1.4 A Gramática Discursivo Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008)

Inspirada na Gramática Funcional de Dik, surge a Gramática Discursivo Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), que passou a apresentar diferenças em relação à primeira. A GDF propôs um modelo de gramática orientado para o discurso, cuja unidade básica de análise, por sua vez, é o ato do discurso, definido como uma unidade não-oracional, formulada a partir das intenções comunicativas dos falantes e constituindo-se, conforme define Kroon (1995), como a menor unidade do comportamento comunicativo, e não o ato de fala, como na GF. Outra diferença entre as duas propostas é a inversão do modo de análise, que passou a ser *top-down*, ou seja, de cima para baixo. Essa mudança se justifica, porque, para Hengeveld e Mackenzie (2008), um modelo de gramática será mais efetivo quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico, ou, em outras palavras, quanto mais refletir a lógica da produção linguística; assim, uma vez que essa produção começa com as intenções comunicativas até que se chegue de modo descendente, à articulação da expressão linguística, o modelo de gramática deve refletir esse processo, sendo organizado da

mesma maneira, do discurso para as unidades de expressão. O esquema *top-down* da GDF é ilustrado na figura abaixo:

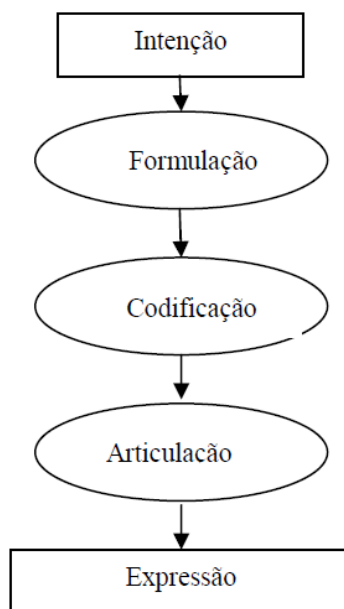


Figura 1: Esquema top-down de análise da GDF (OLIVEIRA, 2007, p.9).

No modelo de análise proposto pela GDF, a gramática está disposta em quatro níveis, que por sua vez estão dispostos em camadas organizadas hierarquicamente. Os quatro níveis, denominados interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico, são responsáveis, respectivamente, por motivações pragmáticas, motivações semânticas, aspectos estruturais e aspectos prosódicos da codificação dos enunciados. A GDF, nessa disposição, reflete bem a interação e influência estabelecida entre os níveis linguísticos – a pragmática governando a semântica, que por sua vez governam a morfossintaxe, e as três juntas governando a fonologia.

Na disposição *top-down* dos níveis, distinguem-se duas operações, que podem ser verificadas na figura 1, e posteriormente, na figura 2: a operação de formulação, que ocorre nos níveis interpessoal e representacional, onde são selecionadas as representações semânticas e pragmáticas que serão lidas; e a operação de codificação, onde são aplicadas regras que convertem as representações semânticas e pragmáticas em representações morfossintáticas e fonológicas, nos níveis morfossintático e fonológico, respectivamente, onde a operação se dá.

Os quatro níveis citados acima, fazem parte do componente gramatical do modelo. Importante ressaltar ainda, que na GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008), a gramática, ou

seja, o componente gramatical do modelo é concebido como um componente que se integra a uma teoria mais ampla da interação verbal, que contém ainda os componentes conceitual, contextual e de articulação:

- I. Componente Conceitual: onde é formulada uma dada intenção comunicativa, convertida em representações linguisticamente relevantes. Pode-se considerar esse componente como a força motriz do componente gramatical.
- II. Componente Contextual: contém uma descrição do domínio do discurso, englobando o discurso precedente e a situação externa em que esse discurso ocorre, além das relações sociais entre seus participantes.
- III. Componente de Articulação ou de saída: responsável pela expressão de uma unidade linguística (em sinais acústicos ou expressões ortográficas) e dependente das informações cedidas pelo componente gramatical.

Oliveira e Hirata-Vale (2014, p.14) resumem o funcionamento da GDF:

Os quatro componentes interagem uns com os outros num sentido *top-down*, respeitando o modelo de produção linguística no qual a organização da gramática se baseia. Respeitando essa ordem, os componentes conceitual e contextual, que são extralinguísticos, atuam na formação inicial da intenção comunicativa e encaminham o processamento linguístico para o componente gramatical no momento em que o sistema linguístico é acionado. O componente gramatical encaminha, então, a expressão linguística para o componente de articulação, no qual se dá sua realização final.

Como explicitado por Oliveira e Hirata-Vale (2014, p.15), a unidade básica de análise da GDF é o Ato discursivo, definido, segundo Kroon (1995), como a menor unidade do comportamento comunicativo. Admite-se, nessa proposta, que a comunicação se dá pelo encadeamento de expressões linguísticas, de modo a abranger unidades maiores ou menores que a oração. Assim, o modelo de análise se justifica, pois existem muitos fenômenos gramaticais que só podem ser interpretados levando-se em conta contextos maiores, além da oração isolada, ou contextos menores que ela.

Essas unidades maiores ou menores que a oração são descritas a partir da sua aplicação *top-down* nos quatro níveis de análise, em operações de formulação e de codificação da expressão linguística, como já observado.

De maneira geral, os dois primeiros níveis, interpessoal (pragmático) e representacional (semântico), descrevem a língua quanto a suas funções e significados que podem ser codificados pela morfossintaxe da língua. No nível interpessoal, encontram-se as unidades linguísticas em termos de sua função comunicativa – são orações que revelam as intenções comunicativas do falante, e que se realizam como um ato discursivo. O nível representacional, por sua vez, representa a unidade linguística em termos de categoria semântica (podem ser de diferentes ordens, como, por exemplo, indivíduo, de 1ª ordem; estado-de-coisas, de 2ª ordem; e conteúdo proposicional, de 3ª ordem), estabelecendo-se relações entre proposições e estados de coisas³, por exemplo. Passando pelo nível morfossintático, as unidades linguísticas são analisadas de acordo com seus constituintes sintáticos, da camada mais alta para a mais baixa: expressão linguística, oração, sintagmas e palavras, ou seja, as informações pragmáticas e semânticas são convertidas em representações de natureza formal da língua. Por fim, no nível fonológico, a expressão linguística é analisada em relação às unidades fonológicas que ela contém. Encontra-se abaixo o modelo geral de organização da GDF:

³ Um estado-de-coisas, segundo Neves (1994, p.121-122) “(...)é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental)”. Um estado-de-coisas pode ainda ser localizado no tempo e no espaço, ter certa duração, e ser visto, ouvido, ou de algum modo, percebido.

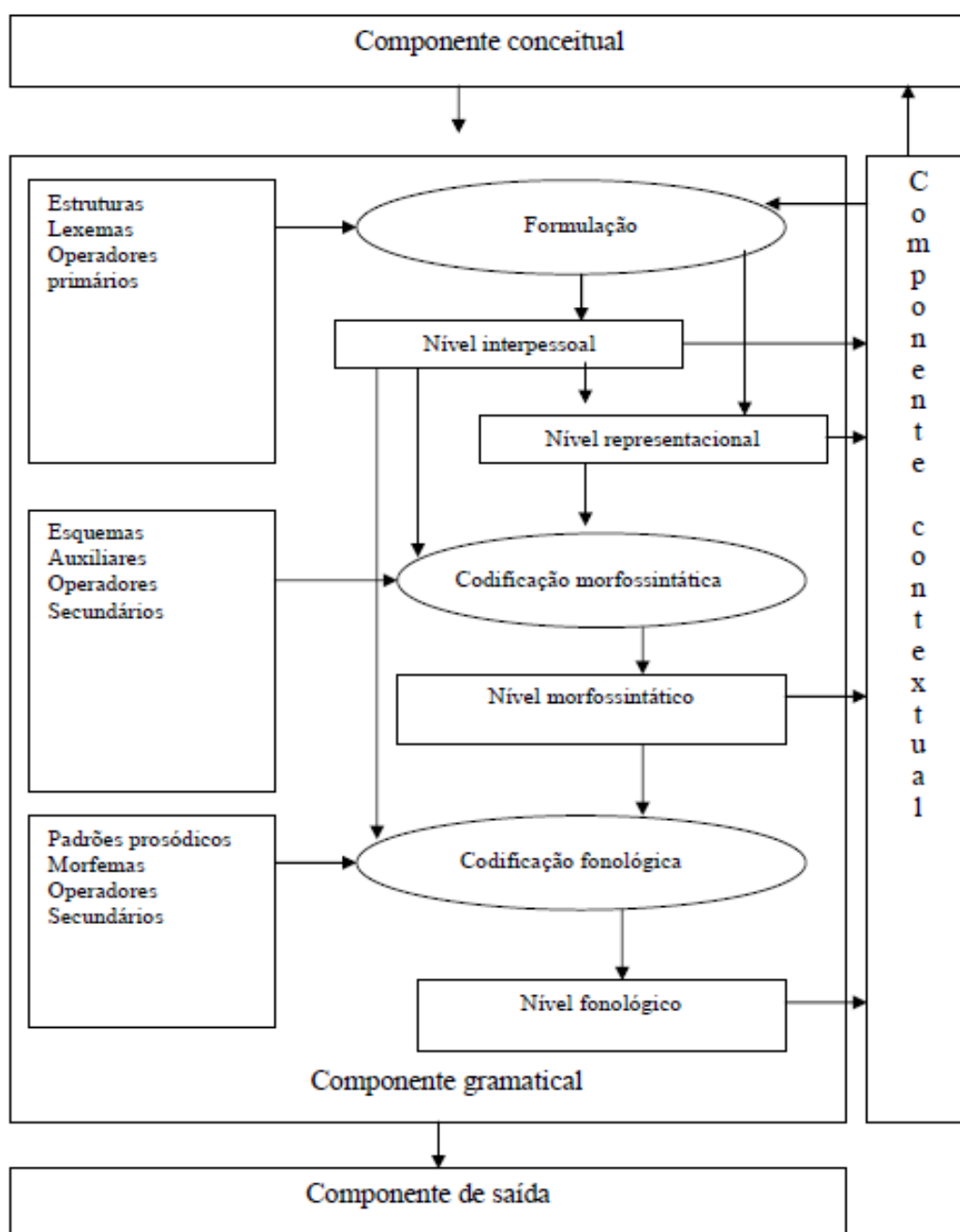


Figura 2: Modelo de organização da GDF (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008).

Os níveis ainda se realizam em uma estrutura em camadas, que se distinguem uma das outras por unidades específicas. No nível interpessoal, por exemplo, em ordem decrescente quanto ao escopo, encontram-se as seguintes camadas: Move > Ato Discursivo > Ilocução > Participantes > Conteúdo Comunicado > Subato de atribuição > Subato Referencial. No nível representacional, as camadas são Conteúdo Proposicional > Episódio > Estado-de-coisas > Propriedade Configuracional > Propriedade lexical > Indivíduos. Por motivos de relevância

para o presente trabalho, não serão expostas aqui as camadas pertencentes aos níveis morfossintático e fonológico.

Segundo Oliveira e Hirata-Vale (2014, p.19), a GDF pode ser considerada como uma teoria funcionalista mais moderada, chamada de funcionalista-estruturalista. O modelo ocupa uma posição intermediária entre um funcionalismo radical e um formalismo radical. É funcional porque seu modelo de análise é baseado na crença de que as propriedades dos enunciados se adaptam aos propósitos comunicativos do falante. Por outro lado, reconhece certo grau de estabilidade do sistema linguístico e explica a língua a partir das regularidades observadas em um sistema de representação formal – tais regularidades, no entanto, são analisadas em termos das funções comunicativas que cumprem na interação verbal. Dessa forma, a GDF integra aspectos comunicacionais em uma arquitetura de modelo formal, procurando entender o modo como as unidades linguísticas são estruturadas e as intenções comunicativas que as motivam. Ao fazer uso de evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica, a GDF, portanto, busca fazer uma descrição do conhecimento subjacente ao potencial comunicativo do usuário da língua.

Antes de dar início ao próximo capítulo, que traz uma visão geral acerca da evidencialidade, convém caracterizar também os gêneros textuais, em especial os gêneros jornalísticos. É importante saber como se estruturam os textos pertencentes a esse domínio e a que regras (textuais e sociais) os jornalistas estão submetidos, uma vez que essa organização interna e conduta, respectivamente, poderão influenciar na frequência do uso em questão que será investigado. A seção seguinte, desta forma, apresenta os gêneros textuais, procurando relacioná-los, brevemente, a algumas características da teoria funcionalista.

2. OS GÊNEROS TEXTUAIS E O FUNCIONALISMO

Muitas são as possibilidades teóricas para o estudo dos gêneros textuais. Como afirma Marcuschi (2008, p.151), o estudo dos gêneros é hoje “uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para a linguagem em funcionamento, e para as atividades culturais e sociais”. Apesar de abordar as noções de gênero segundo a perspectiva da linguística textual, o autor estabelece algumas características que podem relacioná-lo ou até mesmo ligá-lo à perspectiva funcionalista, na medida em que relaciona os gêneros ao uso e contexto e o considera uma forma de interação estabelecida e criada no meio social. Como se sabe, um dos pressupostos básicos do funcionalismo é o de que a língua é um instrumento de comunicação destinado à

interação dentro do meio social. Dessa forma fica fácil ver dentro do conceito de gênero essa função, que lhe é característica.

Assim, alguma das noções estabelecidas por Marcuschi (2008, p.21), em obra de referência para este trabalho, que se aproximam de alguma forma a pressupostos funcionalistas são:

- a. A linguagem é uma atividade sociointerativa, sócio-histórica e cognitiva (uma forma de ação);
- b. O texto é uma unidade de sentido ou de interação;
- c. O gênero textual é uma forma de ação social e não uma entidade linguística formalmente constituída.

Relacionando gênero, uso e contexto social, portanto, Marcuschi (2008, p.72) considera que todo uso e funcionamento significativo da linguagem se dão em textos e discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade.

Como já visto anteriormente, na perspectiva funcionalista, considera-se que a linguagem tem funções que são externas ao sistema linguístico e que essas funções influenciam a organização interna desse sistema. Assim, relaciona-se contexto social e forma linguística, e pode-se notar essa relação dentro de vários registros e gêneros textuais. O texto será então a unidade de sentido e interação, dentro do qual se manifestará o uso da língua, ou seja, as relações que se estabelecem entre falante, ouvinte e comunidade linguística, que, por sua vez, determinaram a estrutura linguística, níveis sintáticos e semânticos se concretizando no nível pragmático.

Partindo-se da noção de que a língua é um conjunto de práticas sociais, históricas e cognitivas sensíveis à realidade sobre a qual atua, ou seja, um sistema de práticas com o qual os escritores/leitores agem e expressam suas intenções, com ações adequadas aos objetivos de cada circunstância, chega-se a noção de gênero textual.

Segundo Marcuschi (2008), o gênero é uma prática social e textual-discursiva, sendo uma ponte entre o discurso como uma atividade mais universal e o texto enquanto peça empírica particularizada e configurada numa determinada composição observável. O autor faz uma lista com as características principais dos gêneros, que são: dinâmicos, históricos, sociais, situados, comunicativos, orientados para fins específicos (funções específicas),

ligados a determinadas comunidades discursivas, ligados a domínios discursivos, recorrentes e estabilizados em formatos mais ou menos claros.

Marcuschi (2008, p.84), ainda cita Coutinho (2004, p. 35-37), para quem os “gêneros são modelos correspondentes a formas sociais reconhecíveis nas situações de comunicação em que ocorrem”. Dessa forma, uma notícia, um editorial e um artigo de opinião, são gêneros textuais pertencentes ao domínio jornalístico, uma vez que são facilmente reconhecíveis nessa situação comunicativa.

Conclui-se, portanto que, para serem facilmente reconhecíveis em determinada situação comunicativa, cada gênero terá uma esquematização própria, de modo que, para a elaboração de determinado discurso (ou seja, para a concretização linguística de determinada intenção, que envolverá uma contínua interação entre falante, ouvinte e comunidade linguística), escolhe-se um gênero adequado, que condicionará a certa esquematização textual. Os gêneros textuais apresentam então, uma função, sendo formas mais ou menos estáveis, característicos de certas situações comunicativas, responsáveis por serem veículos de comunicação de discursos que condizem com a situação comunicativa em que tais gêneros estão inseridos.

Para Marcuschi (2008), são ações de ordem comunicativa com estratégias convencionais para atingir determinados objetivos. Essas estratégias, no entanto, apesar de serem estabelecidas para cada gênero, foram determinadas de acordo com as funções/intenções desses gêneros – assim, chegou-se a estruturas linguísticas mais adequadas aos objetivos/funções de cada gênero. Para fazer valer sua convicção sobre determinado assunto, por exemplo, o autor de um artigo de opinião, construirá seu texto com recursos que possibilitem a realização desse objetivo, e tais recursos são característicos desse tipo de gênero. Disso decorre, concluindo, que uma boa produção e compreensão textual permitem uma melhor atuação social e intervenção na prática social, observando-se então o papel de forma de ação social da língua, desenvolvida para possibilitar a interação dentro das comunidades linguísticas.

2.1 O Gênero Jornalístico

Como dito anteriormente, cada gênero possui uma esquematização própria, ou seja, uma configuração específica e exclusiva que o define. Não é diferente com os gêneros jornalísticos, mas, pelo contrário, especialmente nesse domínio, a especificidade dos textos é

enorme, de modo que há um estilo ou linguagem denominada “jornalística”, que deve estar expressa em todos os gêneros pertencentes a esse domínio.

O estilo ou linguagem jornalística foi sendo convencionalizado aos poucos. Existem manuais formulados especialmente para instruir os jornalistas sobre a técnica que devem adotar para escrever determinado gênero. Esses manuais foram elaborados pelas próprias instituições dos grandes jornais – denominam-se de manuais de redação jornalística. Os propósitos desses guias (que se mostram muitas vezes normativos) são variados: fornecem desde dicas de escrita e normas de padronização para o jornal até instruções para a produção dos textos jornalísticos, como, por exemplo, a exigência da objetividade, principalmente em textos com função informativa, como as notícias.

Como se sabe, o jornal, seja ele online ou impresso, é o suporte típico de gêneros como a notícia, o editorial e o artigo de opinião. É através dele que tais gêneros circulam na sociedade. Cada um desses gêneros, que compõem o *corpus* dessa pesquisa, apresentam sua estruturação própria, de modo que todo jornalista que seja especialista nesses exemplares, seguiu as mesmas regras e normas para a produção de seus textos; produção essa que se configura como uma ação guiada por certas estratégias convencionalizadas muitas vezes em manuais como os citados acima. Abaixo, se encontram as características das notícias, editoriais, e artigos de opinião.

A notícia se configura como o gênero fundamental e básico de qualquer jornal. Segue uma estrutura bastante convencional (o jornalista procura responder as questões *o quê?*, *quem?*, *quando?*, *onde?*, *como?* e *por quê?*), de modo que é fácil reconhecê-la e distingui-la de outros textos jornalísticos. Sua função é essencialmente informativa – deve relatar os fatos do evento em foco de forma clara e concisa, sem comentários e interpretação do autor (é um texto extremamente objetivo e imparcial). A regra principal que todo autor desse tipo de texto deve seguir é a que indica que se deve expor fatos e não opiniões.

Os textos das notícias são curtos, e sua estrutura temática geralmente obedece a uma ordem, denominada “princípio de relevância” pelo *Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo* (1990 p.18-19). Segundo esse manual, obedecer ao princípio de relevância significa “dispor as informações do texto em ordem decrescente de importância”, ou seja, as informações mais importantes aparecem primeiro (os tópicos de nível superior ficam em primeiro lugar). Em relação ao tipo textual, as notícias são textos que obedecem a uma estrutura narrativa que pode ser acrescida de exposições e descrições. Outra característica bastante peculiar das notícias é o fato de que outros gêneros derivam dela, ou seja, um artigo

de opinião ou um editorial poderão discutir e opinar sobre um assunto polêmico que possa estar ligado à notícia principal do jornal (a manchete).

Por fim, e de mais importância para este trabalho, é o que diz respeito às fontes da informação – é comum que o autor de notícias procure informações extras além das fornecidas sobre o assunto em pauta, para que seu texto se torne mais claro. Quando utiliza em seu texto marcas de dialogismo, ou seja, quando repassa declarações de outras pessoas que possam estar envolvidas de alguma forma no que está sendo noticiado, essa será mais uma de suas técnicas para garantir a objetividade e imparcialidade do texto, na medida em que estará se isentando da responsabilidade sobre o conteúdo dessas declarações (de outrem).

Os artigos de opinião, por sua vez, são textos em que o autor expõe seu posicionamento ou opinião sobre algum tema (atual ou não) que esteja em pauta no jornal (manchete). Os autores desse tipo de gênero nem sempre são jornalistas – podem ser profissionais especializados no tema em questão, como por exemplo, especialistas ou pesquisadores. Além de expor seu ponto de vista, o autor tenta sustentá-lo através de diversos tipos de argumentos, ou seja, trata-se de um texto argumentativo, que geralmente apresenta os argumentos do menor ao mais forte, a fim de persuadir e convencer o leitor a adotar a opinião expressa. Uma vez que a regra básica estabelecida pelos manuais de redação jornalística é a de objetividade e imparcialidade, nota-se que gêneros opinativos, como os artigos de opinião, ocupam seções pré-determinadas dos jornais, destinadas à veiculação de opinião. O que os diferencia das notícias em relação à fonte da informação é o fato de utilizarem como argumentos, declarações de uma fonte externa (terceira-pessoa) – tais declarações funcionam como âncoras que irão sustentar a opinião assumida. As ideias defendidas nesse tipo de gênero, portanto, são de total responsabilidade do autor, e não representam necessariamente a mesma opinião do jornal (como instituição) que os veicula – o fato de todo artigo ser assinado é o que garante e permite que o jornal mantenha a sua imparcialidade, isentando-se de qualquer opinião que possa ter sido expressa.

Os editoriais, por fim, são textos em que o autor exprime a opinião ou parecer do jornal (como instituição) sobre determinado fato em pauta no dia (manchete). Apresentam ideias que mostram o ponto de vista adotado pelo jornal sobre a matéria em destaque, caracterizando-se como um gênero opinativo, portanto. Configuram-se como textos dissertativo-argumentativos, assim como os artigos de opinião. Sua diferença em relação a esse último é o fato de que o jornal, como instituição, goza de maior credibilidade no meio social. Quando utiliza declarações de uma fonte externa em seu texto, o autor o faz (assim

como em artigos de opinião) para que haja certo embasamento dos argumentos apresentados e defendidos no decorrer do texto.

Como foi possível observar, cada gênero contido no *corpus* deste trabalho apresenta características próprias, sendo que os últimos, artigos de opinião e editoriais, se assemelham por serem mais característicos do jornalismo opinativo. Há, portanto, apesar do que se convencionalizou dizer sobre o jornalismo, a possibilidade de se veicular opiniões dentro desse domínio e para isso se determinou a existência de suas duas vertentes, uma do jornalismo informativo, e outra do jornalismo opinativo.

Ainda é forte, porém, a legitimação de um sistema de regras ou normas socialmente compartilhadas sobre o uso e configuração dos gêneros pertencentes a esse domínio. Muito se fala ainda em objetividade, neutralidade, ética jornalista, dentre outros aspectos que norteiam o jornal. É claro que a aplicação dessas normas varia de acordo com cada jornal, mas de maneira geral ainda se determinam objetivos bem delimitados e rígidos para a confecção dos textos. Para amenizar tal rigidez e lidar com gêneros que passaram a permitir certas marcas de subjetividade, o domínio criou as estratégias já mencionadas anteriormente, de diferenciar entre um jornalismo informativo e um opinativo; ou assegurar que artigos de opinião sejam assinados para que o jornal não seja acusado de ser menos objetivo ou imparcial do que deveria.

Um importante jornalista brasileiro, Clóvis Rossi (1980), em livro intitulado “*O que é Jornalismo?*”, afirma que a imprensa brasileira importou o chamado “mito da objetividade” dos padrões jornalísticos norte-americanos. Segundo ele, no entanto, atualmente é muito difícil que os textos sejam totalmente desvinculados das opiniões dos jornalistas que testemunharam os fatos e somente acontecimentos sem incidência política e/ou social ainda permitem o exercício da objetividade, como uma narração de um acidente de trânsito, por exemplo. É por isso que, geralmente, as notícias parecem ser mais objetivas em relação à transmissão dos fatos.

Apesar de ser vista como mito, no entanto, Rossi (1980, p.11-12) ressalta que “a objetividade ainda continua sendo um dos principais parâmetros na linha editorial dos principais veículos de comunicação do Brasil”. Assim, pode-se dizer que se trata ainda de um requisito que influencia bastante todas as modalidades de textos que compõem um jornal. Para garantir essa objetividade, o autor lembra da existência dos chamados *copidesques*, que, segundo ele, são responsáveis, geralmente, por padronizar os textos que são produzidos fora da sede do jornal, ou seja, são responsáveis por garantir que esses textos tenham a objetividade necessária aos propósitos do jornal. Segundo Rossi, o *copidesque* funcionaria

então como um filtro aplicado aos textos inicialmente produzidos pelos repórteres. Esse filtro promoveria uma primeira distorção entre o que foi narrado pelo repórter, e o que será publicado de fato, de modo que se retiram do texto não só as emoções, por exemplo, como alguns outros detalhes aos quais o repórter possa ter dado ênfase. O resultado dessa “padronização” é que a forma final em que principalmente as notícias, aparecem no jornal, consistirá, muitas vezes, na versão de pessoas que não testemunharam o acontecimento.

Salienta-se ainda que não só pelas mãos do *copidesque* passam os textos produzidos, mas também pelas mãos dos diretores (editores/chefes de seção) de cada publicação, e pelas mãos dos chamados “chefes de redação” que também exercem influência sobre a versão final da publicação.

Os gêneros destinados à opinião, portanto, estariam sempre em franco contraste com as notícias publicadas ao seu lado, que foram preparadas de acordo com as normas corriqueiras do jornalismo. Nem por isso os autores desses tipos de textos estão livres da objetividade, pois, com o intuito de persuadir seu interlocutor, o enunciador-jornalista deve buscar estabelecer um equilíbrio entre o descomprometimento que proporcionará certa objetividade à exposição dos fatos, e o comprometimento necessário para poder opinar sobre o assunto-tema com autoridade.

A respeito das fontes da informação, por fim, Clóvis Rossi (1980, p.46) diz que os textos do jornal preferem as declarações em detrimento das informações. Isso porque, segundo ele, as declarações comprometeriam aqueles que a fazem, não o jornalista, que a veicula; enquanto que a informação, no geral, é de responsabilidade do jornalista. Isso é facilmente verificável nos textos do *corpus* deste trabalho: todos estão carregados de declarações, principalmente as notícias; os artigos de opiniões e editoriais, por sua vez, apresentam informações a mais, de modo a cumprir seu papel de “opinar”.

Em suma, é de extrema importância o conhecimento de todas essas questões, uma vez que elas serão fatores determinantes da ocorrência, e do modo como essa ocorrência se dará, nos textos jornalísticos, do objeto de pesquisa em questão: o condicional evidencial. Dessa forma, o contexto extralinguístico que envolve os gêneros analisados, também influirá nos resultados que serão encontrados nesta pesquisa, de modo que não será possível explicar esses resultados sem se referir a tais características.

No próximo capítulo, portanto, serão abordadas com mais detalhamento as categorias da modalidade e evidencialidade, que são responsáveis por diversos sentidos encontrados em textos jornalísticos, como o de (des)comprometimento do locutor a respeito da informação veiculada, dentre outros.

CAPÍTULO II

AS QUALIFICAÇÕES MODAL E EVIDENCIAL

Nesta seção, serão definidas e distinguidas as categorias de evidencialidade e modalidade, expondo-se a relação entre ambas e o tratamento que este trabalho adotará a respeito dessa relação – isso tudo para que se possa localizar o condicional evidencial no âmbito dessas duas categorias. Acredita-se que essa relação entre modalidade e evidencialidade merece ser tratada uma vez que na descrição do condicional evidencial, ao se analisar o valor evidencial que a forma em questão apresenta, outro valor se mostra envolvido: o valor modal de incerteza da informação, e conseqüente não comprometimento do locutor com a informação veiculada. Em razão disso, abre-se a possibilidade de o condicional evidencial ser analisado segundo dois domínios, o da modalidade e o da evidencialidade. Faz-se necessário, então, adotar um ponto de vista a respeito da relação entre esses dois domínios, para que a descrição que se pretende fazer seja mais completa e esclarecedora.

1. A MODALIZAÇÃO

Como explicitado brevemente na introdução deste trabalho, o processo de modalização ocorre quando o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a proposição por ela expressa, ou seja, podemos distinguir, na maioria dos enunciados das diversas línguas naturais, um dito, o chamado conteúdo proposicional e uma modalidade, a categoria que expressa o ponto de vista do falante (suas crenças e atitudes) sobre tal conteúdo proposicional. Lyons (1995) define modalidade como as maneiras, nas diferentes línguas, pelas quais a atitude do falante é gramaticalmente marcada. Essa é a definição mais clássica de modalidade, sendo sua conceituação bastante variada conforme a diversidade de estudos sobre o tema.

1.1 Origem dos Estudos

O tratamento do processo de modalização é diverso, estendendo-se a vários campos de estudo, tais como o filosófico, o linguístico e o psicológico. A origem desses estudos, como lembra Koch (1987), remonta à época da antiguidade clássica, com os lógicos, que se preocupavam em estabelecer regras para definir a verdade ou falsidade das proposições. Com

Aristóteles, relacionou-se a teoria das modalidades aos seguintes valores: verdadeiro, falso; possível, impossível; necessário e contingente. Estabeleceu-se então, inicialmente, o tipo de modalidade mais tradicional: a chamada modalidade alética ou aristotélica, que se refere ao eixo da existência, ou seja, está ligada às noções de verdade e/ou falsidade das proposições.

Estabelecida a modalidade alética, os lógicos ainda definiram outros tipos de modalidade, a modalidade epistêmica, que se refere ao eixo do conhecimento, e a modalidade deôntica, que se refere ao eixo da conduta/ordem/obrigação.

Segundo Neves (2006), embora os lógicos tenham estabelecido uma base de estudo para a expressão das modalidades, os objetivos da Lógica e da Linguística, a respeito dessa categoria, são diferentes: a Lógica se preocupa com a estrutura formal das modalidades em termos de valores de verdade, não podendo o enunciador ser considerado; já para a Linguística o enunciador tem um papel essencial, pois para essa disciplina devem-se considerar as relações entre enunciado e enunciador no tratamento das modalidades. Tal diferença entre essas disciplinas, no entanto, não impediu que o conceito de modalidade fosse influenciado fortemente pela visão lógica.

Antes do detalhamento de cada tipo de modalidade, é importante que se atente a uma questão essencial: a distinção entre os termos modalidade e modalização. Além do estabelecimento das modalidades alética, epistêmica e deôntica, deve-se ressaltar que muitos estudos começam a tratar de modalidade quando se fala dos tipos de frases declarativas, interrogativas e imperativas (modalidades habituais). Considerando tais tipos frasais como modalidades, tem-se que o falante, ao enunciar, já está fazendo uma avaliação sobre o conteúdo veiculado, na medida em que afirma, nega, interroga ou ordena tal conteúdo. É a existência desses tipos frasais que causa certa confusão entre os termos modalidade e modalização, pois esta última, diferente da primeira, corresponderia, por outro lado, à estratégia do falante de marcar gramaticalmente sua atitude perante seu enunciado. Para este trabalho, no entanto, essa diferenciação não é considerada, e os termos são tratados como sinônimos.

1.2 Tipos de Modalidade

Assim como em outras línguas, a modalização no português do Brasil, segundo Neves (2006), pode ser marcada por meio de expedientes lexicais ou gramaticais: por um verbo, seja ele auxiliar modal ou de significação plena (indicador de opinião, crença ou saber); por

advérbios; adjetivos; substantivos ou até mesmo pelo tempo, aspecto, ou modo do verbo da predicação. Listam-se abaixo alguns exemplos:

- a. auxiliares modais: poder, dever;
- b. verbos de atitude proposicional: crer, achar, considerar, supor, acreditar, dentre outros;
- c. adjetivos: claro, evidente, possível;
- d. substantivos: dúvida, possibilidade, certeza;
- e. advérbios: talvez, certamente, realmente;
- f. certos tempos e modos verbais: futuro do pretérito, imperfeito do subjuntivo.

Os tipos de modalidade mais conhecidos, como dito no tópico anterior, são as modalidades alética, epistêmica e deôntica, sendo as duas últimas as mais básicas e mais estudadas, como salientado por Neves (2006).

A modalidade alética expressa a atitude do locutor em relação ao valor de verdade de seus enunciados, ou seja, está vinculada a existência do estado de coisas (codificação lingüística e cognitiva que o falante faz da situação) enunciado em uma proposição. Esse tipo de modalidade trata das possibilidades e necessidades lógicas. Segundo Dall'Aglio Hattner (1995), nas línguas naturais, são raros os casos de sentenças aleticamente modalizadas.

A modalidade epistêmica se insere no eixo da crença, do conhecimento e do saber, expressando o grau de certeza, evidência ou precisão do falante em relação ao enunciado. Constitui, para Nuyts (1993), como bem lembra Neves (2006), a qualificação do falante sobre o estado de coisas contido no enunciado, em termos de chances de ele ocorrer em algum mundo possível. Dessa forma, diferente de outras modalidades, como a deôntica, que é categórica, dentro da modalidade epistêmica existe um *continuum*, ou seja, uma gradação de valores que vai do certo (absoluto) ao impossível, passando pelo provável, possível, duvidoso, contestável, improvável, etc.

Ao qualificar epistemicamente um enunciado, portanto, o falante determina o seu grau de certeza sobre o estado de coisas contido na proposição, de modo que na medida em que isto ocorre, ele também acaba por estabelecer seu grau de (des)comprometimento com a verdade da proposição. Abaixo estão alguns exemplos de enunciados epistemicamente modalizados (LOURENÇO, 2012):

- (3) Se as informações de Cardozo estão corretas – e **creio** que estão, de fato as críticas estão mal endereçadas. (*Folha de S.Paulo*, 15/01/12)
- (4) **É possível** que todos fiquem paralisados caso nenhum seja reativado até o próximo verão local (no meio do ano), mas o governo prevê tomar uma providência ainda neste semestre. (*Folha de S.Paulo*, 10/03/12)
- (5) A versão do Código Florestal que toma forma no Senado **é sem sombra de dúvida** melhor que a aprovada no final de maio pela Câmara. (*Folha de S.Paulo*, 26/10/11)

No exemplo (3), o jornalista, por meio de um verbo de atitude proposicional (*creer*), modaliza seu discurso, tentando não se comprometer com “as informações de Cardozo”. Nesse sentido, ele acaba por estabelecer seu grau de certeza a respeito da proposição expressa, na medida em que *creer* nas informações de sua fonte (Cardozo), é diferente de *ter certeza* da veracidade dessas informações. No exemplo (4), o mesmo acontece, uma vez que o jornalista afirma a *possibilidade* da ocorrência do estado-de-coisas expresso na proposição, com a utilização de um adjetivo modal (*é possível*) – com essa estratégia não se compromete com o que foi dito, caso o evento expresso na proposição não se realize. Por fim, no exemplo (5), o jornalista, por outro lado, se compromete fortemente com a proposição expressa, utilizando, para isso, a expressão *sem sombra de dúvida* - o que equivale a dizer que o locutor “tem certeza de que a versão do Código Florestal que toma forma no Senado é melhor que a aprovada no final de maio pela Câmara”.

Como se pode observar a partir desses exemplos, ao modalizar epistemicamente seus enunciados, o autor estabelece certos graus de comprometimento em relação ao que é afirmado – ao mesmo tempo em que tenta se distanciar da proposição, não assumindo, ou fingindo assumir o ponto de vista do enunciado (com a utilização de verbos de atitude proposicional e certos adjetivos como *é provável*, *é possível*, etc., indicadores de possibilidade e probabilidade), o autor também deixa registrada sua forte adesão com o dito, no terceiro exemplo, quando enfatiza seu comprometimento e a veracidade do que é afirmado, por meio de um substantivo modalizador.

A modalidade deôntica está contida no eixo da conduta, das normas e do dever, e expressa valores de obrigação, permissão e volição. Seus graus básicos são os de obrigatório e permitido.

Para Ilari e Basso (2008, p.323), “a marca registrada da modalização deôntica, em qualquer circunstância, é a presença da ideia de obrigatoriedade ou permissão, que por sua vez pressupõe um conjunto de princípios de conduta e, eventualmente, uma autoridade externa ao falante que os representa/impõe”, como se vê no exemplo abaixo (LOURENÇO, 2012):

(6) Argumento menos republicano, impossível. Juiz **deve** proferir decisões de acordo com a lei. (*Folha de S.Paulo*, 24/12/12)

Verifica-se, no exemplo (6), a expressão da ideia de obrigatoriedade. Por trás desse valor deôntico, há todo um conjunto de princípios de conduta e instrumentos externos, estabelecidos socialmente, que impõem o que é expresso na proposição, ou seja, impõem o modo de agir dos juízes (“de acordo com a lei”).

Como se vê, os modalizadores desempenham um papel importante no processo de interação verbal. Rosa (1992) os trata como indicadores do grau de adesão do sujeito enunciador em relação ao conteúdo do discurso que desenvolve. Estabelece-se assim, uma relação entre quem fala e o que é falado, considerando-se o sujeito consciente e intencional, visto que, como diz Brandão (1993, p.12), a linguagem pode ser considerada como “um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia”.

O processo de modalização, portanto, pode se mostrar como uma importante ferramenta de criação de sentidos nos mais diversos textos. No que diz respeito especificamente ao gênero jornalístico, considera-se que esse é um domínio rico em enunciados modalizados, e que se mostra como um ambiente propício para manifestação da linguagem, enquanto discurso, como um processo de interação verbal, em que a principal função da língua é ser uma forma de ação e intervenção na comunidade linguística. É o que conclui Lourenço (2012) em trabalho sobre os expedientes de modalização utilizados nos gêneros jornalísticos, cuja pesquisa buscou caracterizá-los em relação ao seu grau de subjetividade. A autora considera que embora haja significativas semelhanças entre notícias, artigos de opinião e editoriais, nos dois últimos há a maior predominância de modalizadores linguísticos, e dessa forma, há uma maior inscrição da subjetividade na formulação textual desses tipos de textos, diferentemente do que ocorre em notícias, que são pouco modalizadas e prioritariamente objetivas.

Além de poderem ser modalizados, os textos também podem ser avaliados em relação à outra categoria, chamada evidencialidade, tema mais central deste trabalho, que será tratado no tópico seguinte.

2. A EVIDENCIALIDADE

Como indica Dall’Aglio Hattner (2007, p.106), apesar de Jacobsen (1986) afirmar que Franz Boas empregava o conceito de evidencialidade desde o início do século passado, na descrição de línguas ameríndias, o termo “evidencial”, foi introduzido por Roman Jakobson apenas em 1957, para se referir a uma categoria verbal que indicava a fonte da informação.

Foi, no entanto, apenas a partir da década de 80, que o conceito extrapolou os limites dos estudos de línguas indígenas e passou a receber maior atenção, tornando-se recorrente nos estudos de Linguística, e assim, a evidencialidade passou a ser tratada por diversos autores, a partir de diversas perspectivas em línguas do mundo todo. O termo evidencial recebeu então várias definições, como atesta Dall’Aglio-Hattner (2007, p.107):

Os evidenciais expressam o tipo de evidência que uma pessoa apresenta para fazer afirmações factuais. (ANDERSON, 1986, p.273)⁴

[Evidenciais] constituem uma categoria linguística que se refere a predições sobre as quais o falante assume terem uma probabilidade razoável de serem verdadeiras, mas que ele não pode atestar por observação direta ou experiência. (JACOBSEN, 1986, p.3)⁵

Marcadores evidenciais qualificam a confiabilidade da informação veiculada de quatro maneiras primárias. Eles especificam a fonte da evidência em relação a qual as declarações são baseadas, seu grau de precisão, sua probabilidade e expectativas concernentes a sua probabilidade. (MITHUN, 1986, p.89)⁶

⁴ Cf. o original: “*Evidentials express the kinds of evidence a person has for marking factual claims*”.

⁵ Cf. o original: “[*Evidentials*] constitute a linguistic category which applies to predications that the speaker assumes have a reasonable likelihood of being true, but which he cannot vouch for out of direct observation or experience”.

⁶ Cf. o original: “*Evidential markers qualify the reliability of information communicated in four primary ways. They specify the source of evidence on which statements are based, their degree of precision, their probability, and expectations concerning their probability*”.

[O conceito gramatical de evidencialidade] tem sido concebido em um sentido estrito como englobando os elementos gramaticais que codificam a fonte da informação do conhecimento expresso na proposição, e em um sentido mais amplo como englobando os elementos que codificam além da fonte da informação do conhecimento, a atitude do falante em relação ao grau de certeza que ele/ela tem a respeito da confiabilidade daquele conhecimento. (BOTNE, 1997, p.509) ⁷

Dendale e Tasmowski (1994, p.5) consideram os evidenciais como expressões linguísticas que surgem no enunciado e indicam se a informação transmitida nesse enunciado foi retomada pelo falante a outrem (outra pessoa é a fonte) ou se foi criada pelo próprio falante, através de uma inferência ou uma percepção (o falante é a fonte). Essa constatação sobre evidencialidade vale para a maioria das línguas naturais que apresentam meios de marcá-la – o que pode variar é a forma, lexical ou gramatical, de marcação; a coexistência da possibilidade de se marcar a fonte das três formas enunciadas pelos autores (reportativa, inferencial, percepção); ou, ainda, a obrigatoriedade de marcá-las. Dendale e Tasmowski (1994, p.4) se perguntam qual seria o propósito ou razão de ser da marcação das fontes do saber, e encontram na definição de Hoff (1986, p.49), o encaminhamento para uma possível resposta. Segundo esse autor, os evidenciais indicam ou marcam o tipo de evidência (indícios) de que dispomos para garantir a confiabilidade do enunciado no qual esse marcador evidencial é utilizado. Dendale (1991), em trabalho anterior, a partir da definição de Hoff, conclui então que a indicação do tipo de evidência seria justamente um meio para justificar a confiabilidade da afirmação/informação veiculada, o propósito da marcação das fontes, portanto.

Dessa forma, Dendale e Tasmowski (1994, p.4) concluem, então, que, quando o locutor marca em seu enunciado, a maneira pela qual obteve a informação transmitida, ele está oferecendo ao seu interlocutor a possibilidade de avaliar por si mesmo a confiabilidade de tal informação e de comparar essa confiabilidade com a de outras informações sobre o mesmo assunto.

O problema desse tipo de definição, segundo Dendale (1991) é que ela assegura a justaposição de dois aspectos epistêmicos: a fonte da informação (aspecto evidencial), e o grau de certeza a respeito da informação (aspecto modal). Ou seja, poderá haver uma

⁷ Cf. o original: “[The grammatical concept of evidentiality] has been conceived in a narrow sense as subsuming those grammatical elements that code the source of knowledge expressed in a proposition, in a broader sense as subsuming those elements that code both the source of knowledge and the speaker’s attitude about the degree of confidence s/he has in the reliability of that knowledge”.

sobreposição de valores modais e valores evidenciais. Esse problema será tratado na seção seguinte. Por ora, é importante salientar que Dendale e Tasmowski (1994) afirmam que se ganha em clareza quando há uma oposição e não integração entre os dois conceitos, de modo que irão restringir a definição de evidencialidade como sendo a expressão do modo de criação ou recorte da informação transmitida no enunciado, se foi retomada pelo falante a outrem ou se foi criada pelo próprio falante, através de uma inferência ou uma percepção.

Apesar da variedade de denominações, como se viu, todas seguem, de maneira geral, uma consideração comum: a de que a evidencialidade é uma categoria que se refere à expressão/indicação da fonte da informação contida no enunciado (se o próprio falante ou outra pessoa), informação esta que pode ter sido obtida pelo falante por meios diretos ou indiretos.

Aikhenvald (2004, p.1) sugere uma definição bastante utilizada em trabalhos especializados. Para ela, a evidencialidade pode ser definida como “uma categoria gramatical cujo sentido primário é a fonte da informação”, ou seja, trata-se da marcação linguística das fontes da informação; a especificação do modo como a informação transmitida no enunciado foi adquirida pelo falante: se ele a testemunhou diretamente, viu ou ouviu; ou se a obteve de maneira indireta, ou seja, se é produto de uma inferência feita por ele mesmo, ou se ele recebeu esta informação de outra pessoa.

Ainda segundo Aikhenvald (2004, p.1), um quarto das línguas do mundo codifica morfologicamente a evidencialidade. Ressalta-se daí que a maioria dos estudos que tratam do tema da evidencialidade (Willet, 1988; Frawley, 1992; Botne, 1997; Aikhenvald, 2004) estudam línguas em que esta é marcada por meios gramaticais (afixos, dêiticos, etc), ou seja, tratam apenas da evidencialidade como categoria gramatical. A autora ressalta a obrigatoriedade de exprimir as fontes da informação por meio de marcadores morfológicos específicos. Essa obrigatoriedade, para ela, é fundamental para a definição e a delimitação da evidencialidade como categoria gramatical. Para que uma língua, segundo ela, possua evidencialidade como uma categoria de fato gramatical, as expressões que indicam fonte da informação devem ser obrigatórias e dependentes de marcas morfológicas específicas, de modo que os falantes sejam obrigados a deixá-las explícitas no enunciado. Abaixo, se encontram alguns exemplos de sentenças em Tariana, língua falada no noroeste da Amazônia, em que um falante não poderá, por exemplo, dizer apenas “José jogou futebol”, devendo expressar na sentença a maneira como adquiriu esta informação:

(7) Juse irida di – manika – **ka**. (AIKHENVALD, 2004, p.2)

‘José has played football (we saw it).’

‘José jogou futebol (nós vimos isso).’

(8) Juse irida di – manika – **mahka**. (AIKHENVALD, 2004, p.2)

‘José has played football (we heard it).’

‘José jogou futebol (nós ouvimos isso).’

(9) Juse irida di – manika – **nihka**. (AIKHENVALD, 2004, p.2)

‘José has played football (we infer from visual evidence).’

‘José jogou futebol (nós inferimos a partir de uma evidência visual).’

No exemplo (7) acima, o morfema destacado *-ka* indica que a informação foi testemunhada por meios visuais (alguém viu José jogar futebol), ou seja, trata-se de evidencialidade direta/percepção visual. No exemplo (8), o morfema *-mahka* indica que alguém ouviu o barulho de um jogo de futebol, apesar de não poder ver o que estava acontecendo, de modo que o morfema marca que a informação foi obtida por meios diretos não-visuais, tratando-se da evidencialidade direta/percepção auditiva. Por fim, no exemplo (9), através do morfema *-nihka* o falante indica que obteve a informação através de uma inferência visual; por exemplo, pode ter visto que as chuteiras de jogar futebol de José não estavam em casa, e que multidões de pessoas estavam voltando do estádio de futebol, de modo que inferiu, através dessa evidência, que João esteve jogando futebol – trata-se da evidencialidade indireta (inferida).

Em línguas como o inglês, o português e o francês, a evidencialidade é marcada majoritariamente por meios lexicais. Para Aikhenvald (2004), tais línguas não possuem um *sistema evidencial*, e sim, “*estratégias evidenciais*”. Essa distinção foi proposta para que se pudesse tratar de línguas que não possuíam uma marcação gramatical para a evidencialidade, mas apresentavam outras formas de marcá-la.

Nessas línguas, portanto, a marcação da evidencialidade ocorre por motivos outros que não a obrigatoriedade. Dentro do contexto deste trabalho, por exemplo, a marcação da fonte da informação em um artigo de opinião poderá se dar devido a motivos discursivos, ou seja, marcando e identificando a fonte da qual a informação provém, o autor tenta trazer mais

confiabilidade ao seu texto, convencendo o interlocutor a aderir à sua opinião, transmitida no texto.

A respeito de línguas como o português e o inglês, portanto, Floyd (1999, p.29), como indica Vendrame (2010, p.21), considera que “o uso de um sintagma evidencial pode conter nuances semânticas que estão ausentes em línguas com sistemas mais gramaticalizados”, ou seja, nessas línguas, que expressam a fonte da informação por meios lexicais, supõe-se que haja um motivo para que tal fonte seja expressa; esse motivo não existe em línguas em que o uso do evidencial é obrigatório (marcado gramaticalmente), simplesmente porque o falante não precisa de uma razão que justifique o uso.

A consideração de Floyd (1999) permite afirmar que em línguas que expressam a evidencialidade por meios lexicais existem outros significados envolvidos, que extrapolam o limite da frase, e condicionam a necessidade de se marcar a fonte da informação nos enunciados. Vê-se aí a raiz funcionalista das qualificações evidenciais.

Este trabalho, no entanto, ao sustentar a hipótese de que o condicional seria um marcador evidencial gramatical no PB, considera, ao contrário do que foi exposto até agora, que podem existir motivos discursivos que condicionem o aparecimento desse marcador gramatical. Pode-se ainda dizer que esses motivos impõem uma obrigatoriedade de haver essa marcação, no contexto jornalístico analisado. Essas razões que condicionam o uso do condicional com valor evidencial serão expostas posteriormente.

A marcação da evidencialidade também traz à tona uma questão que é objeto de várias discussões – a sua relação com a modalidade. Palmer (1986) é um dos teóricos que consideram que a evidencialidade, em sua essência, é pertencente ao domínio da modalidade, e devido a essa consideração, restringe a categoria evidencial aos tipos relatado e sensorial, tratando a inferência como ligada à modalidade epistêmica, pois, segundo ele, a informação obtida por inferência é inseparável de uma atitude modal de certeza por parte do locutor. A discussão acerca do lugar da evidencialidade em relação à modalidade é bastante problemática e será tratada na próxima seção, juntamente com a marcação da evidencialidade no português brasileiro.

2.1 A Evidencialidade em Língua Portuguesa e a Relação entre Evidencialidade e Modalidade

Como dito no tópico anterior, a língua portuguesa, assim como o alemão, holandês, inglês e francês, expressa a evidencialidade majoritariamente por meios lexicais (verbos,

advérbios, adjetivos, substantivos, dentre outros), sendo que um dos problemas com o qual as descrições da expressão da evidencialidade nessas línguas têm que lidar é o fato de haver uma justaposição entre valores modais epistêmicos e evidenciais, que poderão, em alguns casos, ser expressos pelo mesmo item lexical. Assim, os evidenciais poderão indicar, além da fonte da informação do enunciado, assegurando, portanto sua confiabilidade, o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição, provocando dessa forma uma indecisão a respeito de qual dos valores seria primário.

É o que acontece, por exemplo, em enunciados em que figuram verbos de atitude proposicional, que podem ser interpretados como expedientes de modalização e de evidencialidade, como no exemplo abaixo, em que o verbo *parecer* pode funcionar como um marcador de evidencialidade inferida, uma vez que expressa uma atitude mental do próprio falante, ou seja, indica que a informação é uma inferência deste; ou como um modalizador, uma vez que o falante coloca o conteúdo proposicional como provável ou possível, e não como certo, deixando explícita sua avaliação sobre o valor de verdade da proposição.

- (10) A persistência de um regime repressivo na segunda maior economia do planeta **parece** representar mais uma contradição a ser superada do que uma garantia de futuro. (*Folha de S.Paulo*, 09/01/12)

No que diz respeito a essa sobreposição de valores modais epistêmicos e evidenciais, ou seja, sobre a relação entre evidencialidade e modalidade epistêmica, a questão que se coloca é se a primeira seria uma subcategoria da segunda, ou seja, parte dela, ou se haveria uma relação de hierarquia entre elas, sendo a primeira superior a segunda e não englobada por ela.

Caracterizam-se assim duas tendências: a primeira tende a considerar a evidencialidade como uma subcategoria da modalidade epistêmica. Assim, os evidenciais seriam um tipo de modalizador epistêmico. Para Palmer (1986, *apud* DALL'AGLIO-HATTNER, 2007, p.107), uma das formas de o falante indicar o seu (des)comprometimento com a verdade da proposição é a indicação das evidências por meio das quais ele fez seu julgamento. Seria insensato, portanto, negar-lhes o rótulo de epistêmico, uma vez que as evidências estão relacionadas ao conhecimento e à crença do falante. Outros autores adeptos dessa tendência são Givón (1982), Willet (1988), Hengeveld (1988,1989), Bybee e Fleischman (1995), dentre outros.

Existem justificativas para se considerar a evidencialidade como subcategoria da modalidade epistêmica. Segundo Dall’Aglío-Hattner (2007, p.108), um dos argumentos que justificam a superioridade da modalidade epistêmica está relacionado à subjetividade e inspira-se em Lyons (1977), que determina que qualquer enunciado no qual o falante qualifica explicitamente seu comprometimento com a verdade da proposição enunciada é um enunciado epistemicamente modalizado. Assim, ao indicar as fontes de que dispõe, o falante estaria qualificando a validade da informação que veicula, assegurando sua confiabilidade e estabelecendo seu grau de comprometimento em relação à proposição, de modo que os evidenciais também passem a ser entendidos como manifestações da modalidade epistêmica, assim como os indicadores de certeza ou possibilidade, que qualificam o valor de verdade da proposição. Ambos os tipos de qualificações, portanto, seriam expressões da atitude do falante perante a proposição, o que lhes daria o mesmo rótulo de qualificações subjetivas.

A segunda tendência, defendida por Dall’Aglío-Hattner (2001, 2007), Nuyts (1993,1994,2001), Dendale e Tasmowski (1994, 2001), Hengeveld e Dall’Aglío-Hattner (2015) tende a considerar a evidencialidade como uma categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica.

Aikhenvald (2003), como indica Oliveira (2013, p.33), considera a evidencialidade como uma categoria gramatical plena e não como subcategoria de qualquer modalidade. No entanto, para essa autora, os marcadores evidenciais poderão desenvolver outros sentidos, que poderão estar relacionados à outras categorias, como, por exemplo, as que dizem respeito à probabilidade de um evento ou à confiabilidade da informação (sentidos chamados epistêmicos); ou aqueles que se referem à informação não usual, nova e surpreendente para o falante, percebidas no exato momento da fala (sentidos chamados ‘mirativos’/miratividade, em descrições recentes da literatura sobre a evidencialidade).

Para Dendale e Tasmowski (2001), a fonte da informação condiciona a confiabilidade do enunciado, e, como consequência, a atitude do falante sobre a proposição. Essa seria, portanto, a razão de ser ou o propósito da marcação evidencial. Em razão disso, os autores estabelecem duas definições de evidencialidade, uma restrita e outra expandida. Em sua definição restrita, a evidencialidade seria o complemento epistêmico da modalidade. Por sua vez, na definição expandida, a evidencialidade englobaria a noção de modalidade como expressão da atitude epistêmica do locutor. O termo marcação epistêmica é utilizado por ambos os autores, eventualmente, como hiperônimo metalinguístico que melhor sublinha a ligação natural que existe entre as duas categorias. Apesar disso, no entanto, como já

salientado, os autores consideram as duas categorias como distintas, sendo a evidencialidade hierarquicamente superior à modalidade.

Dall’Aglío Hattner (2007, p.114) considera, apoiada em Nuyts (1993, p.946), que todo julgamento modal baseia-se em uma evidência, sendo que o que pode variar é a qualidade dessa evidência. Assim, para ele “sem evidência, nenhuma avaliação de um estado-de-coisa é possível – pode-se então, simplesmente dizer que não se sabe”. Dessa forma, a evidencialidade seria não apenas superior à modalidade epistêmica, mas também, determinadora da qualificação epistêmica, ou seja, necessária a ela.

Assim, para Dall’Aglío Hattner (2007, p.60):

evidencialidade e modalidade epistêmica são claramente diferentes: enquanto os julgamentos epistêmicos são baseados no grau de certeza que o falante tem sobre o conteúdo enunciado, os evidenciais indicam as fontes a partir das quais o falante obteve a informação enunciada.

Hengeveld e Dall’Aglío Hattner (2015) investigam a expressão gramatical da evidencialidade em uma variedade de línguas indígenas do Brasil, procurando explicá-la dentro da arquitetura hierárquica, da Gramática Discursivo Funcional (GDF). Nesse modelo, os diferentes tipos de modalidade e evidencialidade são alojados em diferentes níveis e camadas, o que mostra e ressalta o fato de que são categorias distintas uma da outra.

Seguindo Dall’Aglío Hattner (2007), Hengeveld e Dall’Aglío Hattner (2015), dentre outros, neste trabalho também se considera que a evidencialidade é uma categoria hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, ou seja, necessária para que haja uma qualificação epistêmica. Dessa forma, o trabalho levará em conta as consequências modais que provêm da necessidade de se explicitar as fontes da informação – consequências essas que são a atitude de maior ou menor segurança, ou mesmo de compromisso do locutor, na validação do enunciado por meio de tais fontes; a confiabilidade da informação do texto, que poderá ser possibilitada pela marcação das fontes; além do consequente estabelecimento de graus de distanciamento do locutor em relação ao seu texto.

Por fim, é importante ressaltar que a opção de considerar como hierárquica a ligação entre evidencialidade e modalidade, com os evidenciais viabilizando sentidos modais, portanto, justifica-se, quando se observa os efeitos gerados em textos do gênero jornalístico, que são justamente os citados acima (distanciamento do locutor em relação ao seu texto, por exemplo). O gênero jornalístico é um domínio que necessita de um grande arcabouço de

técnicas e estratégias linguísticas que possibilitem a geração de sentidos variados – as escolhas e estratégias discursivas adotadas pelos seus autores não são aleatórias, mas, pelo contrário, estão sempre relacionadas com um objetivo comunicativo qualquer e uma previsão das reações dos possíveis leitores – muitos sentidos específicos só podem ser gerados com o auxílio da categoria da evidencialidade e da modalidade.

Da relação entre modalidade e evidencialidade, surgem propostas de tipologias, como serão vistas na seção abaixo.

2.2 Tipologias Evidenciais

De acordo com Vendrame (2010, p.17), Willet (1988) foi pioneiro no estudo tipológico da evidencialidade – a partir de sua classificação surgiram várias outras que a tomaram como base, mas que se adequaram, no entanto, aos dados das línguas em questão. Em seu estudo sobre as línguas ameríndias, Willet distinguiu dois tipos de evidência, ou qualificação evidencial:

i. Direta: a fonte da informação é o falante, que testemunha por meio de uma percepção sensorial, a informação que transmite em seu enunciado (viu, ouviu ou teve contato sensorial com o fato);

ii. Indireta: a fonte da informação é outra que não o falante, podendo ser obtida por meio de uma inferência (evidencialidade inferida) ou por meios verbais - informação de outra pessoa (evidencialidade relatada). Dentro da evidencialidade indireta relatada, o autor ainda cria uma subdivisão, diferenciando-a entre: de segunda mão (o falante ouviu a situação/informação de alguém que foi testemunha direta do fato); de terceira mão (o falante ouviu sobre a situação/informação, mas não de uma testemunha direta, tratando-se de um boato); e mito (o falante afirma que a situação/informação é parte de uma história oral consagrada). A evidencialidade indireta inferida também recebe uma subdivisão, podendo se tratar de uma inferência de resultado (o falante infere a situação de uma evidência observável), ou inferência de raciocínio (o falante infere a situação com base na intuição, lógica, dentre outros).

Botne (1997), como ressalta Vendrame (2010, p.18), faz algumas críticas à Willet (1988), dentre as quais está a sua decisão de colocar em um mesmo patamar as evidencialidades relatada e inferida. Estudando o sistema evidencial de uma língua banto, propõe uma classificação diferente da de seu predecessor, salientando que há uma diferença (não considerada por Willet) entre o modo de obtenção da informação e a fonte da

informação. Nessa distinção determina-se que quando se considera a evidência como atestada, relatada ou inferida, estamos nos referindo ao modo como a informação foi obtida. Já a fonte da informação poderá ser apenas o falante ou outra pessoa.

Para justificar essa diferenciação, Botne (1997) ressalta que em certas línguas a categoria evidencial se baseia no modo de obtenção de informação, que pode ser de maneira direta (atestada) ou indireta (relatada e inferida), como proposto por Willet (1988); enquanto que em outras, os evidenciais se organizam em torno da fonte de conhecimento, que poderá ser o próprio falante ou outra pessoa. Dessa forma trata-se de uma distinção necessária e importante.

Apesar disso, não apenas Willet, mas também Aikhenvald (2004), como lembra Vendrame (2010), não faz distinção entre “fonte da informação” e “modo de obtenção da informação”, pois consideram que a fonte da informação é o significado central em torno do qual a evidencialidade se dá. Em sua análise, Aikhenvald (2004) reconhece seis valores semânticos para a marcação gramatical da evidencialidade: visual, não-visual (sensorial), inferência, assunção, boato (*hearsay*), e citativo, que aparecem de diferentes formas nos sistemas evidenciais em estudo.

Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2015, p.13) citam De Haan (1998), indicando que, para esse autor, embora os sistemas evidenciais possam diferir de uma língua para outra, a oposição entre evidência direta e indireta é a base de todos eles. O autor faz basicamente o mesmo tipo de distinções que Willet (1988), mas não reconhece a distinção entre inferência baseada em resultados (dedução – evidência observável), e inferência baseada em raciocínio (com base na intuição lógica).

Plungian (2010, *apud* HENGEVELD e DALL’AGLIO HATTNER, 2015, p.13) também considera que a oposição entre acesso direto e indireto à informação é a distinção tipológica mais importante, porém, sugere que a oposição entre acesso pessoal e não pessoal à informação pode ter um importante papel na identificação de subtipos evidenciais. Para ele, além da combinação de acesso direto e pessoal e acesso indireto e não pessoal, a combinação do acesso indireto e pessoal à informação, também é possível, pois nesse caso, o falante obtém a informação, sem que outra pessoa esteja envolvida na situação, sendo que tal informação não foi obtida por meios diretos, uma vez que o falante não observou a situação da qual obteve a informação, diretamente. Dessa combinação de acesso indireto e pessoal à informação, Plungian (2010) obtém dois sub-tipos evidenciais, que nomeia de inferencial, quando o falante chega a uma conclusão lógica com base em resultados observáveis, e

presumido, quando o falante chega a uma conclusão baseada em seu próprio conhecimento de mundo.

Dall’Aglío Hattner (2001), em trabalho com textos científicos e políticos, e levando em conta a justaposição entre valores evidenciais e modais epistêmicos, estabelece a seguinte tipologia para a expressão da evidencialidade no PB:

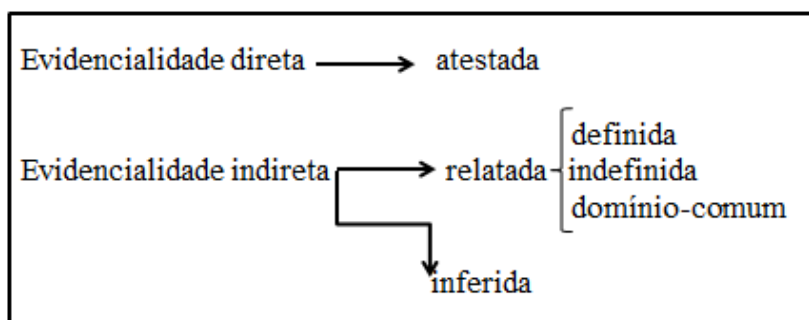


Figura 3: Tipologia dos evidenciais (DALL’AGLIO HATTNER, 2001).

Como se vê, em sua tipologia estabelecida tendo a de Willet (1988) como parâmetro, a autora ainda divide a evidencialidade relatada segundo o tipo de fonte do relato/informação transmitida no enunciado, podendo ser de fonte definida, ou seja, identificável; indefinida – não identificável, podendo equivaler a um boato; e de domínio-comum, ou seja, a fonte da informação é um saber tido como compartilhado, podendo se configurar em um mito. No que diz respeito à evidencialidade direta, para a autora, o português parece não precisar de um marcador evidencial que expresse um conhecimento originado na experiência do próprio falante, diferente do que ocorre em línguas que expressam a evidencialidade gramaticalmente.

Essa tipologia foi adotada em Lourenço (2013), em que se buscou caracterizar a evidencialidade em textos jornalísticos, de modo a relacionar os evidenciais com os graus de comprometimento do escritor. Fez-se uma distinção entre evidencialidade reportativa (de fonte diferente do falante), evidencialidade inferencial e evidencialidade direta (percepção sensorial), sendo que desta última foram encontradas pouquíssimas ocorrências. Os evidenciais reportativos ainda foram analisados de acordo com a especificidade da fonte da informação (definida, indefinida e de saber comum). Abaixo se encontram alguns exemplos que caracterizam cada uso – o exemplo (11), assim como o (15), correspondem a evidencialidade reportativa, de fonte definida; o exemplo (12), evidencialidade reportativa, de fonte indefinida; e os exemplos (13) e (14) configuram a evidencialidade inferencial:

- (11) **O editor da revista, Gideon Rose**, por exemplo, **diz que** a ordem do pós-guerra reconciliara democracia e capitalismo, mas acrescenta que a tarefa agora é “devolver o sistema à forma”. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, *Folha de S.Paulo*, 12/01/12)
- (12) A parte mais divertida é que, embora nenhum dos médicos e enfermeiros tenha notado que os pesquisadores não estavam doentes, 35 de um total de 118 pacientes perceberam. “Você não é louco. É jornalista ou professor”, **disse um interno**. (Fonte indefinida – Evidencialidade reportativa, *Folha de S.Paulo*, 17/12/11).
- (13) Mas o embate, **pode-se prever**, nada **representará** em termos de melhores critérios ou alívio para as vítimas das chuvas - é apenas mais uma intriga fisiológica. (Evidencialidade inferencial, *Folha de S.Paulo*, 07/01/12)
- (14) A persistência de um regime repressivo na segunda maior economia do planeta **parece representar** mais uma contradição a ser superada do que uma garantia de futuro. (Evidencialidade inferencial, *Folha de S.Paulo*, 09/01/12)
- (15) Começou por volta das 11h desta segunda-feira o julgamento de Lindemberg Alves Fernandes, 25, acusado pela morte da estudante Eloá Pimentel, em 2008. O júri acontece em Santo André (Grande SP) e deve durar três dias, **segundo** previsão do **Tribunal de Justiça**. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, *Folha de S.Paulo*, 13/02/12)

Verifica-se, nos exemplos (11), (12) e (15) que as informações veiculadas pelo jornalista são atribuídas a outras pessoas, que se mostram como a fonte dos conhecimentos acionados pelo jornalista. Em (11), o verbo de elocução *diz que* introduz o discurso indireto, que o jornalista repassa, funcionando dessa forma, como marcador evidencial reportativo. O discurso se mostra então como proveniente de outra fonte que não o falante – fonte que vem identificada na proposição, como o ‘*editor da revista, Gidon Rose*’. Em (12), também um verbo de elocução (*disse*) funciona como marcador evidencial reportativo, porém, nesse caso,

a fonte não é identificada no discurso, mostrando-se como indeterminada (*um interno*). Em (15), o marcador evidencial reportativo, por sua vez, é uma preposição acidental (*segundo*), que indica uma fonte também definida, o *tribunal de justiça*. Locuções prepositivas e preposições acidentais, como *de acordo com*, *segundo*, *conforme*, dentre outras, são marcadores evidenciais reportativos bastante comuns no PB.

Em (13) e (14), exemplos de ocorrências de evidencialidade inferencial, temos previsões e conclusões a que chega o próprio jornalista – considera-se que ele infere as informações que veicula, mostrando-se, portanto, como fonte destas. Para isso utiliza, respectivamente, a locução verbal (*pode-se prever*), juntamente com o verbo no futuro do presente (*representará*); e um verbo de significação plena (*parecer*).

Em suma, com tal pesquisa foi possível caracterizar os gêneros jornalísticos quanto à manifestação da evidencialidade, e notou-se que, para esse tipo de gênero, a estratégia dos autores de marcar a fonte da informação veiculada pode contribuir para a criação de diversos sentidos, que estarão de acordo com seus objetivos. Desse modo, se quer opinar livremente e angariar o apoio dos leitores, por exemplo, o autor pode marcar e identificar sua fonte, garantindo credibilidade ao seu texto, ao mesmo tempo em que relativiza seu comprometimento com as informações veiculadas; por outro lado, também poderá se valer de inferências, marcando as informações como obtidas a partir de fatos observáveis – fazendo previsões e se comprometendo um pouco mais com o que é afirmado.

Embora bastante produtiva, a tipologia de Dall’Aglio-Hattner (2001) foi revista em Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2015). Na nova tipologia, os autores utilizam a arquitetura hierarquizada em camadas da Gramática Discursivo Funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008) para definir as subcategorias da evidencialidade, que são aplicadas dentro de diferentes camadas e níveis, diferindo-se umas das outras em termos de seu escopo semântico, como visto no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, as distinções tipológicas de evidencialidade não se dão mais em termos de acesso direto ou indireto à informação, mas em termos de níveis e camadas em que se situam dentro da gramática.

Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2015), sintetizam no quadro abaixo as diferentes e mais importantes tipologias evidenciais (expressas acima), a fim de contrastá-las com a nova tipologia proposta por eles, onde se registram, além das subcategorias evidenciais já identificadas em outras tipologias (reportatividade, inferência e percepção de evento), uma nova distinção evidencial, denominada *dedução*, a partir da qual o falante deduz a ocorrência de um estado-de-coisas o deduzido, com base em um outro estado-de-coisas, o percebido.

Como se vê nos quadros 1 e 2, cada uma dessas subcategorias evidenciais são alojadas em diferentes níveis, assim como determinado pela abordagem da Gramática Discursivo Funcional.

Source	Classification of evidential categories						
This article	Representational					Interpersonal	
	Event Perception			Deduction	Inference	Reportativity	
Willett (1988)	Direct			Indirect			
	Attested			Inferring		Reported	
	Visual	Auditory	Other	Results	Reasoning	Second-hand	Third-hand
De Haan (1998)	Direct			Indirect			
	Visual	Auditory	Other	Inferential		Quotative	
Plungian (2010)	Direct Access			Indirect Access			
	Personal			Personal		Non-personal	
	Participatory	Visual	Non-visual	Inferential	Presumptive	Reportative	
San Roque & Loughnane (2012)	Direct			Indirect			
	Participatory	Visual	Sensory	Inferring		Reported	
				Results	Reasoning		
Aikhenvald (2004)	Visual		Sensory	Inference	Assumption	Hearsay	Quotative

Quadro 1: Comparação entre tipologias evidenciais (HENGEVELD e DALL'AGLIO HATTNHER, 2015, p.14).

NÍVEL	REPRESENTACIONAL			INTERPESSOAL
CAMADA	E	ep	p	C
SUBCATEGORIA EVIDENCIAL	PERCEPÇÃO DE EVENTO	DEDUÇÃO	INFERÊNCIA	REPORTATIVIDADE

Quadro 2: Distribuição dos subtipos evidenciais segundo a arquitetura da GDF (DALL'AGLIO-HATTNHER, 2012, p.69).

Em resumo, com a nova tipologia, expressa nos quadros 1 e 2, Hengeveld e Dall'Aglio Hattner (2015) puderam comprovar, em línguas com sistemas evidenciais múltiplos, a existência de uma hierarquia implicacional entre os subtipos evidenciais. Segundo essa hierarquia, notou-se que, se uma língua apresenta evidenciais de inferência, ela também

apresentará os de dedução e de percepção de evento; a reportatividade, por sua vez, poderá coexistir com qualquer combinação, pelo fato de pertencer a um nível diferente.

Voltando ao condicional de valor evidencial, foi na pesquisa sobre os evidenciais no gênero jornalístico, empreendida por Lourenço (2013), que se notou esse marcador, que se mostrou muito frequente em tal gênero. Nesse uso, a forma verbal no futuro do pretérito indica de que maneira o falante teve acesso à informação transmitida no enunciado, chegando-se assim a fonte dessa informação. Abaixo se encontra um exemplo:

(16) De acordo, por exemplo, com estimativas do economista Marcos Fernandes da Silva, da Fundação Getulio Vargas, as finanças públicas **teriam sido** subtraídas ilegalmente em R\$ 40 bilhões, no período de 2002 a 2008. (*Folha de S.Paulo*, 03/01/12)

É possível notar, no exemplo (16), que a forma verbal indica que o autor está repassando uma informação obtida de maneira indireta, ou seja, através de uma fonte externa. O evidencial ‘de acordo’ contribui com essa leitura, e o condicional a enfatiza ainda mais, na medida em que ressalta o fato de que o locutor não verificou diretamente a validade da informação que obteve com uma terceira pessoa. Percebe-se, que com a utilização desse tempo verbal, o jornalista quer de todas as maneiras, se abster de ser a origem da fonte da informação, atribuindo essa responsabilidade a outra pessoa. Textos pertencentes ao gênero jornalístico são um ambiente fértil para o aparecimento desse tipo de uso evidencial do condicional, bastante estudado na língua francesa por Dendale (2010), que o nomeou de “condicional de valor evidencial”. É à caracterização desse uso, nunca antes analisado no PB, que se dedica o próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O CONDICIONAL EVIDENCIAL

O chamado condicional de valor evidencial configura-se na ocorrência da forma verbal conhecida como futuro do pretérito, que, inserida no enunciado, indica que o locutor teve acesso à informação que veicula por meios indiretos, o que significa dizer que ele obteve essa informação por “empréstimo” de uma fonte externa, caso em que se configura uma situação de reportatividade, no qual o locutor repassa conhecimentos de outrem adiante; por outro lado, a informação veiculada pelo locutor pode também ser resultado de uma inferência pessoal, ou seja, são casos em que a informação provém do próprio locutor, que a obteve por raciocínio próprio a partir de seus conhecimentos prévios já existentes.

Trata-se de um uso bastante frequente no gênero jornalístico, mas não exclusivo deste, uma vez que é frequente seu aparecimento em textos literários⁸, por exemplo. Muitos autores dedicam-se ao estudo desse uso do condicional, com valor evidencial, dentre eles estão, para a língua francesa, Dendale (1993, 2010, 2012, 2013), Abouda (2001), Haillet (2002), Kronning (2002), dentre outros; para o português europeu, Oliveira (2001, 2013), Rodrigues (2001) e Martins (2010); e para as línguas românicas em geral, Squartini (2001), dentre outros. Abaixo se encontram exemplos do uso do condicional evidencial, em (17), no francês, em (18), no espanhol, em (19), no italiano e em (20), no português europeu, retirados de Squartini (2001):

(17) Françoise se sentit en faute; elle avait manqué de tact en confidant Xavière à Gerbert, mais l’accent de Xavière l’étonna: est-ce que Gerbert **aurait** été vraiment grossier avec Xavière? Ce n’était pourtant pas son habitude. (SQUARTINI, 2001, p.316)

‘Françoise se sentiu culpada; faltou tato a ela em confiar Xavière a Gerbert, mas o tom de Xavière a surpreendeu: **teria** sido Gerbert muito rude com Xaviere? No entanto, não era seu hábito.’

⁸ Cf. DENDALE, P.; COLTIER, D. *Sodome et Gomorrhe* et l’emploi du conditionnel. In: GENEVIÈVE, H. S.; SERÇA, I. (éds.). *Marcel Proust et la forme linguistique de la Recherche*. Paris: Honoré Champion, p.131-159, 2013.

(18) Según fuentes políticas consultadas por este periódico, Milosevic **habría** aceptado que la fuerza de interposición em Kosovo este compuesta por un 30% de efectivos de la Otan. (SQUARTINI, 2001, p.317)

‘De acordo com fontes policiais consultadas por esse jornal, Milosevic **teria** aceitado que a força de interposição de Kosovo esteja composta por 30% de efetivos da Otan.’

(19) Secondo Paolo adesso **sarebbero** già le 4. (SQUARTINI, 2001, p.307)

‘Segundo Paulo, já **seriam** 4 horas agora.’

(20) Este o conteúdo de um parecer jurídico elaborado por Narana Coissoró[...] que contraria a recente posição tomada pelos ministros Marçal Grilo e Mariano Gago, segundo a qual parte do palácio **teria** sido “cedida” ao instituto científico. (SQUARTINI, 2001, p.319)

Como se vê, o condicional de valor evidencial aparece em várias línguas, inclusive no português europeu. No entanto, não há para o português do Brasil, assim como há para o PE, estudos que tratem desse uso, embora ele possa ser atestado em textos jornalísticos, por exemplo, como se verá abaixo:

(21) Na ocasião, segundo a Folha apurou, Kassab **teria autorizado** o petista a escolher o nome que quisesse dentro da legenda (...). (*Folha de S.Paulo*, 09/01/12)

(22) Se aconteceu assim com um projeto menos ambicioso, imagine a confusão que dará a tentativa de colocar todos os países da região em uma ação conjunta, que, fatalmente, **teria** a liderança dos EUA, dada a formidável disparidade de meios entre Washington e qualquer um dos países latino-americanos/caribenhos. (*Folha de S.Paulo*, 03/01/12)

Ao ser inserido nos tipos de enunciados acima, o condicional poderá trazer consigo traços que lhe são intrínsecos. Dentre esses traços está o caráter de incerteza ou não

confirmação da informação posta no condicional, que passa a figurar como hipótese ou suposição. Coexiste, com esse traço modal, o evidencial, ou seja, a possibilidade de a forma verbal indicar que a fonte da informação foi obtida por meios indiretos. A coexistência desses dois valores do condicional, o modal e o evidencial, traz à tona uma questão problemática no estudo desse uso, uma vez que muitos autores, tais como Dendale (1993), Kronning (2002), dentre outros, questionam se seria um uso essencialmente modal ou de natureza evidencial. Para este trabalho, no entanto, essa problemática não será abordada, pois, como explicitado no capítulo anterior, considera-se a evidencialidade como uma categoria distinta e superior à modalidade. Por essa razão, o valor evidencial desse uso será visto como primário, sendo os valores modais secundários, vistos como consequências da explicitação da fonte da informação, o que significa que as informações veiculadas, na maioria dos casos, adquirem um caráter de incerteza e não confirmação, justamente pelo fato de o locutor tê-las obtido por meios indiretos.

Na próxima seção, serão expostos os usos do condicional/futuro do pretérito que são frequentemente expostos na maioria das gramáticas, assim como a problemática em torno de sua classificação na categoria de tempo ou na de modo verbal. Posteriormente, inicia-se o detalhamento do uso evidencial dessa forma, objeto do presente trabalho.

1. OS USOS DO CONDICIONAL NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS: ENTRE TEMPO E MODALIDADE

O condicional, na maioria das línguas românicas, traz consigo uma polêmica acerca de sua natureza verbal. Seria ele um tempo ou um modo verbal? No português do Brasil, ele é classificado como um tempo verbal do modo indicativo, e no português europeu, por outro lado, é visto como um modo independente.

Segundo Câmara Jr. (1975), o português do Brasil se estruturou em torno de dois sistemas verbais. O primeiro consiste na oposição temporal simples entre presente e passado; o segundo sistema surgiu consoante ao aparecimento de formas para a codificação de valores do futuro – o futuro do presente e o futuro do pretérito (ou *condicional*).

Ainda segundo Câmara Jr., o uso do futuro do pretérito é muito menos frequente do que o uso do futuro do presente. Isso se explicaria devido às “condições especiais” em que ele é utilizado. Seu valor temporal, como se sabe, é o de marcar um futuro no passado – esse é seu valor prototípico apresentado na maioria das gramáticas normativas. Para esse uso, passou-se a empregar o termo *futuro do pretérito* – a denominação *condicional*, para o mesmo

uso, se deve ao fato de esse valor verbal oscilar entre tempo e modo, como especificado anteriormente. Essa oscilação ocorre, pode-se dizer, em razão de sua própria natureza temporal (ação do passado não realizada ou realizada sob certas condições), que possibilita o surgimento de valores modais. Disso decorre a variedade de empregos que permite, e que se estende do uso temporal aos usos modais (marcador de hipótese, incerteza, dentre outros).

Câmara Jr. (1975) lembra que é comum, no português, que haja empregos modais de certos tempos verbais. Esse emprego modal é chamado de “emprego metafórico”, por Andrés Bello (1943, p.161), como lembra o autor, que ainda ressalta que tal uso, no futuro do pretérito, é o mais frequente, usado para a expressão da irrealidade, o que sugeriu a denominação de *condicional* para o mesmo.

A possibilidade de essa forma exprimir tanto valores temporais como modais se reflete, portanto, na terminologia utilizada. A Nomenclatura Gramatical Brasileira, de 1958, como informam Freitag e Araújo (2011, p. 206), aboliu o uso do termo *condicional* para referir-se à forma de *futuro do pretérito*, mas, de maneira geral, alguns autores ainda utilizam o termo. A denominação *futuro do pretérito*, para alguns autores, privilegiaria o valor temporal da forma em detrimento de seus valores modais, que são muitos. Para este trabalho, apesar de ter sido abolido da terminologia gramatical do português brasileiro, adota-se o termo *condicional*, uma vez que os valores temporais não serão levados em conta na análise que se pretende fazer.

Passa-se agora a exposição dos usos dessa forma, expressos em diferentes gramáticas, tanto do português, como de outras línguas.

Cunha e Cintra (1986) consideram o condicional como um tempo verbal do modo indicativo. Em sua gramática, listam os empregos do *futuro do pretérito simples* e *composto*, sem, no entanto, fazerem distinção entre os valores temporais e modais em questão.

Os empregos do *futuro do pretérito simples*, segundo os autores (1986, p.461-462) são:

1. Para designar ações posteriores à época de que se fala;
2. Para exprimir incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos passados;
3. Como forma polida de presente (...);
4. Em certas frases interrogativas e exclamativas, para denotar surpresa ou indignação;
5. Em afirmações condicionadas, quando se referem a fatos que não se realizaram e que, provavelmente, não se realizarão.

Os empregos do *futuro do pretérito composto*, por outro lado, são os seguintes:

1. Para indicar que um fato teria acontecido no passado, mediante certas condições;
2. Para exprimir a possibilidade de um fato passado;
3. Para indicar a incerteza sobre fatos passados, em certas frases interrogativas que dispensam a resposta do interlocutor. (Cunha e Cintra, 1986, p.463)

Como se pode perceber, na gramática de Cunha e Cintra (1986) continua presente o duplo emprego do condicional, apesar de os autores optarem pela nova designação. O primeiro emprego do *futuro do pretérito simples* é o único uso puramente temporal. Por outro lado, todos os outros apresentam traços modais (incerteza, probabilidade, dúvida, condição, possibilidade).

Vilela (1999), na *Gramática da Língua Portuguesa*, por outro lado, analisa o condicional tanto como tempo quanto como modo verbal, não utilizando a denominação de *futuro do pretérito*. Ao falar do modo condicional, o autor afirma que se trata da expressão do “irreal” no passado (1999, p.174). Em relação ao tempo condicional, o autor afirma o seguinte: “(...) perspectiva a ação verbal a partir de um tempo passado, visto como futuro, mas sem qualquer relação com o presente (...) ou a suposição acerca de algo que no passado foi afirmado acerca do passado” (1999, p.168).

Mário Perini (2010, p.225), em sua *Gramática do Português Brasileiro*, elenca os mesmos usos para o *condicional* ou *futuro do pretérito* (o autor utiliza ambos os termos) que foram elencados pelos gramáticos anteriores:

- (...) É usado para expressar um evento que poderia ocorrer sob certas condições (expressas ou subentendidas). (...) nesses casos, em geral se interpreta como contendo uma afirmação não factual;
- (...) É também usado para expressar futuro em relação a um evento passado;
- Com verbos de desejo, o condicional é usado para fazer um pedido, acrescentando uma matiz de polidez.

A respeito do uso temporal do condicional, assim como Câmara Jr. (1975), Perini ressalta sua pouca frequência, dizendo que se trata de um uso “bem raro no PB” (2010, p.225).

Em relação a outras línguas, os usos elencados são os mesmos, persistindo a dúvida entre tempo ou modo verbal. Carvalho da Silva (2013), em trabalho intitulado ‘A definição do condicional como modo ou tempo verbal: uma análise das propostas de gramáticas escolares de Português’, verifica como o condicional é tratado em gramáticas do português, italiano, francês e espanhol.

Carvalho da Silva (2013, p.504) verifica que, para os gramáticos italianos, Dardano e Trifone (2003, p.272), o condicional é considerado um modo verbal, que inclui dois tempos, o presente e o passado – sua natureza modal é associada à ideia de algo eventual (eventualidade subordinada a uma condição). Citando Grevisse (1988, p.1299) para falar do francês, o autor lembra que, nessa língua, o condicional, por outro lado, é considerado como um tempo verbal do modo indicativo, usado para marcar um fato futuro em relação ao passado (valor temporal), ou ainda, para marcar fatos conjecturais ou imaginários, no futuro, que dependem da realização de certas condições (um dos valores modais). Grevisse (1988), apesar de considerar o condicional como um tempo verbal, não deixa de lembrar que a tradição gramatical foi se alterando ao longo do tempo, explicando que por um longo tempo, o condicional foi considerado como um modo, mas que, atualmente, impera uma nova visão, defendida pela maior parte dos linguistas: que consideram o condicional como um tempo verbal do modo indicativo.

Freitag e Araújo (2011, p. 204) lembram que um dos argumentos apresentados para classificar o condicional como tempo verbal, de acordo com De Mulder (2010), é o fato de que “(...) ele ocorre nos mesmos contextos que o indicativo e que outros tempos, como o futuro e o imperfeito, também apresentam valores não-temporais, mas nem por isso são classificados como um modo verbal à parte”.

No espanhol, Carvalho da Silva (2013, p.504) verifica que o condicional também é incluído entre os tempos verbais do modo indicativo. Analisando a Gramática da Academia Espanhola (RAE, 1973, p.253), o autor mostra que, essa gramática, ao descrever o uso do tempo condicional do modo indicativo, explica que em seu emprego modal está implícita a própria natureza temporal desse tempo, que, como visto, suscita a irrealidade (ação do passado não realizada).

Fica comprovado, portanto, que grande parte dos gramáticos considera o condicional como um tempo verbal do modo indicativo, que pode assumir valores modais em razão de sua natureza temporal. No PB, essa consideração não é diferente, e para este trabalho, tampouco. Expostos os valores temporais e modais do condicional, na próxima seção serão vistos os usos/valores evidenciais desse tempo verbal.

2. O USO EVIDENCIAL DO CONDICIONAL

Como explicitado no início deste capítulo, assume-se que o valor primário do condicional, quando inserido em enunciados do gênero jornalístico, principalmente, é o valor evidencial, que indicará que a informação foi obtida pelo jornalista de maneira indireta, ou seja, a fonte da informação que o locutor veicula poderá ser outro falante, e nesse caso o locutor repassa uma informação de outrem, ou o próprio locutor, que infere certa informação, a partir de conhecimentos internalizados. Nesses dois casos, como se pode perceber, não há um testemunho ou verificação direta da validade das informações veiculadas. Disso decorrem vários sentidos modais, que são secundários e consequentes do fato de o locutor ter obtido as informações de forma indireta – um desses sentidos consiste no valor de incerteza e não confirmação (direta) da informação, que podem influenciar na confiabilidade de tal informação. Vários autores reconhecem o valor evidencial para o condicional, como se verá a seguir.

2.1 O uso evidencial do condicional no Português

Para o português europeu, destaca-se Oliveira (2013), que se dedica à análise do que chama de marcadores linguísticos de distância, em suas palavras, “as formas como o sujeito enunciador codifica, no discurso, o seu distanciamento em relação ao conteúdo proposicional dos enunciados que constrói” (2013, p.1). Essa codificação de distância é possibilitada, segundo a autora, pela atribuição da informação veiculada, quer a outra fonte enunciativa, quer a um raciocínio inferencial do próprio locutor. Estariam em jogo, valores que a autora chama de *mediativos*.

O mediativo, como informa Oliveira, se enquadra no domínio mais amplo da evidencialidade – os dois conceitos são usados em seu trabalho, sendo considerados fundamentais para o estudo da construção da distância enunciativa, estudada pela autora.

Oliveira (2013, p.36) lembra que o termo *mediativo* surgiu com alguns autores franceses, que optaram pelo termo *médiation* (ou *médiatisation*, *médiatif*, dentre outros), para se referir à categoria de evidencialidade, uma vez que a adaptação do termo *evidentiality*, para o francês, levantou questionamentos, pois as expressões *evidence* (do inglês) e *évidence* (no

francês), não são totalmente sinônimas – *evidence* significa prova, indício, enquanto que *évidence* se refere a algo que é certo, claro ou óbvio.

O termo *mediativo*, assim, passou a ser utilizado no sentido de que evoca o que é indireto (o que faz uso de um intermediário). Nesse sentido, aborda-se, com esse termo, a evidencialidade indireta. Lazard (2001, p.361, *apud* OLIVEIRA, 2013, p.38), especifica que a “[Mediatividade] pode ser usada para se referir a dizeres de outras pessoas ou a inferências resultantes de evidências de traços de eventos (...)”.⁹

Importa, para Oliveira (2013, p.37), o fato de que o mediativo “indica que o enunciador faz referência a situações das quais ele não assume a responsabilidade, por ter tido conhecimento delas por via indireta, o que lhe permite manifestar diversos graus de distância em relação ao conteúdo de sua própria mensagem (...)”.

Uma vez que se refere a conhecimentos obtidos pelo locutor, de maneira indireta, portanto, o mediativo agrupa os valores evidenciais comumente conhecidos como reportativo (fatos relatados a partir do discurso de outrem), e inferencial (fatos inferidos pelo locutor). A autora deixa claro, ainda, que, apesar de se aproximar da modalidade, o mediativo difere-se dela – a distância, e por sua vez, o grau de comprometimento/atitude do locutor em relação à proposição, construída com os marcadores de mediatização se dá devido ao tipo de fonte enunciativa que sustenta a informação veiculada, ou seja, é uma consequência da fonte indireta da informação.

Para o presente trabalho, as noções de mediativo/mediativização tratadas por Oliveira equivalem as de evidencialidade, e, portanto, não se falará mais de valor mediativo, e sim, de valor ou uso evidencial.

Em seu trabalho, Oliveira (2013, p.68) reconhece os seguintes usos do condicional como evidenciais:

- O segundo uso expresso para o *futuro do pretérito simples*, na gramática de Cunha e Cintra (1986), a saber, o seguinte: “para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos passados”;
- O segundo e terceiro uso expressos para o *futuro do pretérito composto*, respectivamente, “para exprimir a possibilidade de um fato passado (...)” e “para indicar a incerteza sobre fatos passados, em certas frases interrogativas que dispensam a resposta do interlocutor”;

⁹ Cf. o original: “[Mediativity] may be used to refer to sayings of other people, to inferences drawn from the evidence of traces of events (...)” (Lazard, 2001, p.361, *apud* OLIVEIRA, 2013, p.38).

A respeito dos usos evidenciais retirados da gramática de Cunha e Cintra (1986), a autora traz os exemplos abaixo (ilustrados pelos gramáticos), afirmando que neles pode-se verificar o valor evidencial inferencial:

(23) Calculou que a costureira **teria ido** por ali. (Machado de Assis)

(24) Que **teria acontecido** para que Margarida não viesse nem uma vez ao muro? (Vitorino Nemésio)

Citando Vilela (1999, p.174-175), que informa que com o condicional pode-se fazer uma “avaliação de informações obtidas por canais intermediários”, a autora traz outro exemplo do que considera um uso evidencial, nesse caso, reportativo:

(25) Segundo o jornal ‘O Público’, o incêndio **teria começado** por volta da meia noite.

No exemplo acima, pode-se concluir que, a função primária do condicional é ressaltar e indicar o fato de que a informação que o locutor repassa foi obtida por meios indiretos, ou seja, a informação não provém do locutor, e sim, de outra fonte, como já expresso no próprio enunciado – trata-se de um uso evidencial do condicional, portanto. O locutor usa o condicional para se abster de qualquer responsabilidade que possa recair sobre ele a respeito da informação veiculada – ele quer mostrar que não validou ou testemunhou diretamente o ocorrido, ou seja, não é a fonte da informação, e devido a isso, é necessário se distanciar da mesma, visto que esta vem a se caracterizar como incerta justamente porque não foi obtida diretamente pelo locutor.

Nota-se que os usos evidenciais encontrados pela autora nas gramáticas de Cunha e Cintra (1986) e de Vilela (1999) são expressos pelo *futuro do pretérito composto*, embora o *futuro do pretérito simples* também possa apresentar esse uso, como se verá mais adiante, em outros exemplos. É importante ressaltar, no entanto, que no presente trabalho foram encontrados uma maioria de exemplos de ocorrências da forma simples do condicional de valor evidencial, o que será visto no capítulo de análise.

Em sua análise, por sua vez, Oliveira (2013) encontra, em um *corpus* composto por textos jornalísticos (notícias de versões *online* dos jornais *Público* e *Diário de Notícias*), diversos usos evidenciais do condicional. Para cada uso evidencial do condicional (simples ou composto), a autora encontra outros tempos verbais do modo indicativo que possibilitam as versões não evidenciais dos mesmos enunciados, que, no condicional, apresentam valor evidencial. Essa correlação entre tempos é expressa pela autora no quadro abaixo:

<i>com valor mediativo</i>	futuro simples	futuro composto	condicional simples	condicional composto
<i>sem valor mediativo</i>	presente	pretérito perfeito	pretérito imperfeito	pretérito mais-que-perfeito

Quadro 3: Correspondência entre formas verbais com e sem valores evidenciais (OLIVEIRA, 2013, p.88)

Para exemplificar, estão os exemplos abaixo. No exemplo (26), a versão evidencial dos enunciados estão em (a), e em (b) estão as versões não-evidenciais, com as formas verbais alteradas, seguindo a tabela proposta acima:

(26) **a.** Estão à procura de um sujeito de origem russa que já foi nomeado: Dzhokhar A. Tsarnaev, 19 anos (o outro atacante **seria** o seu irmão, Tamerlan). A imprensa americana diz que **serão** originários da Rússia, de uma região perto da Tchetchênia. (...) O “suspeito nº 1”, que aparecia nas imagens divulgadas pelo FBI com óculos escuros e boné preto, está morto, confirmou a polícia. (...) O homem **terá morrido** no hospital de Beth Israel, com vários ferimentos. (...) o segundo conseguiu entrar num veículo da polícia e fugir. As autoridades não têm a certeza se o suspeito **terá deixado** este carro e **seguido** a pé, ou se **terá conseguido** seguir a fuga noutro carro. (OLIVEIRA, 2013, p.91)

b. (...) (o outro atacante **era** seu irmão, Tamerlan). A imprensa americana diz que **são** originários da Rússia (...) O homem **morreu** no hospital de Beth Israrel (...) As autoridades não têm certeza se o suspeito

deixou este carro e **seguiu** a pé, ou se **conseguiu** seguir a fuga noutra carro.

A versão do enunciado em (a), ao contrário de (b), permite, segundo a autora, o distanciamento do locutor em relação ao conteúdo da informação veiculada. Esse distanciamento é permitido, portanto, pelas formas simples e compostas do condicional, que, ao indicarem que o locutor obteve as informações de maneira indireta, possibilitam o surgimento de um grau de distanciamento deste com o que veicula, uma vez que as informações, por não serem verificadas diretamente, provendo de fontes externas ou de inferências, podem ser vistas como incertas ou não confirmadas. Nesses casos, como se atesta, considera-se que o valor primário do condicional, portanto, é o evidencial, sendo os valores modais que se aplicam ao condicional (valor de incerteza da informação e atitude de não comprometimento do falante com a proposição), secundários, resultantes do modo de obtenção da informação, ou seja, consequências do valor evidencial do condicional.

Nos mesmos exemplos, pode-se notar que não apenas o condicional pode ter usos evidenciais reportativos e conjecturais, mas também o futuro. Isso se deve, segundo Oliveira (2013, p.61), à proximidade que ambos os tempos compartilham em relação a aspectos morfológicos e semânticos, dentre os quais seu diminuto emprego temporal e a predominância dos empregos modais dos dois tempos.

A autora ainda faz outras constatações a respeito do aparecimento do condicional de valor evidencial, assim como do futuro, em textos jornalísticos. Analisando a classe aspectual desses verbos, constata que as formas simples do futuro e do condicional são usadas em situações estativas, ao contrário das formas compostas que são usadas em situações não-estativas. Esse aspecto também se verifica no exemplo (26) acima, no qual as formas verbais simples do futuro e do condicional ocorrem com o verbo *ser*, e as formas compostas ocorrem em situações não estativas. A autora ainda traz outros exemplos em que a forma simples do condicional ocorre com outros verbos estativos, como *estar*, *ter*, dentre outros.

(27) Ao todo na zona **estariam** cerca de 200 pessoas, sendo que em todo o desfile **participariam** perto de 400. (OLIVEIRA, 2013, p.93)

(28) O animal **teria** cerca de 60 anos de idade quando morreu e **estaria** morto entre há 10.000 a 15.000 anos, indicou à agência AFP o chefe da

expedição, Semion Grigoriev, que qualificou a descoberta de excepcional. (OLIVEIRA, 2013, p.93)

Em relação à frequência, o futuro e o condicional simples, segundo a autora, são menos recorrentes do que as formas compostas no gênero analisado (notícias). Oliveira explica essa questão afirmando que notícias são textos que visam ao relato de fatos, que são, em sua maioria, eventos. Dessa forma, o futuro e o condicional composto seriam mais frequentes porque se referem sempre a situações não-estativas.

Em notícias, a veiculação de fatos relatados, também notou Oliveira, é mais frequente que a de fatos inferidos, porque o que se espera do jornalista é a transmissão de informação isenta de opinião, ou seja, factual. Assim, a autora constata, que a inferência é mais comum em textos de opinião, como ilustra o exemplo (29):

(29) A mesmíssima justiça portuguesa condenou-me a mim pelo uso da mesmíssima expressão. **Terá pesado** o facto de, em Tribunal, eu ter mantido até o fim tudo o que escrevi (...). (OLIVEIRA, 2013, p.96)

Concluindo, Oliveira confirma o fato de que o discurso jornalístico é sensível à questão da indicação da fonte das informações, pois se configura como um domínio em que a significação depende de vários fatores, dentre os quais estão as exigências do jornal de haver objetividade e neutralidade na exposição dos fatos. Justamente em razão desses fatores e, para não colocar em risco a imagem do jornal, é prudente que os jornalistas demonstrem e ressaltem o fato de que as informações veiculadas foram obtidas por meios indiretos, o que implica que a fonte não é sensorial e direta, e que, portanto, não se tem garantia da total veracidade da informação, que se mostrará como incerta. Dessa forma, o locutor não pode assumir a responsabilidade total do que foi comunicado, porque, as ‘regras do jornal’ não permitem, na maioria dos casos, que ele faça isso - temendo que seja responsabilizada por possíveis informações equivocadas transmitidas em suas páginas, a instituição prefere utilizar formas que deixem claro o seu distanciamento, ou seja, o seu não comprometimento com o que é veiculado.

Dizer que o valor primário do condicional, nesses casos, é evidencial e não modal, é o mesmo que dizer que o locutor, ao utilizar essa forma, não está fazendo um juízo de valor a respeito da verdade ou falsidade da proposição – no caso de informações reportadas, ele não

emprega o condicional porque não acredita/duvida da verdade da informação, mesmo porque, existem casos em que a fonte, citada e identificada antes do emprego do condicional, é considerada especialista no assunto tema do texto, ficando difícil duvidar do que dizem, mas porque tal informação não vem de sua comprovação direta, ou seja, o locutor não verificou ele mesmo a informação. Assim, embora haja fontes que sejam especialistas nos assuntos tratados, não se pode prever com total certeza que aquela seja a verdade absoluta sobre o que se fala. Perante as informações, portanto, o jornalista decide utilizar o condicional, para, principalmente, mostrar que não deve ser responsabilizado por elas, porque as obteve indiretamente, e é esse o fator evidencial que suscita, em seguida, os valores modais e secundários da forma em questão: o caráter de incerteza atribuído à informação com consequente estabelecimento da atitude de não comprometimento do falante em relação a esta.

No caso do jornalismo, se o jornalista acreditasse totalmente na informação que repassa de outrem, poderia simplesmente utilizar o tempo verbal presente do indicativo em seu enunciado; ou, nos casos em que não acreditasse totalmente, poderia simplesmente omitir a informação de seu texto ou negá-la – o jornal, prezando pela neutralidade e objetividade, no entanto, não permite que o jornalista deixe explícito seu posicionamento em relação às informações que transmite. Como bem lembra Oliveira (2013, p.52), pode haver, inclusive, “implicações de ordem judicial que podem ocorrer como consequência das palavras ou expressões veiculadas” – com essa marcação evidencial (indireta), portanto, o jornalista acaba por estabelecer diversos graus de comprometimento/distanciamento em relação ao que foi dito, sendo cauteloso, o que é interessante para os propósitos do jornalismo.

Esses desdobramentos modais provenientes do uso primário evidencial do condicional foram registrados também, na língua francesa, com os trabalhos de Patrick Dendale (2010, 2012, 2013) – a próxima seção expõe a classificação do autor em relação a esse uso.

2.2 O uso evidencial do condicional no francês

Dentro da bibliografia que trata do uso evidencial do condicional na língua francesa, destacam-se os trabalhos de Patrick Dendale. Oliveira (2013, p.69) lembra que as classificações estabelecidas para o condicional no francês são facilmente transponíveis para o português, dadas as semelhanças do condicional nas duas línguas. Dessa forma, segundo a autora, “o condicional francês conta com uma bibliografia já vasta que pode, assim, constituir uma mais-valia para o estudo do condicional português”.

Dendale, em seus diversos trabalhos sobre o condicional (2010, 2012, 2013), adota, em cada um deles, uma classificação para o tempo verbal em questão. Em todas as suas classificações, no entanto, ficam explícitos os valores temporais, modais e evidenciais que o condicional pode assumir. Para evitar repetições, será exposta apenas a classificação de 2010 (p.292-294) do autor para os usos do condicional no francês. Nesse trabalho, o autor faz uma classificação tripartida, estabelecendo três grupos de empregos do condicional:

A. Grupo de empregos com valor temporal: nesse caso, o condicional apresenta o valor de um tempo futuro a partir de um ponto de referência situado no passado. Dendale ilustra esse emprego com o exemplo abaixo:

- (30) Les Argentins pensaient que les Anglais se **contenteraient** de faire un peu de bruit pour la forme. (DENDALE, 2010, p.292)
 ‘Os argentinos pensavam que os ingleses se **contentariam** em fazer um pouco de barulho pela forma.’

B) Grupos de empregos com valor modal: nesse caso, o caráter modal se aplica aos mundos possíveis em que o condicional insere o estado-de-coisas. É nomeado também como o grupo dos *condicionais de eventualidade*.

- (31) Il **n’aurait** rien dit, on **n’aurait** pas su qu’il était malade. (DENDALE, 2010, p.293)
 ‘Se ele não **tivesse** dito, nós não **saberíamos** que ele estava doente.’

C) Grupo de empregos de valor evidencial ou *mediativo*: empregos em que a forma verbal indica que o locutor teve acesso à informação que transmite no enunciado, de forma indireta. Dentro desse grupo encontram-se o que o autor denomina de *condicional de retomada de informação (conditionnel de reprise)*, e o *condicional de conjectura, ou inferencial*, ilustrados, respectivamente, em (32) e (33).

- (32) Les américains **auraient** capturé ce matin Bin Laden á la frontiere afeghane. (DENDALE, 2010, p.293)

‘Os americanos **teriam capturado** Bin Laden essa manhã na fronteira afegã.’

(33) Bin Laden reste introuvable. **Aurait-il** été tué dans une des dernières compagnes militaires? (DENDALE, 2010, p.293)

‘Bin Laden continua desaparecido. **Teria** ele sido morto em uma das últimas campanhas militares?’

O grupo de empregos que interessa ao presente trabalho, como se sabe, é o terceiro, o de empregos evidenciais. É possível notar que em (32) trata-se da manifestação da categoria da evidencialidade reportativa – a informação provém de qualquer outra pessoa que não o locutor, que apenas a retoma e a repassa em seu enunciado. Já em (33) temos a evidencialidade inferencial – a informação provém do locutor, que a infere de certa situação observável, ou de conhecimentos já existentes e armazenados em seu intelecto sobre a situação.

Para o *condicional de retomada da informação*, e para o *condicional de conjectura ou inferencial*, Dendale especifica certas características, que serão expostas abaixo:

A. **Condicional de retomada da informação:** São dados a esse tipo de condicional, três traços semânticos (DENDALE, 1993).

- O repasse de informação obtida por relato (a partir de outra pessoa), ao interlocutor, ou seja, indicação de que a informação foi retomada (“emprestada”) pelo locutor, para ser passada adiante;
- O caráter de incerteza e não confirmação da informação dada;
- O não comprometimento do locutor em relação à informação repassada.

A respeito desse tipo de condicional evidencial, o autor ressalta o fato de ser um uso extremamente frequente no domínio jornalístico, assim como mostrou Oliveira (2013), em sua tese. Dendale ainda informa que, devido às duas últimas características expostas acima para esse tipo de condicional, muitos autores acabam por considerá-lo um uso, cuja natureza primária seria modal. No entanto, como foi visto anteriormente, com o trabalho de Oliveira (2013) acerca do gênero jornalístico, o caráter de incerteza e não confirmação da informação, assim como o estabelecimento do não comprometimento do locutor em relação a informação

repassada (e com isso, se estabelecem também graus de distância entre o locutor e a mesma informação), são sentidos secundários que se desenvolvem devido ao fato de a informação ter sido obtida pelo locutor de maneira indireta, provendo de outra fonte enunciativa.

B. Condicional de conjectura ou inferencial: Esse tipo de condicional, segundo Dendale (2010, p.294) quase não é mencionado por certos autores, e passou a ser descrito muito recentemente em um número reduzido de estudos especializados (Haillet, 2001; Tasmowski, 2001) em razão de ser um uso mais antigo. De fato, a maioria dos estudos especializados se dedica mais à descrição do condicional de retomada da informação, uma vez que o uso do condicional para veicular informação reportativa é bem mais frequente em várias línguas. Apesar disso, Dendale (2010, p.294), estabelece as seguintes características para o uso conjectural do condicional:

- Do ponto de vista sintático, no francês, aparece apenas em estruturas interrogativas (essa característica não é aplicável para todas as línguas, havendo também a possibilidade de o uso evidencial conjectural do condicional ocorrer em frases declarativas, como se verá adiante). O exemplo (33), expresso anteriormente, explicita bem o sentido em questão – constata-se, a partir de um conhecimento adquirido (provavelmente a partir de fontes externas), que Bin Laden continua desaparecido. Baseando-se nesse conhecimento, o locutor infere que Bin Laden possa ter sido morto em uma das campanhas militares. Apesar de a informação prover do próprio locutor, uma vez que ele a inferiu a partir de evidências indiretas, ou seja, a partir de um conhecimento que pode ser questionado (que não foi diretamente verificado pelo locutor), opta-se pela transmissão da informação inferida, através da forma verbal condicional, que melhor ressalta o caráter indireto de obtenção da informação.
- A asserção feita pelo locutor a respeito de determinada informação, não é *categorica*, e sim, *hipotética* e *conjectural*, sendo seus graus de certeza e segurança menores – tal hipótese tem mais a ver com o *crer*, do que com o *saber*. Esse caráter hipotético da informação inferida é consequência, como já visto, do fato de o locutor não ter comprovado diretamente o conhecimento a partir do qual infere a informação expressa no enunciado.
- A hipótese se apresenta como baseada em premissas, a partir das quais é obtida por inferência – essas premissas normalmente consistem em conhecimentos sobre o assunto do qual se fala, ou ligado a ele, que o locutor tem armazenado em seu intelecto, e que foram adquiridos, na maioria dos casos, a partir de fontes externas, ou

seja, de maneira indireta. Essas premissas, quando verificadas em certas situações, lhe permitem inferir certas informações.

- A hipótese se caracteriza como tendo sido concebida pelo próprio locutor, e não por outra pessoa. Esse fato não garante que a informação possa ser considerada de total confiança, uma vez que as premissas a partir das quais o locutor infere tal informação, na maioria dos casos, não foram diretamente comprovadas por ele, o que viabiliza, como consequência, sentidos modais - o caráter de não confirmação ou hipótese da informação obtida por inferência.

É possível observar, em sua caracterização, que Dendale também estabelece para ambos os tipos de condicional, além dos valores evidenciais, valores também modais, o caráter de não confirmação ou incerteza da informação, que no caso do uso conjectural, é considerada hipotética, e o conseqüente não comprometimento do falante em relação ao que é veiculado. Observa-se então, novamente, a concomitância de valores evidenciais e modais.

Foi visto também, anteriormente, que o condicional, além do seu uso temporal, apresenta, mais frequentemente, usos modais, dentre os quais figura a possibilidade de atuar como um marcador de incerteza e hipótese. Assim, o condicional é muito usado para a expressão da irrealidade, sendo esta uma das características que o definem. Ao nos depararmos com as ocorrências observadas nesse trabalho, com o condicional de retomada da informação, e o condicional de conjectura, uma vez que estes ainda carregam os traços modais citados, poderá ainda surgir a questão a respeito da problemática sobre qual seria o valor de base do condicional, nesses casos. O presente trabalho, como já citado em diversos momentos, considera o valor evidencial do condicional, como primário, sendo os traços modais resultantes deste. Vale ressaltar, no entanto, que Dendale (1993), empreendeu uma investigação a respeito dessa questão.

Dendale (1993) inicialmente ressaltou que as três características do condicional de retomada da informação (em análise na investigação), dentre as quais estão o traço evidencial e os traços modais, aparecem simultaneamente nos enunciados em que figura. O autor também indica que, em certas ocasiões, poderão existir enunciados com o condicional, em que alguns traços modais, que são secundários, ou seja, desdobramentos do valor evidencial, se destacam, ou ainda, “são postos em relevo”, no sentido de serem mais predominantes no enunciado. O objetivo do autor, então, foi verificar se, mesmo nesses casos, o valor evidencial permanece, configurando-se, como admitido em sua hipótese, como o valor de base dos enunciados em questão. O exemplo abaixo foi trazido pelo autor para comprovar sua hipótese:

(34) Quelque part, mais **rien n'est sûr, opéreraient** déjà les S.b.s.
(DENDALE, 1993, p.169)

‘Em algum lugar, mas **não se sabe ao certo**, já **operaria** a S.b.s.’

Em (34), a expressão “não se sabe ao certo”, ressalta o caráter de incerteza da informação repassada pelo locutor. Nesse caso, portanto, destaca-se na sentença o valor modal de não confirmação da informação. Apesar disso, como se pode observar, o valor evidencial do condicional, do qual se fala, permanece – o locutor utiliza o condicional para indicar que obteve a informação indiretamente. O fato de a expressão “não se sabe ao certo” figurar no enunciado, não significa que o emprego do condicional foi mais uma maneira de destacar a incerteza da informação, e que, portanto, o valor modal é seu valor de base. Pelo contrário, o locutor emprega o condicional unicamente para se esquivar do que é veiculado, mostrando que não é a fonte da informação.

Dendale (1993) conclui então que, mesmo quando algum traço modal é destacado nas frases em que figura o condicional, o que poderia levar a crer que o valor primário do condicional é o valor modal, há ainda a conservação do valor evidencial da forma verbal em questão, de modo que com essa constatação é possível afirmar que o traço evidencial sempre estará presente, mostrando que a natureza do tipo de condicional em análise, é da fato, evidencial.

Dendale observa também, que, ao contrário do valor evidencial, que está sempre presente nas sentenças, o valor modal é instável no sentido de que poderá estar ausente, como se vê em (35), abaixo:

(35) Ce matin la flotte britannique **aurait** quitté le port de Portsmouth. Le gouvernement britannique a déclenché ainsi le compte à rebours pour la guerre des Malouines. (DENDALE, 1993, p.171)

‘Essa manhã, a frota britânica **teria deixado** o porto de Portsmouth. O governo britânico desencadeou assim, a contagem regressiva para a guerra das Malvinas.’

Em (35), como se observa, ao afirmar que a contagem regressiva para a guerra foi desencadeada pelo governo britânico, o locutor assinala que considera a primeira sentença realizada no condicional como verdadeira, atribuindo-lhe assim o estatuto de verdade e não de

incerteza. Dessa forma, temos que é possível que o traço modal de não confirmação da informação, que frequentemente é veiculado secundariamente pelo condicional de retomada da informação, nesse caso, possa estar ausente.

Finalizando sua investigação, o autor conclui que o valor evidencial, como já especificado nesse trabalho, determina os valores modais do condicional. Assim, por exemplo, é que, se a informação não é confirmada (tendo sido obtida indiretamente), é prudente para o jornalista não assumi-la, considerando-a incerta, e dessa forma, não se comprometendo com tal. O autor ainda ressalta que, por definição, uma informação que não foi criada pelo locutor, ou seja, que não provém diretamente dele, ou que não foi diretamente confirmada por ele, possa ser perfeitamente incerta aos seus olhos, uma vez que, se ele a considerasse verdadeira ou falsa, certamente poderia colocar esse julgamento por meio de uma sentença categórica no indicativo, e não no Condicional, que é um modo verbal preferível para se veicular informações incertas.

Em suma, como se viu, a análise empreendida por Dendale (1993) procura reforçar e confirmar o que é defendido por esse trabalho: a primazia da evidencialidade em contraposição a modalidade. Assim é que, na análise das ocorrências com o condicional, retirados do *corpus*, assume-se esse posicionamento, e analisa-se exclusivamente o valor evidencial marcado pelo condicional.

A classificação e a maioria das características dos usos evidenciais do condicional que são especificados por Dendale para a língua francesa, são facilmente transponíveis também para o PB. Em razão disso, no presente trabalho, serão adotados os termos *condicional de retomada da informação*, e *condicional de conjectura ou inferencial* para se diferenciar entre os dois usos evidenciais que se pretende analisar e que são encontrados dentro dos gêneros jornalísticos que compõem o *corpus* desse trabalho. Com a análise desses dois tipos de condicionais de valor evidencial, será possível, então, caracterizar esse uso, como um todo, no PB.

Não apenas no português e no francês, como também em outras línguas românicas, tais como no italiano e no espanhol, reconhece-se o uso evidencial do condicional. Squartini (2001), resume esse uso em seu trabalho, exposto na próxima seção.

2.3 Sistematização do uso evidencial do condicional nas línguas românicas de acordo com Squartini (2001)

Squartini discute os usos evidenciais do condicional nas seguintes línguas românicas: francês, italiano, português e espanhol. Sua análise confirma o que foi exposto até agora sobre os usos evidenciais do condicional no português europeu, trazendo ainda constatações sobre esse uso no espanhol e italiano. Assim como fez Oliveira (2013), além de expor o uso evidencial do condicional, o autor também analisa o futuro como um tempo verbal passível de usos evidenciais.

Em relação ao condicional, Squartini afirma que seu uso evidencial pode ocorrer em contextos que expressam reportatividade, boatos (*hearsay*), ou não confirmação da informação, como nos exemplos abaixo, do francês (36), italiano (37) e espanhol (38), respectivamente:

(36) Aux dernières informations, les concurrents **auraient** franchi le Cap Horn. (SQUARTINI, 2001, p. 306)

‘De acordo com as últimas informações, os competidores **teriam** dado a volta no Cabo Horn.’

(37) Secondo le ultime informazioni il presidente **avrebbe** lasciato Romani. (SQUARTINI, 2001, p.306)

‘Segundo as últimas informações, o presidente **teria** deixado Roma ontem.’

(38) Según fuentes políticas consultadas por este periódico, Milosevic **habría aceptado** que la fuerza de interposición en Kosovo esté compuesta por un 30% de efectivos de la Otan. (Jornal El País, *apud* SQUARTINI, 2001, p.317)

‘De acordo com fontes policiais consultadas por esse jornal, Milosevic **teria aceitado** que a força de interposição de Kosovo esteja composta por 30% de efetivos da Otan.’

Squartini (2001, p.306) também concorda com a primazia da evidencialidade sobre a modalidade, considerando que o valor primário do condicional, nos casos como os demonstrados acima, deve ser encontrado na fonte externa, e, portanto, obtida de modo indireto, da informação, ou seja, trata-se de um valor primário que é evidencial, sendo os valores modais, tais como o caráter de não-confirmação da informação, e o conseqüente não comprometimento do locutor com esta, sentidos secundários do uso em questão, que emergem pelo fato de o locutor ter obtido as informações veiculadas de maneira indireta.

Squartini verifica que, na língua italiana, o condicional mostra-se como um marcador de evidencialidade indireta, assim como o futuro. Isso é verificado no exemplo abaixo, uma frase não aceitável, uma vez que o fragmento ‘*Eu a vi*’, com verbo de percepção visual, indica que o locutor teve acesso direto à informação, de modo que somente a interpretação evidencial direta é cabível – o uso do condicional, que expressa incerteza da informação, portanto, causa estranhamento em relação à sentença. Nesse caso, a frase poderia se tornar aceitável, se o locutor utilizasse, por outro lado, o tempo verbal presente do indicativo.

(39) ?? Venerdì scorso Giovanna **sarebbe** uscita alle 5. L’ho vista io.
(SQUARTINI, 2001, p.306)

‘Na última sexta-feira, Giovanna **teria partido** as 5. Eu a vi.’

O condicional se comportaria assim, como o futuro na sentença (40) abaixo:

(40) ?? Venerdì scorso Giovanna **sarà** uscita alle 5. L’ho vista io.
(SQUARTINI, 2001, p.307)

‘Na última sexta-feira, Giovanna **terá** partido as 5. Eu a vi.’

Apesar de expressar informações obtidas por meio indireto, o condicional no italiano, por outro lado, não pode ocorrer em um contexto inferencial (41), como ocorre com o futuro em (42). Sua especificidade como um marcador reportativo é ainda verificada na medida em que se nota, com Radanova-Kuseva (1991-1992, p.346-347, *apud* SQUARTINI, 2001, p.307), que o condicional, no italiano, requer uma fonte externa, como em (43), não permitindo que o falante seja tal fonte, como em (44):

(41) ?? Strano che la luce sia accesa. Si **sarebbero** dimenticati di spegnerla.
(Squartini, 2001, p.307)

‘É estranho que as luzes estejam acesas. Eles **teriam esquecido** de apagá-las.’

(42) Strano che la luce sia accesa. Si **saranno** dimenticati di spegnerla.
(SQUARTINI, 2001, p.307)

‘É estranho que as luzes estejam acesas. Eles **terão esquecido** de apagá-las.’

(43) Secondo Paolo adesso **sarebbero** già le 4. (SQUARTINI, 2001, p.307)

‘Segundo Paolo, já **seriam** 4 horas agora.’

(44) ?? Secondo me adesso *sarebbero* già le 4. (SQUARTINI, 2001, p.308)

‘De acordo comigo, já **seriam** 4 horas agora.’

A respeito do condicional na língua francesa, assim como já observado por Dendale em seus diversos trabalhos, Squartini também verifica que ele é utilizado tanto para veicular informações reportativas, quanto para informações inferenciais, ou seja, a fonte da informação poderá ser uma fonte externa ou o próprio locutor. No entanto, a observação de Squartini é que, assim como o italiano, o francês também admite o futuro como um marcador inferencial, como na sentença (45) abaixo:

(45) L’assassin se **sera** introduit par la fenêtre. (SQUARTINI, 2001, p.315)

‘O assassino **terá entrado** pela janela.’

(46) – Il faudrait tenter une psychanalyse, dit Françoise. Est-ce que dans son enfance, son père ne l’**aurait** pas battu avec une branche de sureau?

– Pourquoi ça? dit Xavière.

– Battu, passé à tabac, dit Françoise. (SQUARTINI, 2001, p.315)

– ‘Deveríamos tentar uma psicanálise, disse Françoise. Em sua infância seu pai não **teria** batido nele com um galho de sabugueiro?’

– Porque isso? disse Xavière.

– Batido, espancado, disse Françoise.’

A diferença entre os sentidos inferenciais veiculados pelo condicional em (46) e os veiculados pelo futuro em (45), é que os primeiros sentidos sugerem, segundo Squartini (2001, p.315), um grau de confiança baixo do locutor a respeito da factualidade da ocorrência da situação posta no condicional; ao contrário do que ocorre com o futuro, em que a inferência proposta é mais forte, ou seja, o grau de confiança do locutor a respeito da factualidade da ocorrência do evento é maior, de modo que a inferência feita mostra-se como uma possibilidade forte a respeito do evento, apesar de ainda poder ser questionada pelo interlocutor.

Passando para a língua espanhola, segundo a análise de Squartini, o condicional veicula informação reportativa, ou seja, de fonte externa (47), assim como ocorre na língua italiana e na língua francesa. Ao contrário dessas línguas, no entanto, o espanhol pode transmitir informação inferencial apenas em contextos passados, como no exemplo (48). Em contextos atuais, a informação inferida é veiculada pelo futuro, como em (49):

(47) Según fuentes políticas consultadas por este periódico, Milosevic **habría** aceptado que la fuerza de interposición en Kosovo esté compuesta por um 30% de efectivos de la Otan. (SQUARTINI, 2001, p.317)

‘De acordo com fontes policiais consultadas por esse jornal, Milosevic **teria aceitado** que a força de interposição de Kosovo esteja composta por 30% de efetivos da Otan.’

(48) **Serían** las ocho cuando salimos. (SQUARTINI, 2001, p.317)

‘**Seriam** 8 horas quando nós saímos.’

(49) Ahora **serán** las cuatro. (SQUARTINI, 2001, p.317)

‘**Serão** quatro horas agora.’

A respeito do português europeu, Squartini identifica o mesmo que o observado no espanhol: o condicional veicula informação inferencial majoritariamente em contextos

passados, como observado em (50); no presente, ou seja, em contextos atuais, tal informação inferencial é veiculada pelo futuro, como em (51).

(50) **Seriam** umas seis horas, mas a noite era evidente. (SQUARTINI, 2001, p.318)

(51) Que horas **serão**? (SQUARTINI, 2001, p.318)

Além de informação inferencial em contextos passados, o condicional no português europeu ainda veicula informação reportativa, atribuída a uma fonte externa (52), como nas línguas espanhola, francesa e italiana. No entanto, tais informações reportativas não podem ser veiculadas apenas pelo condicional, mas também pelo futuro, como se vê no exemplo (53):

(52) Ao mesmo tempo desmentiu informações da imprensa segundo as quais os EUA **estariam** a treinar militarmente grupos de opositores a Saddam. (SQUARTINI, 2001, p.318)

(53) Segundo fontes que lhe são próximas Soares **terá** dito a Gomes Motas e a Carlos Monjardino que as críticas à liderança de Gueterres foram ‘pura loucura’. (SQUARTINI, 2001, p.319)

O futuro, além disso, poderá também veicular informação inferencial, como em (54), sendo que a diferença de sentido que se obtém ao utilizar o condicional ou o futuro tem novamente a ver, segundo Squartini (2001, p.320), com a factualidade das situações. O locutor utiliza o futuro quando considera as informações a respeito de determinado evento, mais confiáveis e certas, e dessa forma, se compromete mais com a factualidade dos eventos.

(54) Raras vezes se **terá** observado uma tão extrema manifestação de afecto. (SQUARTINI, 2001, p.319)

A análise de Squartini (2001) leva às seguintes conclusões a respeito do funcionamento do condicional de valor evidencial nas línguas românicas apresentadas:

1. Francês: O condicional veicula sentidos inferenciais e reportativos; o futuro também poderá marcar sentidos inferenciais quando se acredita em um grau maior de factualidade dos eventos;
2. Espanhol: O condicional veicula sentidos reportativos, porém, os sentidos inferenciais são veiculados apenas em sentenças de contextos passados. O futuro veicula sentido inferencial em sentenças que se referem a contextos atuais;
3. Português (europeu): O condicional veicula sentidos reportativos e inferenciais, mas, esses últimos aparecem majoritariamente em contextos passados. O futuro também pode marcar informação reportativa e informação inferencial/sentido conjectural (em sentenças que se referem a contextos atuais);
4. Italiano: O condicional veicula apenas sentidos reportativos. O futuro é utilizado para expressar sentidos inferenciais.

Todos esses usos evidenciais estão sistematizados no quadro abaixo. O símbolo * indica que o futuro/condicional veicula o sentido em questão sob condições especiais, que estão expressas no resumo acima.

	COND		FUT	
	R	I	R	I
Português Europeu	+	+*	+	+*
Francês	+	+	-	+*
Espanhol	+	+*	-	+*
Italiano	+	-	-	+

Quadro 4: Sistematização dos usos evidenciais do condicional e do futuro nas línguas românicas, de acordo com Squartini (2001).

Com o que foi exposto até agora, foi possível constatar que a maioria das línguas românicas, com exceção do português do Brasil, apresentam análises sobre o uso evidencial do condicional. Esse aparato já construído sobre o condicional de valor evidencial em outras línguas, principalmente no que diz respeito às características observadas para esse uso, certamente pode contribuir para com uma análise a respeito desse uso no PB. Assim, no próximo capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos dessa pesquisa, para que, em seguida, se apresente a análise dos dados, seguida das considerações finais.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

Uma vez que se trata de um trabalho baseado na teoria funcionalista, presume-se que as ocorrências para análise sejam retiradas de contextos reais de uso da língua. Sendo assim, neste trabalho, analisam-se ocorrências retiradas de textos jornalísticos, provenientes de edições online do Jornal *Folha de São Paulo*, dos anos de 2012 e 2013. Os textos analisados fazem parte, portanto, do domínio jornalístico – o *corpus* é composto por cem unidades de cada um dos seguintes gêneros que fazem parte desse domínio: artigos de opinião, editoriais e notícias, totalizando trezentos textos para análise e cento e vinte e cinco mil palavras, aproximadamente.

No que diz respeito ao caráter híbrido de alguns dos gêneros, a seleção deu-se da seguinte forma: em relação aos artigos de opinião, priorizaram-se textos de autores mais conhecidos e consagrados do jornal, como por exemplo, Clovis Rossi, que é membro do conselho editorial da *Folha*. Já em relação à variedade de temas das notícias, selecionaram-se textos com temáticas mais típicas e de interesse geral - política, mundo, economia e cotidiano. Os editoriais, por não serem assinados, configurando-se como textos opinativos da instituição, não tiveram critérios de seleção.

Em relação aos procedimentos de busca dos dados, primeiramente, todas as ocorrências da forma verbal do condicional foram localizadas com o auxílio do processador de textos da Microsoft, o *Word*. No entanto, como a análise que se faz nesta dissertação se relaciona com o uso evidencial do condicional, foi necessário ler completamente os textos, de modo a encontrar e selecionar, então, as ocorrências que de fato poderiam permitir uma interpretação evidencial. Dessa forma, os sentidos estritamente modais, temporais, e aqueles localizados em afirmações condicionadas, foram suprimidos da análise.

Depois de feita a seleção das ocorrências, estas, em uma análise quantitativa, foram classificadas de acordo com os dois tipos de condicional de valor evidencial analisados. A nomeação desses dois tipos de condicional seguiu a mesma terminologia empregada por Dendale (2010), que adota, para o condicional que veicula informação reportativa, o termo *condicional de retomada da informação*; e para o condicional que veicula informação inferencial, o termo *condicional de conjectura ou inferencial*. A escolha se deu em razão de esses nomes explicitarem de forma clara o tipo de fonte indireta da informação.

Foram feitas então listas de ocorrências de sentenças em que figuravam ora o condicional de retomada da informação, ora o de conjectura. Com essas listas foi possível fazer uma quantificação dos dados, que forneceu uma caracterização de cada um dos gêneros em questão a respeito dos usos e funções do condicional de valor evidencial nos determinados textos, que será feita na análise qualitativa.

Após a classificação e quantificação dos dois tipos de condicional de valor evidencial, as listas com as ocorrências de cada um deles foram pré-processadas pelo processador automático de textos *Unitex*. Com o *Unitex*, foi possível extrair uma lista de concordâncias através do concordanciador, uma ferramenta que extrai todas as ocorrências de uma palavra de busca em um corpus, juntamente com seu cotexto, apresentando-as na forma de uma concordância. Nessas listas, a palavra de busca, que no caso desse trabalho, consiste em qualquer verbo no futuro do pretérito, aparece em posição central e em destaque na ocorrência, sendo possível obter uma boa visualização do cotexto ao seu redor, sendo possível assim, obter-se padrões sintáticos, por exemplo. Com essa ferramenta então, foi possível comparar os contextos em que o condicional evidencial ocorre, verificando, dentre outras coisas, se a forma em análise aparece como verbo pleno, ou como auxiliar. A figura abaixo mostra a interface de uma das listas de concordância geradas.

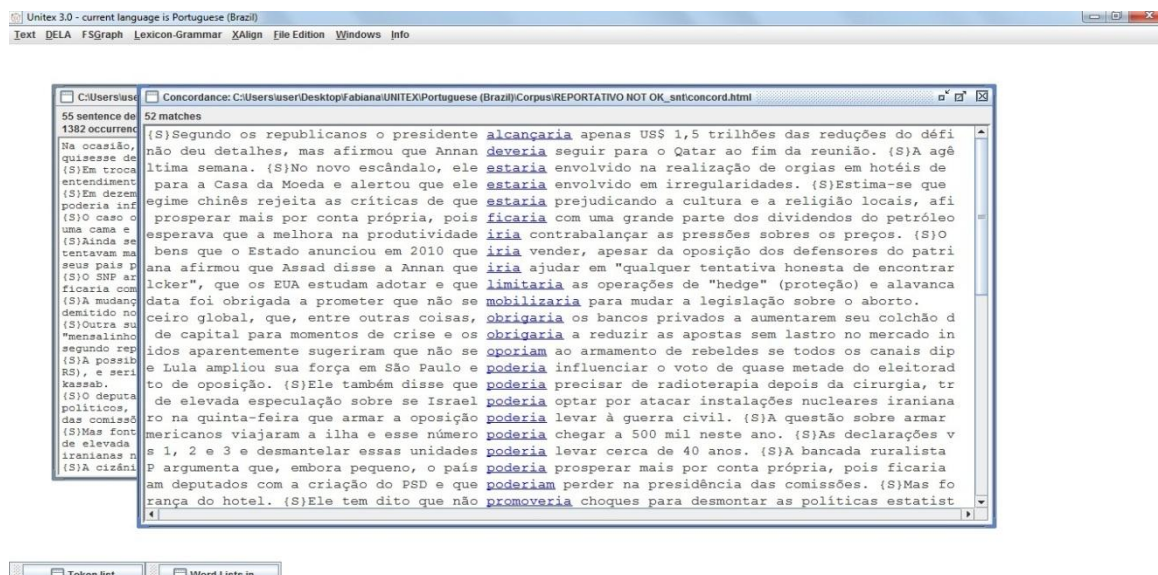


Figura 4: Lista de ocorrências do condicional de valor evidencial vista através do concordanciador do Unitex.

Passando-se à análise qualitativa, como se sabe, a hipótese norteadora do presente trabalho é a de que o morfema verbal do condicional seria capaz de veicular significados evidenciais – assim, prevê-se que o condicional poderia se configurar em um marcador gramatical de evidencialidade no PB.

Para verificar a validade da hipótese, foram aplicados testes linguísticos de substituição do condicional por outros tempos verbais do modo indicativo. Com esses testes, foi possível visualizar o uso evidencial do condicional, na medida em que a substituição desse tempo por outros tempos verbais do modo indicativo impossibilitou o sentido evidencial em questão. Dessa forma, além de verificar se o condicional é o único tempo verbal do indicativo capaz de veicular significados evidenciais, foi possível confirmar também se, de fato, o valor primário do condicional, nos contextos analisados, é evidencial.

Além disso, na medida em que os testes são feitos, pode-se verificar ainda a legitimidade das características apontadas por Dendale (1993, 2010) para os dois tipos de condicional de valor evidencial. Uma dessas características, que provém do fato de a informação ter sido obtida indiretamente pelo locutor, é a de não comprometimento dele com o que veicula, havendo, dessa forma, o estabelecimento de um distanciamento do locutor em relação às informações veiculadas. Esse sentido modal e secundário também foi verificado por Oliveira (2013), em sua descrição do condicional de valor evidencial, no PE.

Assim, pretende-se confirmar se para o PB essas características também se mostram válidas – por exemplo, o aparecimento do condicional de conjectura apenas em contextos interrogativos, como constata Dendale (2010), para a língua francesa, merecerá especial atenção, uma vez que, Oliveira (2013) também verificou o uso inferencial do condicional em contextos declarativos, o que indica que, apesar de a classificação e caracterização dada por Dendale para os usos evidenciais do condicional serem facilmente transponíveis para o PB, algumas características poderão divergir dependendo da língua em questão.

Por fim, à medida em que os testes linguísticos vão sendo aplicados e testados na análise, chegando-se às características dos usos evidenciais do condicional, promove-se por último, a caracterização dos gêneros jornalísticos analisados, em relação ao aparecimento do uso do condicional de valor evidencial. Seria este um uso produtivo e interessante aos propósitos do jornalismo? É o que se pretende verificar.

O que se vai mostrar, portanto, é a caracterização de um uso, em uma língua em que ele ainda não foi estudado, assim como ocorre em outras línguas. O aparato já construído de análise do uso evidencial do condicional em outras línguas certamente auxiliará na descrição que se pretende fazer do mesmo uso, no PB.

A descrição também possibilitará que se façam certas formulações a respeito da relação entre temporalidade e evidencialidade, pois, como se verá, nos contextos analisados, o condicional não veicula o sentido que normalmente é visto como o mais tradicional dessa forma verbal, a saber, o temporal.

Concluindo, objetiva-se apresentar a evidencialidade como uma categoria consistente no PB, que pode apresentar, segundo o que se prevê, pelo menos um meio gramatical de veicular significados evidenciais, que se dá através do morfema verbal do condicional, um tempo verbal do modo indicativo.

No próximo capítulo, todas essas predições e critérios de análise começam a ser empregados e espera-se que, depois de feita a descrição, haja conclusões satisfatórias e relevantes para a compreensão do uso em questão, no PB.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos dados e seus resultados. Foram coletadas, no total, 222 ocorrências do condicional de valor evidencial, dentro do conjunto dos três gêneros analisados, pertencentes ao domínio jornalístico.

Como especificado no capítulo metodológico, não foram contabilizadas as ocorrências que veiculavam outros usos do condicional, de modo que sentidos temporais, estritamente modais ou aqueles localizados em afirmações condicionadas foram suprimidos da análise. Fica registrado, porém, apesar da não quantificação desses dados, que tais usos do condicional estão também presentes no *corpus* analisado – as ocorrências abaixo exemplificam cada um desses usos: em (55), uma ocorrência do condicional em seu valor típico temporal; em (56) o condicional se comporta como um modal deôntico, expressando valor de obrigação; e em (57) o condicional está contido dentro de uma afirmação condicionada.

(55) Mas, além de “Estrelar”, a fase 80 de Valle **renderia** apenas mais um sucesso, também “saudável”: “Bicicleta”. Depois de dois LPs, o cantor **deixaria** a Som Livre para, em 1986, lançar “Tempo de Gente” pela gravadora independente Arca (...) Depois desse, **passaria** por um hiato de 12 anos sem fazer discos. (*Folha de S.Paulo*, 24/02/12)

(56) No dia 16 de fevereiro, o TJ de São Paulo decidiu que o projeto Nova Luz **deveria** continuar em andamento. (*Folha de S. Paulo*, 25/02/12)

(57) Se fosse verdade, a universidade **teria** sido irrelevante para a sociedade brasileira durante todo o período ditatorial, que durou longos 21 anos. (*Folha de S.Paulo*, 11/11/11)

Câmara Jr. (1975) e Perini (2010) estão certos ao ressaltarem a pouca frequência do emprego temporal do condicional. No *corpus* deste trabalho, foram encontradas pouquíssimas ocorrências como a de (55), em que o condicional marca um futuro no passado, o valor prototípico apresentado para esse tempo verbal na maioria das gramáticas normativas. Em

(55), faz-se projeções de futuro, estabelecendo-se relações de referência com fatos no passado. Assim, o condicional expressa um futuro em relação a eventos passados.

Em (56) fica registrado um uso modal deôntico do verbo dever, no condicional. Por trás desse valor deôntico, há uma instância, instrumento externo estabelecido socialmente (TJ de São Paulo), que impõe o que é expresso na proposição (a continuidade do Projeto Nova Luz), ficando expresso um valor de obrigatoriedade.

Outro uso do condicional que, por sua vez, é bem mais frequente no *corpus* é o expresso em (57), em que o condicional é inserido dentro de uma afirmação condicionada. Nesse caso, ele é usado para expressar um evento que poderia ocorrer sob certas condições, que podem estar expressas ou não no enunciado.

Esses empregos, portanto, não suscitam em nenhum momento o sentido evidencial, que, como se verá abaixo, é veiculado em situações em que o locutor quer reforçar que obteve a informação de maneira indireta (por meio de outras pessoas ou a partir de conhecimentos armazenados em seu próprio intelecto que lhe permitem inferir determinada informação, mas que foram obtidos indiretamente), conseguindo, dessa forma, estabelecer um distanciamento ou não comprometimento em relação à informação que veicula em seu texto, o que não se atinge com os empregos expressos acima.

Neste capítulo, portanto, será feita a caracterização do condicional evidencial, buscando-se, primeiramente, verificar se de fato, o condicional pode ser considerado uma forma de se marcar gramaticalmente a evidencialidade no PB, e se há possibilidade de outros tempos verbais veicularem esses sentidos. Isso se verá a partir da próxima seção.

1. O CONDICIONAL EVIDENCIAL NO PB: UM MARCADOR GRAMATICAL?

Para se tentar comprovar a hipótese de que o morfema verbal do condicional é capaz de veicular sentido evidencial, constituindo-se em um meio gramatical de marcar evidencialidade indireta, foram feitos testes de substituição. Com esses testes, pode-se visualizar o uso evidencial do condicional, na medida em que a substituição desse tempo por outros tempos verbais do modo indicativo impossibilita o sentido evidencial em questão. Dessa forma, foi possível também verificar se outros tempos verbais do PB podem marcar evidencialidade, como se verá abaixo.

- (58) Na ocasião, segundo a Folha apurou, Kassab **teria autorizado** o petista a escolher o nome que quisesse dentro da legenda. (*Folha de S.Paulo*, 09/01/12)
- (58a) ‘Na ocasião, segundo a Folha apurou, Kassab **autorizou** o petista a escolher o nome que quisesse dentro da legenda.’
- (58b) ‘Na ocasião, segundo a Folha apurou, Kassab **tinha autorizado/autorizara** o petista a escolher o nome que quisesse dentro da legenda’

No exemplo acima, comprova-se que somente na versão original do enunciado, em (58), pode-se denominar o tempo verbal em uso, de *condicional de retomada da informação*, ou seja, somente nesse caso pode-se dizer que o condicional veicula um sentido evidencial reportativo. Assim, em (58), o jornalista, usando o condicional, reforça a obtenção indireta da informação que repassa, indicando que a obteve de uma fonte externa. Dada a estranheza relacionada ao caráter externo da fonte, portanto, a informação adquire um caráter de não confirmação – o jornalista quer ressaltar que o fato veiculado está fora de sua alçada, ou seja, ele não verificou diretamente a validade da informação que veicula, de modo que acaba assim, por não se comprometer com esta, estabelecendo uma distância em relação ao que diz.

Em (58a), o pretérito perfeito do indicativo exclui a leitura evidencial do verbo, uma vez que, com tal morfema, a informação veiculada se mostra como certa, pois o tempo verbal em questão veicula ações que ocorreram no passado e já terminaram, ou seja, indica fatos conclusos e pontuais, sendo o grau de factualidade desse tempo maior. Assim, pode-se dizer que o valor temporal em questão exclui qualquer possibilidade de que haja veiculação de sentidos evidenciais por esse tempo verbal. Usando o pretérito perfeito, o locutor, de imediato, já estaria confirmando a informação que obteve com a *Folha*, e, nesse sentido, não estaria se preocupando em manter uma distância em relação ao que diz.

Em (58b), o mesmo ocorre – a forma composta do pretérito mais que perfeito indica, primariamente, um sentido temporal, uma ação que já ocorreu no passado, havendo, portanto, uma certeza maior da informação que é transmitida por esse tempo verbal. O jornalista, então, evita utilizar também essa forma, uma vez que, com ela, estaria dando a entender que confia plenamente na *Folha*, havendo, dessa forma, o estabelecimento de comprometimento em relação ao que está sendo dito.

Pode-se dizer, então, que o sentido evidencial reportativo que se produz com o condicional, está ausente nas versões em *a* e *b*, não podendo ser expresso pelos tempos verbais pretérito perfeito e pretérito mais que perfeito.

Fica claro que o pretérito mais que perfeito não veicula sentidos evidenciais, quando se verifica que quando a informação é reportativa, estando, na maioria dos casos, a fonte externa citada no corpo do texto, essas formas não aparecem no *corpus*. Oliveira (2013), como se pode verificar no quadro 3 do capítulo III desse trabalho, também identificou o pretérito mais que perfeito como a versão não-mediativa/evidencial do condicional, no PE, o que só reforça o que foi exposto até agora.

Assim, no *corpus*, as ocorrências com o pretérito mais que perfeito restringem-se àquelas com sentidos estritamente temporais, como no enunciado abaixo:

(59) Em 2006, Lula já **tinha apoiado** a eleição de Roseana, argumentando que a família Sarney o apoiou durante a crise do mensalão. (*Folha de S.Paulo*, 11/03/12)

Outros testes foram feitos, também se substituindo o condicional em (60) pelas formas do futuro do presente – a forma perifrástica, na versão *a*, e a forma sintética, na versão *b*:

(60) Em troca, o prefeito **selaria** o compromisso de apoiar a reeleição de Alckmin em 2014. (*Folha de S.Paulo*, 09/01/12)

(60a) ‘Em troca o prefeito **vai selar** o compromisso de apoiar a reeleição de Alckmin em 2014.’

(60b) ‘Em troca o prefeito **selará** o compromisso de apoiar a reeleição de Alckmin em 2014.’

O que se observa, com essas substituições, é que o sentido evidencial reportativo, e as características provenientes de tal sentido, também inexistem em (60a) e (60b), não sendo veiculado pelos verbos que aparecem nessas versões, uma vez que o futuro do presente sugere uma maior factualidade/certeza dos fatos veiculados. O jornalista obtém a informação que veicula em (60) com uma fonte externa, citada anteriormente no corpo do texto (o prefeito Kassab). É de conhecimento geral que assuntos políticos geram frequentemente polêmicas e, dessa forma, os jornalistas devem se abster de levar “ao pé da letra” as informações cedidas por políticos. Assim, em (60), com o condicional, o locutor pretende reforçar o caráter externo

e indireto da informação, estabelecendo, com isso, mais uma vez, um distanciamento em relação a esta, que adquire um caráter de incerteza e não confirmação, proveniente justamente da forma indireta de obtenção da mesma – com essa estratégia, o jornalista deixa claro seu não comprometimento com o que está expondo. Por sua vez, se utilizasse as formas do futuro do presente, como em (60a) e (60b), esse distanciamento estaria comprometido, uma vez que a maior factualidade sugerida por esse tempo predomina, sendo, portanto, o sentido primário da forma em questão unicamente o temporal, que indica o caráter certo de uma ação futura, sendo este o sentido do futuro do presente mais encontrado no *corpus*, como na ocorrência abaixo:

(61) O ministro das Cidades, Mário Negromonte, comunicou nesta quarta-feira (1º) ao seu grupo político no PP que **pedirá** demissão do cargo amanhã. (*Folha de S.Paulo*, 01/02/12)

No português europeu, por outro lado, como verificou Oliveira (2013), é frequente o uso do futuro do presente para veicular sentidos evidenciais reportativos. Duarte (2009, p.1877), ao analisar esse uso, no português europeu, procura verificar se o mesmo ocorre no português do Brasil. A autora constata que no Brasil, em textos jornalísticos, é muito menor a quantidade de ocorrências com o futuro do presente. Analisando também o jornal *Folha de São Paulo*, a autora encontra, em sua maioria, ocorrências com sentido de “futuro anterior”, em que o funcionamento do futuro do presente não tem valor evidencial, de desresponsabilização do locutor, que “quer passar uma informação sem ter de arcar com a responsabilidade de poder vir a ser confrontado com eventuais faltas de rigor jornalístico”. Assim, segundo Duarte (2009, p.1877), o futuro do presente, nos textos jornalísticos do Brasil, indica em sua maioria, (a) ações futuras que ocorrerão quando outra ação futura já estiver terminada, ou (b) o caráter certo de uma ação futura, conclusões também verificadas em relação ao *corpus* do presente trabalho. Além dessa autora, Neves e Oliveira (2003) também verificam a ausência do futuro do presente como marcador de fatos relatados no PB.

As mesmas conclusões obtidas a respeito de (58a) e (58b), e sobre (60a) e (60b) acima, podem ser verificadas a respeito de outras ocorrências, nos testes que se seguem abaixo. No exemplo (62), encontram-se as respectivas substituições do condicional pelas formas do futuro em (62a) e (62b), pelo pretérito mais que perfeito, em (62c), e pelo pretérito perfeito, em (62d). O valor evidencial reportativo, assim como as características que provém

desse uso, só são passíveis de serem veiculados pelo morfema do condicional, assim como registrado nas ocorrências originais retiradas do jornal.

- (62) A mudança **teria** a participação do então chefe de gabinete de Negromonte, Cássio Peixoto, demitido no último dia 25. (*Folha de S.Paulo*, 01/02/12)'
- (62a) 'A mudança **vai ter** a participação do então chefe de gabinete de Negromonte, Cássio Peixoto, demitido no último dia 25.'
- (62b) 'A mudança **terá** a participação do então chefe de gabinete de Negromonte, Cássio Peixoto, demitido no último dia 25.'
- (62c) 'A mudança **tivera** a participação do então chefe de gabinete de Negromonte, Cássio Peixoto, demitido no último dia 25.'
- (62d) 'A mudança **teve** a participação do então chefe de gabinete de Negromonte, Cássio Peixoto, demitido no último dia 25.'

Em relação aos sentidos evidenciais inferenciais, os mesmos testes foram feitos para se confirmar a possibilidade de veiculação desse sentido por outros tempos verbais que não o condicional, como se pode perceber no exemplo abaixo:

- (63) Lula **diria** sobre a crise exatamente o que Dilma disse ontem: não é pela via de ajustes fiscais recessivos que se resolve o problema. Mas Lula **subiria** num banquinho hipotético para gritar o seu ponto, recheando-o, preferencialmente, com histórias de seu tempo de negociador sindical. (*Folha de S.Paulo*, 04/10/11)
- (63a) 'Lula **disse** sobre a crise exatamente o que Dilma disse ontem: não é pela via de ajustes fiscais recessivos que se resolve o problema. Mas Lula **subiu** num banquinho (...).'
- (63b) 'Lula **tinha dito/dissera** sobre a crise exatamente o que Dilma disse ontem: não é pela via de ajustes fiscais recessivos que se resolve o problema. Mas Lula **tinha subido/subira** num banquinho (...).'
- (63c) 'Lula **diz** sobre o crise exatamente o que Dilma disse ontem: não é pela via de ajustes fiscais recessivos que se resolve o problema. Mas Lula **sobe** num banquinho (...).'

O exemplo (63a) está no pretérito perfeito, (63b), no pretérito mais que perfeito, e (63c), no presente. Nesses casos, sobressai o sentido temporal dos referidos tempos verbais, não sendo possível, portanto, que se veicule o sentido evidencial inferencial, assim como veiculado pelo *condicional de conjectura*, na versão original do enunciado. Ao utilizar o condicional, o locutor, a partir de premissas, que consistem no seu conhecimento a respeito do comportamento de Lula, conhecimento adquirido durante sua vivência em sociedade, e amplamente difundido por fontes externas de meios de comunicação diversos, infere que Lula diria sobre a crise exatamente o que Dilma disse, mas que subiria em um banquinho “hipotético”.

Apesar de a origem da informação ser o próprio locutor, este a infere a partir de evidências indiretas, uma vez que o conhecimento que ele possui a respeito do comportamento de Lula, e que serviu como premissa para chegar às informações pode ser questionado, e não se constitui como verdade absoluta. Assim, a informação adquire um caráter hipotético, que está ausente em (63) *a, b e c*, pois o valor temporal dos tempos verbais em questão, sobressalente em tais enunciados, indicam que os fatos veiculados já ocorreram, caracterizando-se como efetivos e pontuais (em (63a) e (63b)), ou que estão ocorrendo no momento da fala (em (63c)).

Em relação ao futuro do presente, no entanto, pode-se admiti-lo como um segundo tempo verbal que viabiliza a veiculação de sentidos evidenciais inferenciais, como se pode observar nas versões de (63) abaixo:

(63d) ‘Lula **vai dizer** sobre a crise exatamente o que Dilma disse ontem: não é pela via de ajustes fiscais recessivos que se resolve o problema. Mas Lula **vai subir** num banquinho (...).’

(63e) ‘Lula **dirá** sobre a crise exatamente o que Dilma disse ontem: não é pela via de ajustes fiscais recessivos que se resolve o problema. Mas Lula **subirá** num banquinho (...).’

Retomando a análise de Squartini (2001), exposta no capítulo III, constata-se que em outras línguas românicas (francês, espanhol, português europeu e italiano) o futuro do presente também veicula informação inferencial. Oliveira (2013), por sua vez, verificou também que, além do condicional, o futuro do presente pode veicular informação inferencial no português europeu. A autora afirma que isso se deve ao fato de que esses tempos

compartilham as mesmas características, dentre as quais estão o diminuto emprego temporal e os desdobramentos modais dos dois tempos.

Para o francês e para o português europeu, Squartini (2001) verificou que a diferença entre os sentidos inferenciais veiculados pelo condicional e os veiculados pelo futuro, é que os primeiros sentidos sugerem um grau de confiança baixo do locutor a respeito da factualidade da ocorrência da situação; ao contrário do que ocorre com o futuro, em que a inferência proposta é mais forte, ou seja, mostra-se como uma possibilidade forte a respeito do evento. Assim, pode-se dizer que o comprometimento do locutor com a informação veiculada no futuro é maior, o que justifica o fato de se encontrarem, em sua maioria, sentidos inferenciais veiculados pelo condicional, e não pelo futuro, pois o jornalista pretende se distanciar, e não se comprometer com a informação, estratégia melhor atingida com o uso do condicional. Apesar disso, seguem-se abaixo alguns exemplos de ocorrências retiradas do *corpus*, em que o futuro do presente veicula sentido evidencial inferencial.

(64) Azar do Itamaraty: Romney **será** uma verdadeira usina de problemas para a diplomacia brasileira, a julgar por suas posições a respeito da América Latina. (*Folha de S.Paulo*, 03/01/12)

(65) Logo, se o governo que já não tem partido ficar também sem líder, a Argentina **estará** com um sério problema de governabilidade. (*Folha de S.Paulo*, 29/12/11)

Concluindo, foi possível observar, com os testes realizados, que o condicional pode ser considerado uma forma especializada de se marcar gramaticalmente a evidencialidade indireta (reportativa e inferencial) no PB. Além desse tempo verbal, ressalta-se a possibilidade de também o futuro do presente poder veicular evidencialidade inferencial. Essa tendência de se considerar a evidencialidade como um fenômeno gramatical interno ao sistema verbal, ligada às formas do condicional e futuro, como se viu, não é recente, tendo sido observada para a maioria das línguas românicas, como indicou Squartini (2001) em sua análise.

É necessário, após a comprovação da existência do emprego evidencial do condicional no PB, que se faça uma caracterização desse uso. Para essa caracterização, adotou-se a terminologia de Patrick Dendale (2010), que denomina o condicional que veicula evidencialidade reportativa de *condicional de retomada da informação*; e o condicional que veicula evidencialidade inferencial de *condicional de conjectura ou inferencial*.

Na tabela abaixo, foi feita uma quantificação da frequência de uso de cada um desses empregos evidenciais.

Condicional de valor evidencial		
Retomada de Informação	Conjectura /Inferencial	Total
129 / 58,1%	93 / 41,9%	222 / 100%

Tabela 1: Usos evidenciais do condicional no corpus.

A partir da próxima seção, inicia-se a caracterização dos dois tipos de condicional evidencial encontrados.

2. O CONDICIONAL EVIDENCIAL DE RETOMADA DA INFORMAÇÃO

Como foi observado anteriormente admite-se que as características dos usos evidenciais do condicional que foram especificadas por Dendale para a língua francesa podem ser facilmente transponíveis para o PB. Em razão disso, para fins de classificação desses usos do condicional no PB, buscou-se verificar se essas características determinadas por Dendale são, de fato, adequadas para caracterizar os usos do condicional de retomada da informação, e do condicional de conjectura no PB.

Em relação ao condicional de retomada da informação verificou-se, inicialmente, que ocorre apenas em frases declarativas, em que, tipicamente, se quer informar ou declarar algo, ou seja, com esse tipo de frase o locutor geralmente constata algum fato. Nessas frases, ainda, a fonte da informação contida no enunciado estará sempre referida, se não no próprio enunciado em que o condicional aparece, em algum momento anterior do contexto textual.

Nos enunciados em que esse tipo de condicional evidencial ocorre, é comum também o aparecimento de outros marcadores de informação relatada. O jornalista recorre a fórmulas introdutórias de discurso relatado, dentre as quais, “segundo X” e “de acordo com X”. Além desse recurso, notou-se que ao atribuir a informação a outras fontes enunciativas, o jornalista tende a utilizar uma grande diversidade de verbos declarativos (‘dizer’, ‘afirmar’, ‘argumentar’, ‘informar’, etc), como verificado nas situações abaixo:

- (66) O SNP **argumenta que**, embora pequeno, o país **poderia** prosperar mais por conta própria, pois **ficaria** com uma grande parte dos dividendos do petróleo extraído no mar do Norte. (*Folha de S.Paulo*, 09/01/12)
- (67) O deputado **disse** apenas que essa **seria** uma solução para não desagradar os demais partidos políticos, que perderam deputados com a criação do PSD. (*Folha de S.Paulo*, 01/02/12)
- (68) Além disso, **afirma**, o resultado colateral **seria** uma redução da liquidez em um momento em que o crédito corporativo já é insuficiente para promover o crescimento e a criação de empregos. (*Folha de S.Paulo*, 24/02/12)
- (69) O general Martin Dempsey, o oficial de maior hierarquia do exército americano, **considerou** no domingo na CNN que uma intervenção na Síria **seria** “muito difícil” e que **seria** “prematureo” armar o movimento de oposição. (*Folha de S.Paulo*, 20/02/12)
- (70) O “Fígaro” **informa** ainda que também o Hezbollah fez contatos com a oposição síria, que, sempre de acordo com o matutino francês, **estaria** disposta, uma vez no poder, a reequilibrar as relações com Teerã, hoje de intimidade absoluta, mas sem adotar posições anti-iranianas. (*Folha de S.Paulo*, 01/09/11)

É notório, portanto, o esforço do jornalista em indicar que se trata de informações obtidas indiretamente – a todo tempo ele reforça que não são informações verificadas por ele, mas sim, obtidas com fontes externas. O condicional, portanto, assume, juntamente com os outros marcadores de evidencialidade reportativa, a função de ressaltar a obtenção indireta da informação pelo locutor, e dessa forma, garantir sua desresponsabilização em relação aos conteúdos veiculados. É o que se verá abaixo, com os exemplos.

(71) De acordo com o jornal “El Paso Times”, Paz disse aos investigadores que quis queimar a casa como forma de vingança, pois acreditava que seus pais queriam mata-lá durante o Natal. O caso ocorreu no último dia 27, quando ela **supostamente teria colocado** cola inflamável em uma cama e colocado fogo em uma das cortinas do cômodo. (*Folha de S.Paulo*, 08/01/12)

Em (71), a característica que se verifica inicialmente é a indicação de que a informação foi obtida através de terceiros, não sendo uma informação verificada diretamente pelo próprio locutor. Dessa forma, assim como também indicou Dendale (1993), o condicional de retomada da informação, juntamente com outros marcadores expressos anteriormente no enunciado assume o papel de indicar que a informação foi retomada (“emprestada”) pelo locutor, ou seja, ao utilizar essa forma, o locutor procura mostrar que a informação não vem de sua comprovação direta, mas que foi validada por outra pessoa, e, portanto, obtida de modo indireto.

A obtenção indireta dos fatos, com conseqüente atribuição da informação a uma fonte externa, traz estranheza a essa informação, que leva a sua caracterização como incerta e não confirmada. Trata-se de uma informação em relação à qual o locutor não pode se comprometer, por não ter tido a oportunidade de confirmá-la diretamente. Assim, com o condicional de retomada da informação, o jornalista estabelece um distanciamento em relação à informação obtida com terceiros, havendo um não comprometimento do locutor em relação a esta. Como se viu anteriormente, os jornalistas estão sujeitos a códigos de ética estabelecidos pelo jornal, que prezam por esse distanciamento, uma vez que se deve ter extrema cautela em relação à veiculação de conhecimentos obtidos de forma indireta, principalmente em relação àqueles obtidos a partir de outras fontes.

Tão clara fica a necessidade de manter um distanciamento perante a informação que obtém de terceiros, e reforçar que não verificou diretamente se tal informação teve sua verdade suficientemente contrastada, que, como se observa no exemplo (71) acima, o locutor já manifesta no próprio contexto do enunciado sua estranheza em relação ao que foi afirmado pelo jornal “*El Paso Times*”. Usando o advérbio “supostamente”, o locutor deixa explícita sua suspeita perante o que foi repassado, mostrando que não pode se comprometer com o fato e se distanciando da validade da informação.

Se a informação viesse no pretérito perfeito, o uso evidencial naturalmente se perderia, como se verificou na seção 1 desse capítulo. É o que se também vê abaixo:

(72) ‘De acordo com o jornal “El Paso Times”, Paz disse aos investigadores que quis queimar a casa como forma de vingança, pois acreditava que seus pais queriam mata-lá durante o Natal. O caso ocorreu no último dia 27, quando ela **colocou** cola inflamável em uma cama e fogo em uma das cortinas do cômodo.’

Ressalte-se que, caso veiculasse a informação no pretérito perfeito, o locutor não poderia inserir o advérbio “supostamente” em seu enunciado, o que causaria estranheza de sentido, uma vez que, com esse tempo verbal, o locutor acaba por indicar que a informação obtida com o jornal “*El Paso Times*” é totalmente verdadeira, e dessa forma, não haveria um distanciamento em relação à informação obtida indiretamente. Assim, utilizando o pretérito perfeito, o objetivo do locutor não é reforçar a forma de obtenção indireta da informação, não havendo, portanto, uso evidencial do verbo, que adquire no enunciado em questão unicamente seu sentido temporal, e em razão dele, percebe-se comprometimento do locutor com a informação veiculada e o caráter de certeza da informação.

É fácil então observar a especificidade do condicional para veicular o sentido evidencial em questão. O condicional de retomada da informação, no PB, como se pode perceber através do exemplo (71), apresenta as seguintes características, que estão, em sua maioria, em conformidade com as considerações de Dendale (1993) a respeito desse uso:

- Ocorre em frases declarativas em que a fonte da informação está sempre referida no enunciado ou em algum momento do contexto textual;
- Ocorre em frases em que frequentemente também se situam outros marcadores de informação reportativa;
- Reforça a obtenção indireta da informação, ou seja, que o locutor a obteve a partir de uma fonte externa, e que a comprovação de tal informação está fora de seu alcance;
- Indica que a informação é incerta e não confirmada pelo locutor;
- Indica que o locutor não quer e não pode se comprometer com a informação, havendo então o estabelecimento de um distanciamento em relação a esta.

No exemplo abaixo, essas características também são encontradas e é ainda mais nítida a estratégia do locutor de indicar de todas as formas que a informação veiculada está

fora de sua comprovação direta, e com isso, não se comprometer com o que é obtido com a fonte externa em questão.

(73) O “Figaro” informa ainda que também o Hezbollah fez contatos com a oposição síria, que, sempre de acordo com o matutino francês, **estaria** disposta, uma vez no poder, a reequilibrar as relações com Teerã, hoje de intimidade absoluta, mas sem adotar posições anti-iranianas. (*Folha de S.Paulo*, 01/09/11)

Em (73), o jornalista reforça de várias formas que a informação foi obtida de maneira indireta: identifica a fonte externa – o “Fígaro”, o “matutino francês”; utiliza verbos declarativos – “O “Figaro” informa que (...)”; outros marcadores de informação reportativa juntamente com o advérbio “sempre” que enfatiza que a informação provém unicamente do “Fígaro” – “sempre de acordo com o matutino francês”; e por fim, o condicional, que, por último, ressalta e reafirma que os fatos foram validados por outra instância que não o locutor.

Outras vezes, o próprio léxico do enunciado, é empregado em razão do caráter de obtenção indireta da informação, como no enunciado abaixo:

(74) A suspeita de que soldados brasileiros **teriam espancado** três haitianos em Cité Soleil, a maior favela de Porto Príncipe, há uma semana, precisa ser apurada com rigor. (...) Oito soldados do Exército brasileiro em patrulha na região, **teriam abordado** os jovens e confiscado documentos, telefone celular e dinheiro. Conduzidos, a seguir, a uma escola próxima, segundo relato divulgado pela imprensa local, os jovens foram violentamente agredidos. (*Folha de S.Paulo*, 20/12/11).

No caso da ocorrência em (74), a fonte da informação não é referida no próprio enunciado, mas no contexto mais amplo do texto, tratando-se de uma informação obtida a partir de um relato divulgado pela imprensa local do Haiti. Importante mostrar que a informação de imediato já é considerada como uma “suspeita”, que “precisa ser apurada com rigor”. Essas características provêm do fato de a informação ter sido obtida de maneira indireta, por uma fonte externa, o que o condicional de retomada da informação indica em todo o período. É a estranheza da fonte externa e a não confirmação direta do fato, que permite entender a informação como “suspeita” e incerta, informação em relação à qual o

jornalista deve se manter distante, pois, quanto menor o seu comprometimento com a “suspeita”, mais fiel estará sendo o jornal à neutralidade, pela qual tanto preza.

Uma última característica observada em relação ao condicional de retomada da informação diz respeito à forma de expressão do verbo no condicional, se como verbo pleno, em sua forma simples, ou como verbo auxiliar, em locuções verbais e em sua forma composta. Foram encontradas 77 ocorrências em que o verbo no condicional funciona como verbo pleno, como nos exemplos (60), (62), (63) e (73), expressos anteriormente. Formas compostas e locuções verbais, cujo funcionamento do verbo se dá como auxiliar foram minoria, totalizando 52 ocorrências.

Com as ocorrências em que o verbo no condicional atua como verbo auxiliar, foram feitos testes de substituição para verificar se o sentido evidencial permanece caso o verbo auxiliar seja substituído por uma forma simples do condicional, ou seja, um verbo pleno.

(75) Em dezembro, pesquisa do Datafolha mostrou que Lula ampliou sua força em São Paulo e **poderia influenciar** o voto de quase metade do eleitorado municipal. (*Folha de S.Paulo*, 09/01/12)

(75a) ‘Em dezembro, pesquisa do Datafolha mostrou que Lula ampliou sua força em São Paulo e **influenciaria** o voto de quase metade do eleitorado municipal.’

(76) O vice-presidente da Liga Árabe, Ahmed Bem Helli, disse à Reuters na véspera do encontro na quinta-feira que armar a oposição **poderia levar** à guerra civil. (*Folha de S.Paulo*, 24/02/12)

(76a) ‘O vice presidente da Liga Árabe, Ahmed Bem Helli, disse à Reuters na véspera do encontro na quinta-feira que armar a oposição **levaria** à guerra civil.’

(77) Alegam ainda que não faria sentido desenvolver armas a partir do vírus da gripe, já que, uma vez liberado no ambiente, **poderia atingir** a população de qualquer país. (*Folha de S.Paulo*, 29/12/11).

(77a) ‘Alegam ainda que não faria sentido desenvolver armas a partir do vírus da gripe, já que, uma vez liberado no ambiente, **atingiria** a população de qualquer país.’

Nos exemplos acima, nas locuções verbais destacadas, o verbo que no condicional atua como um auxiliar é o auxiliar modal *poder*, que, apesar de poder ter um perceptível valor evidencial, ao mesmo tempo ainda fica no limite entre esse valor e o valor estritamente modal (epistêmico). O estudo desse tipo de ocorrência ainda é passível de outras análises e não é objetivo deste trabalho solucionar essa questão. O que fica perceptível com as ocorrências acima, no entanto, é que, ao substituir a locução verbal pelo verbo no condicional em sua forma simples, perde-se o sentido evidencial reportativo, permanecendo, unicamente, o sentido temporal do condicional. Assim, em (75a), (76a) e (77a) faz-se projeções de futuro, expresso em relação a um evento passado.

Acarreta agramaticalidade por outro lado, a tentativa de substituir as formas compostas do condicional por formas simples do mesmo. Como se vê abaixo, a substituição só é feita adequadamente se for preenchida por formas do futuro do presente, por exemplo, como se vê na versão em (78b). Nesse caso, porém, perde-se o sentido evidencial reportativo, presente na versão original do enunciado, com a forma composta do condicional, e permanece também o sentido temporal dos verbos.

(78) A suspeita de que soldados brasileiros **teriam espancado** três haitianos em Cité Soleil, a maior favela de Porto Príncipe, há uma semana, precisa ser apurada com rigor. (...) Oito soldados do Exército brasileiro, em patrulha na região, **teriam abordado** os jovens e confiscado documentos, telefone celular e dinheiro. Conduzidos, a seguir, a uma escola próxima, segundo relato divulgado pela imprensa local, os jovens foram violentamente agredidos. (*Folha de S.Paulo*, 20/12/11)

(78a)??? ‘A suspeita de que soldados brasileiros **espancariam** três haitianos em Cité Soleil, a maior favela de Porto Príncipe, há uma semana, precisa ser apurada com rigor. (...) Oito soldados do Exército brasileiro, em patrulha na região, **aboardariam** os jovens e confiscariam documentos, telefone celular e dinheiro. Conduzidos, a seguir, a uma escola próxima (...).’

(78b) ‘A suspeita de que soldados brasileiros **espancaram** três haitianos em Cité Soleil, a maior favela de Porto Príncipe, há uma semana, (...). Oito soldados do Exército brasileiro, em patrulha na região, **aboardaram** os jovens e confiscaram documentos (...).’

Em outros casos, a própria substituição da forma composta pela forma simples do condicional traz à tona o sentido unicamente temporal, e não o evidencial, como na ocorrência abaixo:

(79) Na ocasião, segundo a Folha apurou, Kassab **teria autorizado** o petista a escolher o nome que quisesse dentro da legenda. (*Folha de S.Paulo*, 09/01/12).

(79a) ‘Na ocasião, segundo a Folha apurou, Kassab **autorizaria** o petista a escolher o nome que quisesse dentro da legenda.’

Em raras vezes, no entanto, a mudança parece preservar o sentido evidencial reportativo, como se vê abaixo, em (80a):

(80) A justificativa utilizada foram danos estruturais no imóvel que, segundo suspeita nunca esclarecida em definitivo, **teriam sido** fruto de intenção dolosa. (*Folha de S.Paulo*, 14/12/11)

(80a) ‘A justificativa utilizada foram danos estruturais no imóvel que, segundo suspeita nunca esclarecida em definitivo, **seriam** fruto de intenção dolosa.’

Concluindo, o que se procurou mostrar é que o condicional de retomada da informação comporta-se como outros marcadores de informação reportativa, nos contextos analisados, sendo utilizado, juntamente com estes, para reforçar a obtenção indireta da informação pelo locutor, ou seja, ressaltar que a informação não vem de sua comprovação direta, sendo de responsabilidade de outra pessoa. Isso se dá, como se viu, muito em razão das exigências do domínio jornalístico, que determina que haja objetividade e neutralidade em relação aos textos, devendo o jornalista se abster de um possível comprometimento em relação às palavras de uma terceira pessoa, o que se consegue com o uso em questão, dado a distância que se estabelece entre o locutor e o fato veiculado, como se verificou nas ocorrências analisadas.

Passa-se agora, na próxima seção, para a caracterização do condicional de conjectura ou inferencial, que veicula informação obtida pelo locutor através de inferências.

3. O CONDICIONAL EVIDENCIAL DE CONJECTURA OU INFERENCIAL

O condicional de conjectura ou inferencial, como se viu, é usado pelo locutor quando este quer veicular uma informação que provém de seu próprio intelecto, ou seja, informações a que ele chegou por inferências, a partir de premissas que consistem na grande maioria dos casos em conhecimentos existentes que foram armazenados em seu intelecto durante sua vivência em sociedade. Muitos desses conhecimentos, como se verá, são gerais, ou seja, de saber comum, que foram acumulados por todos os membros da comunidade linguística.

Foram encontradas para esse uso evidencial do condicional uma totalidade de ocorrências menor do que as encontradas do condicional de retomada da informação – 93 ocorrências. Abaixo, serão apresentadas as características desse uso no PB.

A primeira característica que se nota em relação a esse uso diz respeito ao tipo de frase em que ocorre. Como visto anteriormente, na língua francesa, Dendale (2010) reconhece o condicional de conjectura apenas em frases interrogativas. No PB, por outro lado, esse tipo de condicional de valor evidencial apareceu em sua maioria, em frases declarativas, e, ao contrário do que observou Dendale para a língua francesa, muito pouco em frases interrogativas, totalizando apenas quatro ocorrências. Abaixo se encontram duas delas.

(81) Em tese, se há menos gente pedindo seguro-desemprego é porque há mais gente conseguindo emprego, o que, por sua vez, **significaria** que os EUA estão saindo do poço, certo? Talvez sim, talvez não. (*Folha de S.Paulo*, 16/12/11)

(82) Você pode até alegar que a política italiana abusa de escândalo, mas não **diria** o mesmo de nove de cada dez políticos brasileiros? (*Folha de S.Paulo*, 18/10/11)

Observa-se que, tanto em (81), como em (82) os verbos no condicional marcam informações obtidas por meio de inferências feitas pelo próprio locutor.

Em (81), o raciocínio subjacente ao verbo *significaria* consiste em um raciocínio lógico. O locutor, a partir de uma observação particular, que se apoia em dados estatísticos (a menor quantidade de gente pedindo seguro-desemprego, que indica por sua vez que mais gente está conseguindo emprego), chega por inferência a uma generalização, a informação de que os dados observados levam a crer que os EUA estão saindo de uma crise. As premissas

nas quais o locutor se baseia (dados estatísticos) para fazer sua inferência, portanto, certamente foram obtidas de maneira indireta, ou seja, o locutor fez a inferência a partir de evidências indiretas. O condicional, nesse sentido, permite ao jornalista explicar as circunstâncias do fato veiculado, baseando-se em um raciocínio inferencial assentado em indícios assinalados por “analistas”, que o próprio jornalista cita anteriormente em seu texto, ou seja, a informação é baseada em indícios que o locutor não pode atestar diretamente, visto que não foram comprovados por ele.

A noção de tempo do condicional, já vista anteriormente, faz criar uma realização abstrata de um fato, uma vez que, ao romper com o presente, o condicional frequentemente passa a estar ligado a situações menos factuais, mostrando-se como uma forma distante e imparcial. Em razão dessas características, tem-se que, a informação geral a que chega o jornalista em (81) a respeito dos EUA configura-se não como uma asserção categórica, mas sim, como uma hipótese a respeito da situação do país, hipótese essa que, por estar baseada em uma evidência indireta (premissas que não foram diretamente verificadas pelo locutor), mostra-se como incerta e não confirmada.

O locutor, portanto, não está veiculando a informação tendo total certeza em sua validade, justamente porque não pode comprovar as premissas a partir das quais essa informação provém, o que faz com que a transmita como sendo apenas uma hipótese, havendo, em consequência disso, uma amenização de seu comprometimento com o fato veiculado. A resposta dada pelo locutor à sua própria pergunta (“talvez sim, talvez não”), por sua vez, comprova ainda mais sua impossibilidade de confirmar diretamente tais premissas.

As mesmas características podem ser encontradas para o condicional em (82), em que o verbo *diria*, marca uma inferência que está baseada em um conhecimento de saber comum, armazenado no intelecto do locutor. Assim, é de conhecimento geral que a maioria dos políticos brasileiros está envolvida em casos de corrupção, o que permite ao jornalista inferir que seu leitor certamente diria que os políticos brasileiros abusam de escândalo, assim como ocorre na política italiana. O esquema abaixo resume a questão.

- Premissa: Sabe-se que a maioria dos políticos brasileiros está envolvida em diversos casos de escândalo, principalmente por corrupção.
- Inferência feita a partir da premissa: a maioria dos brasileiros diria que *nove em cada dez políticos brasileiros abusam de escândalo*.

Certamente, a premissa, que se configura em um conhecimento geral, foi obtida de maneira indireta, por meio de noticiários, por exemplo, durante a vivência do locutor em sociedade. Trata-se, portanto, de conhecimentos que o locutor obteve indiretamente, e que, portanto, podem ser questionados. O condicional, mais uma vez, veicula uma informação, obtida por inferência que se assenta em evidências indiretas (premissas), o que faz com que a informação inferida se configure em uma asserção hipotética a respeito do fato, e não categórica, ou seja, não confirmada. Assim, outra vez, apesar de a informação prover de um conhecimento do próprio jornalista, há uma relativização de seu comprometimento com essa, justamente pelo fato de que as premissas a partir das quais ele chega à informação não foram atestadas de maneira direta por ele. Assim, o jornalista está dizendo que *crê* que os brasileiros diriam que os políticos abusam de escândalo – *crer*, nesse sentido, é muito diferente de *saber*, e assim, portanto, o condicional ainda permite certo distanciamento do locutor em relação ao seu enunciado, apesar de esse distanciamento ser muito menor do que aquele obtido quando se usa o condicional de retomada da informação.

Como visto no início do capítulo, verificou-se que o futuro do presente também pode veicular sentidos inferenciais no PB. No entanto, adotando-se o posicionamento de Squartini (2001), considerou-se que os sentidos inferenciais veiculados pelo futuro do presente sugerem um grau de confiança maior do locutor a respeito da factualidade da ocorrência da situação, ou seja, a inferência proposta é mais forte com esse tempo verbal, o que leva a um maior comprometimento do locutor com a informação veiculada. O jornalista poderia veicular as informações de (81) e (82) utilizando o futuro do presente, mas preferiu a forma do condicional justamente pelo fato de que essa forma permite um distanciamento maior em relação às informações, mostrando-se como uma forma neutra e imparcial, perfeitamente adequada aos propósitos do jornalismo. Esse caráter de forma imparcial e distante, atribuída ao condicional tem origem em sua natureza temporal, como explicitado acima.

Verificou-se também a respeito das ocorrências em estruturas interrogativas, que o sentido evidencial inferencial obtido com o condicional de conjectura em enunciados interrogativos para os quais o locutor não apresenta resposta (como o expresso em 82) se desfaz, quando essa mesma frase é transformada em uma declarativa, como se vê abaixo:

(83) ‘Você pode até alegar que a política italiana abusa de escândalo, mas não **diria** o mesmo de nove de cada dez políticos brasileiros.’

Nesse caso, predomina, em (83), o sentido unicamente temporal do verbo no condicional, que poderia ser utilizado na sentença pelo locutor para fazer uma projeção de um evento no futuro, que, no entanto, mostra-se como tendo uma realização abstrata, uma vez que ainda não ocorreu de fato. O enunciado em (84), por outro lado, se transformado em uma declarativa, continua com o mesmo sentido evidencial de inferência observado na sentença original (81), como se vê abaixo:

(84) ‘Em tese, se há menos gente pedindo seguro-desemprego é porque há mais gente conseguindo emprego, o que, por sua vez, **significaria** que os EUA estão saindo do poço.’

As mesmas características encontradas acima, para o condicional de conjectura em frases interrogativas aplicam-se à sua ocorrência em frases declarativas. Alguns exemplos encontram-se abaixo:

(85) Se aconteceu assim com um projeto menos ambicioso, imagine a confusão que dará a tentativa de colocar todos os países da região em uma ação conjunta, que, fatalmente, **teria** a liderança dos EUA, dada a formidável disparidade de meios entre Washington e qualquer um dos países latino-americanos/caribenhos. (*Folha de S.Paulo*, 03/01/12)

(86) Conhecido o peso da economia europeia no cenário internacional, os danos causados por um aprofundamento do descontrole financeiro **seriam** extremamente graves. (*Folha de S.Paulo*, 03/12/11)

É possível verificar que em todas as ocorrências apresentadas acima, o locutor faz uma asserção hipotética a respeito do evento informado e essa asserção é obtida a partir de inferências baseadas em premissas maiores, que permitem ao locutor chegar à informação. Em (85), o jornalista possui um conhecimento de saber comum que se mostra como a premissa a partir da qual ele infere a informação veiculada.

- Premissa: Sabe-se que existe uma enorme disparidade de meios entre Washington e qualquer um dos países latino-americanos/caribenhos, ou seja, sabe-se que os EUA têm muito mais poder do que qualquer um desses países,
- Inferência feita a partir da premissa: caso todos os países da região se juntassem em uma ação conjunta, essa teria a liderança dos EUA, o país mais poderoso entre todos.

O condicional, portanto, veicula uma informação obtida por inferência, feita pelo próprio locutor, que por sua vez, se baseou em seus conhecimentos de mundo (premissas), que certamente podem ser questionados, na medida em que foram obtidos de maneira indireta, por meio de noticiários, por exemplo. A informação, portanto, mostra-se como hipotética e não confirmada – o locutor veicula a informação com pouca segurança, dado que as premissas não foram verificadas diretamente.

O mesmo ocorre em (86) – sabe-se que a economia europeia exerce bastante influência no cenário econômico internacional, ou seja, tem um peso nesse cenário. Esse é o conhecimento de saber comum, ou seja, a premissa que permite ao jornalista inferir a informação veiculada, que se configura como uma asserção hipotética: o aprofundamento de um descontrole financeiro na Europa causaria danos extremamente graves no cenário econômico internacional, visto que a economia da Europa exerce influência sobre esse campo. A asserção é hipotética porque o conhecimento em que se baseia a inferência veiculada pelo condicional pode ser questionado, uma vez que, provavelmente, foi sendo adquirido pelo locutor de maneira indireta, por meio de fontes externas. Assim, trata-se de uma informação que o locutor veicula com um grau menor de segurança – ele *crê* que o descontrole financeiro na Europa causaria danos em todo o cenário econômico internacional, mas não pode afirmar com certeza essa informação, uma vez que não atestou diretamente as premissas em relação a qual a inferência está baseada.

Por fim, assim como feito com o condicional de retomada da informação, também foi observado em relação ao condicional de conjectura, a forma de expressão do verbo no condicional, se como verbo pleno, em sua forma simples, ou como verbo auxiliar, em locuções verbais e em sua forma composta. Foram encontradas, na grande maioria dos casos, ocorrências em que o verbo, no condicional, está em sua forma simples, funcionando então, como verbo pleno – 71 ocorrências. Apenas em 22 ocorrências o condicional se comporta como verbo auxiliar, em sua forma composta ou em locuções verbais. O que foi possível perceber, apesar da maior produtividade da forma simples, para veicular sentidos evidenciais inferenciais, é que a troca da forma do verbo (transformando-se o verbo pleno em verbo

auxiliar) não anula tal sentido. Utilizando o exemplo (86) acima, e transformando-se o verbo pleno em uma forma composta do condicional, permanece ainda, o sentido veiculado pelo condicional, de evidencialidade inferencial, como se vê abaixo, em (87):

(87) ‘Conhecido o peso da economia europeia no cenário internacional, os danos causados por um aprofundamento do descontrole financeiro **teriam sido** extremamente graves.’

Até agora, como se viu então, o condicional de conjectura ou inferencial apresenta as seguintes características, no PB:

- Pode ocorrer em frases declarativas e interrogativas;
- Ocorre, na maioria dos casos, com verbos plenos, ou seja, em sua forma simples, mostrando-se essa forma do condicional mais produtiva para veicular o sentido evidencial inferencial em questão;
- Nas frases em que ocorre indica que a informação provém do próprio locutor;
- Indica que o locutor obteve a informação a partir de inferência que se baseia em premissas que podem consistir em raciocínios lógicos assentados em dados estatísticos ou em conhecimentos existentes, ou em conhecimentos gerais de saber comum, armazenados em seu intelecto;
- A informação à qual se chega por inferência configura-se como uma asserção hipotética e conjectural, uma vez que as premissas se configuram em evidências obtidas, na grande maioria dos casos, de maneira indireta (a partir de fontes externas), não podendo o locutor atestá-las diretamente;
- O grau de certeza do locutor a respeito da informação, portanto, é menor – ele *crê* no que diz, o que é diferente de *saber* exatamente que o que está dizendo é verdadeiro.
- Há um comprometimento do locutor em relação à informação veiculada, uma vez que está provém de um raciocínio feito por ele mesmo. No entanto, esse comprometimento é relativizado justamente pelo fato de que a asserção é feita com cautela, por meio do condicional, que marca um menor grau de compromisso com a factualidade da informação, mostrando-se como uma forma neutra, distante e imparcial.

O que se observa é que a maioria das características observadas por Dendale (2010) para o condicional de conjectura ou inferencial são aplicáveis ao mesmo uso verificado no PB. Assim como Oliveira (2013), nota-se que é possível com o condicional de conjectura estabelecer um distanciamento em relação à informação veiculada, embora esse distanciamento seja menor do que aquele que é obtido quando se utiliza o condicional de retomada da informação. O fato de as informações veiculadas pelo condicional, nos casos acima, proverem do próprio locutor faz com que haja um comprometimento maior dele em relação a essas informações. Esse comprometimento, no entanto, como se viu, é relativizado pelo caráter de não confirmação e hipótese da sentença, que são consequentes, por sua vez, da impossibilidade de o locutor comprovar diretamente as premissas nas quais se assentam suas inferências.

Por fim, passa-se, em seguida, para a caracterização de cada um dos gêneros jornalísticos que compõem o *corpus*, segundo a frequência de aparecimento dos usos evidenciais do condicional. Espera-se que as características até agora observadas para o condicional de valor evidencial possam ser suficientes para que se possa analisar sua função discursiva nos textos jornalísticos, e no domínio jornalístico como um todo.

4. A FUNÇÃO DISCURSIVA DO CONDICIONAL DE VALOR EVIDENCIAL NO DOMÍNIO JORNALÍSTICO

Com a quantificação dos dados, foi possível obter a frequência de aparecimento de cada um dos condicionais de valor evidencial, em cada um dos gêneros jornalísticos que compõem o *corpus*. Esses dados estão expressos na tabela 2 abaixo, e, a partir deles, juntamente com as características do condicional de retomada da informação, e do condicional de conjectura, explicitadas anteriormente, algumas considerações puderam ser feitas a respeito dos gêneros analisados, de modo a caracterizá-los discursivamente.

Condicional de valor evidencial			
	Retomada de Informação	Conjectura /Inferencial	Total
Notícias	52 / 88,1%	07 / 11,9%	59 / 100%
Artigos de Opinião	33 / 48,5%	35 / 51,5%	68 / 100%
Editoriais	44 / 46,3%	51 / 53,7%	95 / 100%
Total	129 / 58,1%	93 / 41,9%	222 / 100%

Tabela 2: Frequência do condicional evidencial nos gêneros jornalísticos que constituem o corpus.

Nas notícias, verificou-se que o condicional de valor evidencial mais frequente é aquele que veicula informação reportativa, ou seja, o condicional de retomada da informação. A diferença de aparecimento entre esse, e o condicional de conjectura, como se vê, é bem grande. Além deste trabalho, também Oliveira (2013), em seu trabalho com um *corpus* do PE composto por notícias jornalísticas, chegou à conclusão de que, nesse tipo de texto, a veiculação de fatos relatados é mais frequente do que a de fatos inferidos.

A maior frequência do condicional de retomada da informação nas notícias pode ser explicada pelos traços que definem esse tipo de gênero jornalístico. Notícias são, segundo o que se viu no capítulo I, textos cuja função é essencialmente informativa, ou seja, o que se espera do jornalista de notícias é o relato de fatos, que consistem, na maioria dos casos, em eventos. Esses eventos devem ser transmitidos na notícia, de forma clara e concisa, e a instrução mais básica sugerida pelos ‘manuais de redação jornalística’ é que não haja comentários e interpretação do autor nesses textos, ou seja, o jornalista deve transmitir informações isentas de opinião. Nesse sentido, esse tipo de texto é extremamente objetivo e imparcial, seguindo os princípios valorizados pelo domínio jornalístico.

Como se viu, o condicional de retomada da informação aparece frequentemente junto com outros marcadores de informação relatada e, juntamente com estes, auxilia o jornalista, cuja estratégia é se desvincular o máximo que puder da informação que veicula, atribuindo-a a outras pessoas, ou seja, a fontes externas, e, como consequência disso, abstendo-se da responsabilidade sobre os fatos veiculados. Com o condicional de retomada da informação, portanto, o jornalista consegue se distanciar do conteúdo veiculado em seus textos, haja visto

que a comprovação das informações veiculadas está fora de seu alcance, uma vez que elas foram obtidas de modo indireto. Os códigos de ética e conduta jornalística, como se viu, prezam por um não comprometimento do locutor com os textos que escreve, e, nas notícias, isso se consegue melhor com a atribuição das informações a terceiros. O condicional, portanto, utilizado para reforçar a obtenção indireta da informação com fontes externas é uma forma que garante esse não comprometimento do jornalista em relação ao seu texto.

A maior frequência desse tipo de condicional de valor evidencial nas notícias se explica então, pelo fato de que o condicional se comporta como uma forma que melhor garante que o jornalista atinja seus objetivos, de transmitir os fatos de forma objetiva e imparcial.

Com o condicional de conjectura, por outro lado, como se viu, uma vez que ele indica que a informação provém do próprio jornalista, acaba-se por se obter um maior comprometimento deste com o conteúdo inferencial que veicula. No entanto, esse comprometimento é relativizado, pelo fato de as informações apresentarem-se na forma de asserções hipotéticas e não confirmadas pelo locutor. Isso se dá porque, na maioria dos casos, os conhecimentos que servem de premissas a partir das quais o jornalista infere as informações parecem ter sido obtidos, por sua vez, de maneira indireta (por meios de comunicação diversos, por exemplo), o que indica que o jornalista não pode atestar diretamente essas premissas, e, devido a isso, traz as informações inferidas, como não confirmadas e hipotéticas, no condicional, que, graças a seus traços temporais prototípicos, comporta-se como uma forma distante, que instaura projeções de futuro cuja realização é abstrata, e, portanto, não confirmada.

Como demonstra a tabela, o condicional de conjectura aparece com maior frequência nos gêneros artigo de opinião e editoriais. Esses dois gêneros, como visto no capítulo I, fazem parte do que se passou a chamar de jornalismo opinativo, em contraste ao jornalismo informativo, como nas notícias.

Os editoriais utilizam um número maior de condicionais de conjectura se comparado aos artigos de opinião. Essa diferença mais uma vez pode ser explicada levando-se em conta as características de cada um desses gêneros. Editoriais, como já observado, são textos que exprimem o parecer do jornal, como instituição, sobre determinado assunto em pauta no dia, apresentando o ponto de vista adotado pelo jornal sobre o assunto em questão. Nesse sentido, como instituição, goza de maior credibilidade no meio social, e, portanto, apresenta uma maior autonomia, apresentando uma maior liberdade para expor os fatos como de sua responsabilidade. É por isso que se permite veicular um maior número de informações

inferidas nesse tipo de gênero do que em artigos de opiniões, em que apesar de o autor ter certa liberdade para expor suas opiniões, nem sempre possui tanta credibilidade no meio social, devendo sempre assinar seu texto, o que lhe garante uma maior exposição pessoal e profissional.

Os gêneros artigos de opinião e editoriais, para relativizarem sua responsabilidade em relação às informações inferidas, transformam suas afirmações em asserções hipotéticas, com o condicional; e, além disso, passam a atribuir, frequentemente, outras informações relevantes para a discussão, a fontes externas. O condicional de retomada da informação, então, também aparece nos gêneros ditos opinativos, apesar de estarem em menor número, como se vê na tabela. Os editoriais, por veicularem um maior número de informação inferencial, tentam contrabalancear e equilibrar seu comprometimento com os fatos, atribuindo outras informações a fontes externas, e promovendo uma atenuação das opiniões que foram veiculadas. Os artigos de opinião, em que diferença de aparecimento entre os condicionais de retomada da informação e de conjectura é mínima, fazem o mesmo, e utilizam também das duas estratégias evidenciais, transmitindo suas opiniões com cautela.

O que muito se observa é que as declarações de terceiros, que os editoriais e artigos de opinião trazem com o condicional de retomada da informação, em seus textos, funcionam como âncoras que irão sustentar as opiniões assumidas pelos autores dos textos, no momento em que trazem informações inferidas. Essas declarações, além de servirem como embasamento para o ponto de vista defendido nesses textos, permitem também que haja um distanciamento enunciativo entre seus autores e seus textos. Esse distanciamento é sempre desejável, pois, apesar de haver possibilidade de veicular opinião, como bem ressalta Oliveira (2013, p.52), no domínio jornalístico devem ser evitadas as possíveis “implicações de ordem judicial que podem ocorrer como consequência das palavras ou expressões veiculadas”.

Concluindo, o condicional mostra-se como uma forma adequada, que garante tanto às notícias, quando aos editoriais e artigos de opinião, a possibilidade de veicularem os fatos desejáveis, de maneira prudente e cautelosa, sem que haja um comprometimento total com os conteúdos expressos. Trata-se de uma forma que é então, bastante adequada aos propósitos do jornalismo, como bem atesta o que até agora se expôs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propôs-se fazer um refinamento da categoria da evidencialidade no PB, por meio da descrição e análise de um tipo de marcador de evidencialidade que vem sendo estudado nas línguas românicas em geral (português europeu, francês, espanhol e italiano) por vários autores, o condicional de valor evidencial. Esse condicional pode indicar, nos textos, que o locutor obteve as informações que veicula a partir de outras pessoas (evidencialidade reportativa); ou que essas informações provêm de seu próprio raciocínio, sendo ele mesmo a fonte dos fatos veiculados (evidencialidade inferencial). Não há, no PB, análises que tratem especificamente desse uso.

Para promover esse refinamento, lançou-se a hipótese de que, apesar de a expressão da evidencialidade no PB ser feita primordialmente por meios lexicais, o morfema do condicional (ou futuro do pretérito) poderia ser considerado como uma forma especializada de se marcar gramaticalmente a evidencialidade reportativa ou a evidencialidade inferencial, no PB.

O *corpus* examinado se constituiu de dados reais, extraídos de textos escritos do PB, provenientes do jornal *Folha de São Paulo*. Foram coletados textos dos gêneros jornalísticos notícias, artigos de opiniões e editoriais. As ocorrências foram então coletadas desses textos, fazendo-se a diferenciação entre aquelas que continham o condicional de retomada da informação, que veicula informação reportativa; e as que continham o condicional de conjectura ou inferencial, que veicula informação inferencial. Essa diferenciação foi proposta por Dendale (2010), autor que analisa esse uso do condicional na língua francesa, e adotada por esse trabalho em razão de as denominações exporem claramente o tipo de fonte da informação em questão.

As ocorrências com o condicional, inicialmente, foram postas em contrastes em testes de substituição, em que o condicional foi substituído por outros tempos verbais do modo indicativo, para que fosse possível verificar se o morfema do condicional é o único que pode veicular sentidos evidenciais. Com esses testes, foi possível concluir que, assim como já se observou em outras línguas, o condicional, de fato, pode ser considerado uma forma especializada de se marcar gramaticalmente a evidencialidade indireta (reportativa e inferencial) no PB. Além do condicional, o futuro do presente também se mostrou eficiente na marcação de informação inferencial.

Feitos os testes, passou-se à descrição das características dos dois tipos de condicional de valor evidencial em estudo. As ocorrências foram analisadas com o objetivo de descrever

os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das estruturas em que o condicional foi usado, permitindo uma leitura evidencial.

Em resumo, o que se observou, foi que o condicional de retomada da informação, ao ser inserido em estruturas declarativas em que já constam outros marcadores de informação relatada, e as fontes já são referidas no próprio texto, atua, juntamente com os outros marcadores de evidencialidade reportativa, indicando que a informação foi obtida indiretamente, por meio de uma fonte externa. O locutor utiliza esse tipo de condicional para reforçar o fato de que não comprovou diretamente a informação que veicula, caracterizando-a como não confirmada e incerta, em relação à qual, portanto, ele não pode se comprometer. O condicional indica, dessa forma, que a validade da informação está fora da alçada do locutor, não podendo ele ser responsabilizado pelos fatos veiculados. A forma do condicional permite então o estabelecimento de um distanciamento entre o locutor e seu texto, ou ainda, um não comprometimento dele com os fatos veiculados.

Com o condicional de conjectura, por outro lado, o locutor indica que as informações são resultados de inferências feitas por ele mesmo. Essas inferências, por sua vez, são baseadas em premissas que são, na maioria dos casos, conhecimentos existentes (de saber comum ou não) que foram armazenados em seu intelecto e adquiridos (durante sua vivência no meio social) certamente de maneira indireta, por meios de comunicação diversos, por exemplo. Assim, os conhecimentos, ou premissas a partir das quais o locutor faz as inferências, chegando às informações veiculadas, são evidências indiretas, ou seja, que não foram validadas diretamente pelo locutor. Em razão disso, prefere-se transmitir essas informações inferidas como sendo asserções hipotéticas e não confirmadas. Nesse sentido, com o condicional de conjectura, o locutor consegue relativizar seu comprometimento com as informações inferidas por ele, na medida em que transmite as informações como tendo caráter hipotético e não confirmado.

Assim, o condicional de conjectura, ainda que em menor grau, também permite que haja um distanciamento entre o locutor e os conteúdos que veicula em seu texto.

Foi possível também caracterizar os gêneros em relação ao aparecimento do condicional de valor evidencial. Observou-se que, no domínio jornalístico, existem motivos discursivos, tais como a exigência de objetividade nos textos, que condicionam o aparecimento desse marcador gramatical de evidencialidade indireta, de modo que se poderia até falar em certa obrigatoriedade, nesses gêneros, de haver a marcação de fatos relatados e inferidos por meio do condicional, que se mostra, em razão de sua natureza temporal, como uma forma distante, neutra e imparcial, ou seja, perfeitamente adequada aos propósitos do

jornalismo, uma vez que possibilita o estabelecimento de um distanciamento entre o jornalista e seu texto.

Com a análise, ainda foi possível chegar a algumas conclusões a respeito da relação entre temporalidade e evidencialidade. A característica nuclear, de natureza temporal, do condicional cria os desdobramentos necessários para que essa forma verbal possa veicular evidencialidade indireta. Isso porque o condicional, ao romper com o presente, faz criar uma realização abstrata dos fatos, de modo que em consequência desse traço nuclear, o condicional passa a estar ligado a situações menos factuais, e, portanto, não necessariamente confirmadas, mostrando-se como uma forma distante e imparcial. Dessa forma, esse tempo verbal mostra-se eficiente na transmissão de evidencialidade indireta, justamente porque, para transmitir esse tipo de sentido, nos contextos analisados, o locutor precisa de uma forma que se refira normalmente a situações incertas e não confirmadas, uma vez que ele estará veiculando informações que não podem ser atestadas diretamente por ele, ou seja, informações obtidas por meios indiretos. Para veicular esse sentido é necessário, então, uma forma como a do condicional, que se mostra distante, neutra e imparcial.

Assim, por exemplo, é que no caso dos sentidos inferenciais veiculados com o condicional, esta forma verbal não é ser interpretada apenas como a expressão de uma linearidade temporal, ou seja, indicando que certo evento ou estado-de-coisas vai ocorrer no futuro, uma vez que o condicional, nesse caso, apresenta um valor evidencial, tratando-se de uma conjectura que o falante expressa, a partir de seus próprios conhecimentos a respeito do evento em questão, comunicando um fato em relação ao qual não apresenta evidências sensoriais diretas, justamente porque os conhecimentos a partir dos quais ele fez a conjectura, foram obtidos indiretamente.

Portanto, a partir da descrição feita, ficou claro que ao lado de interpretações puramente temporais de algumas formas verbais, podem coexistir igualmente valores evidenciais, sendo o valor nuclear temporal do condicional o que possibilita que haja desdobramentos de sentidos, e dessa forma, seja possível a veiculação de evidencialidade indireta.

Deve-se ressaltar, ainda, que essa caracterização do condicional de valor evidencial, não seria possível se não fosse a visão de língua adotada pela linguística funcional. Considerando a língua em sua função comunicativa, como instrumento de interação, foi observado que as escolhas formais dos falantes não são aleatórias, mas que, no momento de construir seus enunciados, faz-se uma antecipação das possíveis reações dos interlocutores, de modo que, a partir dessas antecipações, para evitar ou não possíveis interpretações desses

interlocutores, escolhem-se as formas linguísticas consideradas mais adequadas para determinados fins.

A análise que se fez não pretendeu ser exaustiva nem definitiva, mas, ao contrário, objetivou-se impulsionar e despertar o interesse em relação ao condicional de valor evidencial, para que novas descrições desse marcador evidencial surjam no PB. Nesse sentido, de qualquer forma, espera-se que o presente trabalho tenha introduzido e contribuído para a compreensão do condicional como um novo marcador de evidencialidade indireta, que se mostra recente nos estudos da área, principalmente nos estudos sobre evidencialidade no PB.

Por fim, é uma expectativa deste trabalho que a análise empreendida possa influenciar novos pesquisadores a fazerem novas descrições desse marcador, principalmente em outros gêneros textuais, de modo a confirmar seu papel, para que, enfim, ele possa ser consolidado, no PB, como um marcador gramatical de evidencialidade indireta. Além disso, presume-se que o presente trabalho possa ter contribuído também para com aqueles que trabalham com o gênero jornalístico, uma vez que o uso do condicional evidencial nesse domínio, como se viu, pode ser considerado como uma importante estratégia discursiva.

REFERÊNCIAS

- ABOUDA, L. Les emplois journalistique et atténuatif du conditionnel. Un traitement unitaire. In: DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. (Eds.). *Le conditionnel en français*. Metz: Université de Metz, 2001, p. 277-294.
- AIKHENVALD, A.I.Y. Evidentiality in typological perspective. In: AIKHENVALD, A.I.Y.; DIXON, R. M. W. (Eds.). *Studies in evidentiality*. Typological studies in language. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. 54, p. 1-32, 2003.
- _____. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ANDERSON, L.B. Evidentials, paths of change, and mental maps: typologically regular asymmetries. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Eds.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood: Ablex, 1986, p.273-312.
- AUTHIER-REVUZ, J. Repères dans le champ du discours rapporté. *L'information Grammaticale*, 55.ed., p.38-42,1992.
- BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, Amsterdam, v.21, n.3, p. 509-532, 1997.
- BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- BUTLER, C. *Structure and Function: Guide to Three Major Structural-Functionalist Theories*. Part I: Approaches to Simple Clause. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003.
- BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Ed.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam: J. Benjamins, 1995.
- CÂMARA, Jr. J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CARVALHO DA SILVA, A. A definição do condicional como modo ou tempo verbal: uma análise das propostas de gramáticas escolares de Português. *Moenia*, Universidade de Santiago de Compostela, v.19, p. 497-521, 2013.
- COUTINHO, A. Schematisation (discursive) et disposition (textuelle). In: ADAM, J.M.; GRIZE, J.B.; BOUACHA, M.A. (Orgs.). *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004, p.29-42.
- CRISTEA, T. *Grammaire structural du français contemporain*. Bucuresti: Editura didactica si pedagogica, 1979.
- CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Lisboa: Editora João Sá da Costa, 1986.

DALL'AGLIO HATTNER, M. M. et. al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001, p.103-143.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor. (*Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa*) UNESP: Araraquara, 1995.

_____. Evidencialidade e modalidade: forma e função. (*Relatório de pesquisa*). São Paulo: FAPESP, 2001.

_____. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et. al. (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2007, p. 103-145.

_____. Gramática Discursivo-Funcional e os estudos tipológicos: um exercício de análise das línguas indígenas do Brasil. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v.41, n.1, p.64-73, 2012.

DARDANO, M.; TRIFONE, P. *La Nuova Grammatica della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli Editore, 2003.

DE HAAN, F. *The category of Evidentiality*. Unpublished ms, University of New Mexico, 1998.

DE MULDER, W. Mood in French. In: ROTHSTEIN, B.; THIEROFF, R. (Eds.). *Mood in the languages of Europe*. Amsterdam/New York: John Benjamins, 2010, p.157-178.

DENDALE, P. Le marquage épistémique de l'énoncé: esquisse d'une théorie avec applications au français. (*Thèse de doctorat*). Université d'Anvers, 1991.

_____. Le conditionnel de l'information incertaine : marqueur modal ou marqueur évidentiel?. In: HILTY, G. (Ed.). *Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Université de Zurich (6-11 avril 1992), Tübingen, Francke Verlag, v.1, p.165-176, 1993.

_____. Il serait à Paris en ce moment. Serait-il à Paris? A propos de deux emplois épistémiques du conditionnel. Grammaire, syntaxe, sémantique. In: CASTRO, C. A., BANGO DE LA CAMPA, Fl. e DONAIRE, M.L. *Liens linguistiques*. Etudes sur la combinatoire et la hiérarchie des composants, Bern, Peter Lang, p. 291-317, 2010.

_____. Le conditionnel "journalistique", marqueur de modalisation en discours second : éléments d'archéologie grammaticale. In: BRANCA-ROSOFF, S. (Eds.). *L'hétérogène à l'œuvre dans la langue et les discours*. Hommage à Jacqueline Authier-Revuz, Paris, Lambert-Lucas, 2012, p.229-248.

DENDALE, P.; COLTIER, D. *Sodome et Gomorrhe* et l'emploi du conditionnel. In: GENEVIÈVE, H. S.; SERÇA, I. (Eds.). *Marcel Proust et la forme linguistique de la Recherche*. Paris: Honoré Champion, 2013, p.131-159.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Présentation. L'évidentialité ou le marquage des sources du savoir. *Langue française*, Paris, v.102, p.3-7, 1994.

_____. Introduction: Evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.339-348, 2001.

DIK, S. *Studies in functional grammar*. London: Academic Press, 1980.

_____. *The theory of functional grammar*. Part. I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

_____. *The Theory of functional grammar*. Part. II: Complex and derived constructions. Berlin: Walter de Gruyter, 1997.

DILLER, A. M. Le conditionnel, marqueur de derivation illocutoire. *Semantikos*, v.2, p.1-17, 1977.

DUARTE, I.M. Futuro perfeito e condicional composto: mediativo no discurso jornalístico em português europeu e em português brasileiro. In: HORA, D. (Ed.). *Anais do VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa, 2009.

FLOYD, R. *The structure of evidential categories in Wanka Quechua*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1999.

FRAWLEY, W. *Linguistic Semantics*. Lawrence Erlbaum, Hillsdale, NJ, 1992.

FREITAG, R. M. K; ARAUJO, A.S. O passado condicional: formas e contextos de uso. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, v.16, p.199-228, 2011.

GALVÃO, V. C. C. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de [diski] no português brasileiro. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v.2, p.305-335, 2011.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

_____. Evidentiality and epistemic space. *Studies in Language*, Amsterdam, v.6. p.23-49, 1982.

_____. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GREVISSE, M. *Le bon usage. Grammaire française*. Paris/Gembloux: Éditions Duculot, 1988.

HAILLET, P.P. *Le conditionnel em français: une approche polyphonique*. Paris: Ophrys, 2002.

HALLIDAY, M. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Arnold, 1995-1994.

HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, C. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Arnold, 2004.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO HATTNER, M.M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. *Linguistics*, v.53, n.3, p. 479-524, 2015.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, Nijmegen, v.6, p.227-269, 1988.

_____. Layers and operators in functional grammar. *J. Linguistics*, Cambridge, v.25, p.127-157, 1989.

HOFF, B.J. Evidentiality in the Carib: particles, affixes and a variant of Wackernagel's law. *Lingua*, Amsterdam, n.69, p.49-103, 1986.

ILARI, R.; BASSO, R.M. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M.H.M. (Orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. V.II. Classes de Palavras e Processos de Construção. Campinas: Unicamp, 2008, p.163-365.

JACOBSEN, W.H. The heterogeneity of evidentials in Makah. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistics coding of epistemology*. Norwood: Ablex, 1986, p.3-28.

KOCH, I. V. *Argumentação e Linguagem*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

KORZEN, H.; NOLKE, H. Projet pour une théorie des emplois du conditionnel. In: HALMOY, O.; HALVORSEN, A.; LORENTZEN, L. (Eds.). *Actes du 11^o Congrès des Romanistes scandinaves*. Trondheim: Université de Trondheim, p.273-300, 1990.

_____. Le conditionnel: niveaux de modalisation. In: DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. (Eds.). *Le conditionnel en français, Recherches linguistiques*. Université de Metz, 25 ed., p.125-146, 2001.

KROON, C. *Discourse particles in Latin*. (Amsterdam Studies in Classical Philology 4). Amsterdam: Gieben, 1995.

KRONNING, H. Le conditionnel journalistique: médiation et modalisation épistémiques. *Romansk Forum*, v.16, p.561-575, 2002.

LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. *Journal of Pragmatics*, v. 33, n.3, p. 359-367, 2001.

LOURENÇO, F. P. C. O uso de modalizadores no gênero jornalístico: editoriais, notícias e artigos de opinião. (*Relatório de pesquisa/PIBIC*). UFSCar, 2012.

_____. A expressão da evidencialidade em textos jornalísticos. (*Relatório de pesquisa/PIBIC*). UFSCar, 2013.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, v. 1.

MAINGUENEAU, D. *Éléments de linguistique pour texte littéraire*. Paris: Bordas, 1990.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTELOTTA, M.E.T.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M.A.F.; RIOS, M; MARTELOTTA, M. (Org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. 1ed. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003, p.17-28.

MARTIN, R. *Pour une logique du sens*. Paris: PUF, 1983.

MARTINS, A. Evidencialidade no discurso dos media. *Estudos Linguísticos*. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, p.235-245, 2010.

MARTINS, E. *Manual de redação e estilo do Estado de S. Paulo*. São Paulo: O Estado de S.Paulo, 1990.

MITHUN, M. Evidentials diachrony in Northern Iroquoian. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistics coding of epistemology*. Norwood: Ablex, 1986, p.89-112.

NEVES, M. H.M. Uma visão geral da gramática funcional. São Paulo: *Alfa*, n.38, p.109-127, 1994.

_____. A modalidade. In: KOCH, I.G.V. (Org.). *Gramática do Português Falado VI: Desenvolvimento*. Campinas: Editora Unicamp/FAPESP, 1996, p.163-199.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Texto: Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEWMeyer, F. J. *Language Form and Language Function*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v.43, p.87-117, 1984.

NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, Hawthorne, v.31, p.933-969, 1993.

_____. Epistemic modal qualifications: on their linguistic and conceptual structure. *Antwerp Papers in Linguistics*, Wilrijk, v.8, 1994.

_____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, n.3, p.383-400, 2001.

OLIVEIRA, T. P. De gramática da oração para uma gramática discursiva: uma nota sobre a Gramática (Discursivo) Funcional. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et. al. (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2007, v.12, p.147-173.

OLIVEIRA, T.P.; HIRATA-VALE, F.B.M. Modelos e Métodos de Análise Funcionalista. In: GONÇALVES, A.V. GOIS, M.L.S. (Org.). *Ciências da Linguagem: o fazer científico*. Campinas: Mercado de Letras, 2014, 1ed, v.1, p. 1-30.

OLIVEIRA, T. NEVES, J. S. B. Estratégias linguísticas de distanciamento no discurso jornalístico. *Aprender – Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, v.31, p. 49-55, 2007.

OLIVEIRA, T. O futuro e o condicional como marcadores de mediativo. In: CORREA, N. C.; GONÇALVES, A. (Eds.). *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Coimbra, 2000). Lisboa: APL/Colibri, p.403-414, 2001

_____. Valores de (inter)subjetividade na análise semântica: a marcação da distância. (*Tese de doutorado*) Universidade Nova de Lisboa, 2013.

PALMER, F.R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PEZATTI, E. G. Panorama geral das teorias funcionalistas. *Signótica Especial*, n.2, p.153-166, 2006.

PLUNGIAN, V. Types of verbal evidentiality marking: an overview. In: DIEWALD, G.; SMIRNOVA, E. (Ed.). *Linguistic Realization of Evidentiality in European Languages*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, p.15-58, 2010.

RADANOVA-KUSEVA, N. La categoria semantica ‘modo dell’enunciazione’ e imezzi per la sua espressione in italiano (Analisi di alcuni valori periferici della modalità verbale). In: *Omul si limbajul sal Studia lingvistica in honorem Eugenio Coseriu, Analele stiintife ale Universitatii Al. I. Cuza din Iasi, Sectiunea III.e Lingvisticã*, p.37-38; 337-350, 1991-1992.

RAE – Real Academia Española: *Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1973.

RODRIGUES, H. I. R. A. Valores e marcadores de posterioridade na língua portuguesa. (*Dissertação de mestrado*) Lisboa: FCSH/UNL, 2001.

ROSA, M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

ROSSI, C. *O que é jornalismo*. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SQUARTINI, M. The internal structure of evidentiality in Romance. *Studies in Language*, v. 1.25(2), p.297-334, 2001.

TASMOWSKI, L. Questions au conditionnel. In: DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. (Eds.). *Le conditionnel en français. Recherches linguistiques*. 25ed. Université de Metz, p.331-343, 2001.

TOGEBY, K. *Grammaire française*. Copenhague: Akademisk Forlag, 1982.

VAN VALIN, R.D. JR.; LAPOLLA, R.J. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

VILELA, M. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

VENDRAME, V. Os verbos de percepção ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa. (*Tese de doutorado em Estudos Linguísticos*). UNESP: São José do Rio Preto, 2010.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, Dordrecht, v.12, n.1, p.51-97, 1988.